

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

JOÃO CAETANO CAMPOS ANDRADE

DISSIMULAÇÃO E OBLIQUIDADE: A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS*
DISCURSIVO NO “POST SCRIPTO” DE BALMACEDA DE
JOAQUIM NABUCO

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

JOÃO CAETANO CAMPOS ANDRADE

DISSIMULAÇÃO E OBLIQUIDADE: A CONSTITUIÇÃO DO *ETHOS*
DISCURSIVO NO “POST SCRIPTO” DE BALMACEDA DE
JOAQUIM NABUCO

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa sob orientação do Prof^o Dr. Jarbas Vargas Nascimento.

SÃO PAULO

2013

BANCA EXAMINADORA:

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento, pela cobrança necessária, pelo incentivo solidário e pela extrema paciência em perseverar no árduo trabalho de orientação que insiste em apresentar seus frutos.

À Banca Examinadora, Professor Doutor Márcio Rogério de Oliveira Cano e Professor Doutor Luiz Antonio Ferreira, pelas intervenções oportunas, pelas críticas essenciais a um redirecionamento e reavaliação acadêmica da minha pesquisa.

Aos meus caros professores do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À minha mãe, Maria Geralda Campos Andrade, pelo exemplo desde minha infância em mostrar o caminho da independência intelectual que advém do conhecimento.

E, por fim, à pessoa que me resgatou do comodismo e acreditou em mim quando eu mesmo não fui capaz de fazê-lo. Minha admiração pessoal e intelectual: Silvana Barbaric de Andrade.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa discorre sobre a constituição do *ethos* discursivo em um discurso pertencente ao campo político, escrito por Joaquim Nabuco. Nosso objetivo foi examinar a constituição do *ethos* e verificar as estratégias discursivas utilizadas pelo enunciador, para se desvelar no discurso e obter a adesão de seus co-enunciadores. Joaquim Nabuco foi um dos intelectuais brasileiros mais representativos do período de transição do final do século XIX para o século XX. A relevância social e acadêmica do tema se dá em razão da possibilidade de se analisar seu discurso, fundamentando-nos no aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, mais especificamente, pelas abordagens propostas por Maingueneau e Charaudeau. Em nosso estudo, procedemos, em um primeiro momento, à apresentação das condições sócio-históricas de produção em que foi publicado o discurso que selecionamos, a fim de inseri-lo no contexto das ideias que se produziam na época, além de entender quais efetivamente o influenciaram. O próximo passo foi a seleção das categorias, que nos auxiliaram a proceder e fundamentar as análises que empreendemos. Julgamos tê-las encontrado com a operacionalização das cenas de enunciação, do *ethos* discursivo, além dos planos da semântica global. Para efetivar a pesquisa, selecionamos como amostra o *post-scripto (sic)* do livro *Balmaceda* de Joaquim Nabuco e analisamos as cenas de enunciação – cenas englobante, genérica e cenografia –, os variados traços do *ethos* discursivo e os planos da semântica global. Os principais teóricos em que nos embasamos para realizar este estudo foram Faoro, em relação às questões históricas, Charaudeau em relação ao discurso político e Maingueneau, como base para a compreensão do referencial teórico da Análise do Discurso. A pesquisa revelou que a constituição de um número variado de traços do *ethos* discursivo, por meio da encenação do discurso, é uma estratégia discursiva que foi adotada como meio para se contornar a censura, que era imposta no país pelo regime republicano à época da divulgação dos discursos de Joaquim Nabuco, de teor monarquista. O posicionamento do enunciador ficou esclarecido, entretanto, a adesão a esse discurso por parte dos co-enunciadores é outra etapa de estudo, que pode ser explorada em futuros estudos.

Palavras-chave: discurso político, *ethos* discursivo, cenas de enunciação, Joaquim Nabuco.

ABSTRACT

The present research brings up the subject on the discursive *ethos* constitution belonging to the political field and written by Joaquim Nabuco. Our main objective was to evaluate *ethos* constitution and verify discourse strategies used by the broadcaster in order to have it released in such discourse and obtain accession from its co-broadcasters. Joaquim Nabuco was one of the most representative Brazilian intellectuals regarding transition period from the XIX century and XX century. Its social and academic importance to such theme takes place due to the possibility of analyzing discourse through the methodological and theoretical tool in Discourse Analysis in a French line of study – more specifically on proposed approaches made by Maingueneau and Charaudeau. In our study, the procedure, first of all, laid on the introduction of historical and social production conditions where the selected discourse has been published aiming in inserting it in the context of ideas produced at that time and also aiming in understanding which ideas influenced in it. The next step was to select categories which assisted us on how to proceed and base analysis performed by us. It seemed for us that the finding happened throughout the establishment of enunciation scenarios, discursive *ethos* besides global semantic plans. In order to carry out the research, we've selected as a sample, the fragment *post-scripto* (sic), from the book called *Balmaceda* – from Joaquim Nabuco and we've analyzed enunciation scenes, global ones, generalized and scenic – also the diversified tracks on discursive *ethos* and global semantic plans. The main theoreticians by which we have based our study on were Faoro, when it comes to historical issues, Charaudeau, regarding political discourse and Maingueneau, when it comes to understanding theory reference about Discourse Analysis. The research revealed us the constitution of a varied number of tracks on discursive *ethos* by scenic discourse. It is a discourse strategy adopted as a way out to circumvent censorship imposed in the country by the republican regime stated at that time when Joaquim Nabuco's discourses were released in a monarchist tenor. The broadcaster positioning towards it was clarified, although the adherence to the discourse when it comes to co-broadcasters demonstrates to be another step of this study and can be explored in future studies.

Key-words: political discourse, discursive *ethos*, enunciation scenic, Joaquim Nabuco.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO – AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE JOAQUIM NABUCO

1.1	O Brasil no final do século XIX.....	6
1.1.1	As ideias e o sistema político no Brasil das últimas décadas do século XIX até o início do século XX.....	7
1.1.2	Características da sociedade brasileira escravocrata.....	11
1.1.3	A economia do Brasil do século XIX: de uma monocultura a outra.....	15
1.2	Influência das principais correntes estéticas, literárias e filosóficas da época no Brasil.....	18
1.3	Joaquim Nabuco: o homem e os ideais.....	19
1.3.1	Joaquim Nabuco e a política.....	23

CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1	Os fenômenos da discursividade.....	33
2.1.1	Enunciação, enunciado e gêneros de discurso.....	33
2.1.2	Texto e Discurso.....	39
2.1.2.1	Características essenciais do Discurso.....	42
2.1.3	O Interdiscurso.....	44
2.2	Noção de política e o discurso político.....	48
2.2.1	A política como objeto de estudo.....	48
2.2.2	O discurso político.....	50
2.2.2.1	As instâncias do discurso político.....	52
2.2.2.2	As legitimidades do sujeito do discurso político.....	55
2.2.2.3	As estratégias do discurso político.....	56
2.3	As cenas de enunciação.....	59
2.4	<i>Ethos</i> discursivo.....	62
2.4.1	O <i>ethos</i> da Retórica.....	62
2.4.2	O <i>ethos</i> na Análise do Discurso.....	64

2.5	Os planos da semântica global.....	68
2.5.1	A intertextualidade.....	68
2.5.2	O vocabulário.....	69
2.5.3	Os temas.....	69
2.5.4	O estatuto do enunciador e do destinatário.....	70
2.5.5	A dêixis enunciativa.....	70
2.5.6	O modo de enunciação.....	71
2.5.7	O modo de coesão.....	71

CAPÍTULO III – ANÁLISE DO *POST SCRIPTO* (SIC) A QUESTÃO DA AMÉRICA LATINA, DO DISCURSO BALMACEDA, DE JOAQUIM NABUCO

3.1	O discurso de <i>Balmaceda</i>	73
3.2	O discurso político de Joaquim Nabuco contra o republicanismo.....	74
3.3	O gênero de discurso.....	80
3.4	As cenas de enunciação aplicadas ao gênero <i>post scripto</i> (sic).....	83
3.4.1	O quadro cênico.....	84
3.4.2	Cenografia.....	85
3.5	O <i>ethos</i> discursivo.....	90
3.6	Os dispositivos da semântica global.....	97
3.6.1	A intertextualidade.....	97
3.6.2	O vocabulário.....	99
3.6.3	O tema.....	101
3.6.4	O modo de coesão.....	103

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS.....	111
------------------	-----

ANEXO – POST SCRIPTO – A QUESTÃO DA AMÉRICA LATINA.....	115
---	-----

INTRODUÇÃO

Nullum jam dictum est quod non sit dictum prius
Terêncio

Fiat lux.

Já ouvimos, algumas vezes, que o único discurso realmente original da História da humanidade foi esse. A partir daí, nada realmente do que se diga pode ser considerado original. Em tese, ter a consciência de que tudo que criamos em nossos discursos já foi dito nos dá uma falsa sensação de finitude, já que não seria necessário acrescentar mais nada à história do conhecimento humano.

Nos relatos das narrativas antigas já ouvíamos a mesma afirmação. Parece que o homem sempre teve a pretensão de achar que atingiu o limite em termos do que já pôde ser dito, ou melhor formulando, do que já pôde ser enunciado.

Falar nos parece uma propriedade tão natural quanto respirar. É mesmo estranho que se possa imaginar por que alguém se interessaria em se aprofundar sobre os motivos que nos tornam capazes de construir enunciados. A própria noção de enunciado é relativamente nova, ela toma uma feição teórica somente a partir dos anos sessenta do século XX com Émile Benveniste (1989). O fenômeno da enunciação por si só já seria fascinante o suficiente para um estudo. No entanto, foi no contato com o discurso que vislumbramos o acesso a um tipo de análise que atenderia nossa demanda de forma mais objetiva.

Baseado nas considerações anteriormente expostas, nosso problema de pesquisa gira em torno da seguinte questão: em que medida os discursos políticos proferidos por Joaquim Nabuco, no contexto do final do século XIX e início do século XX, se organizam em torno de dados histórico-sociais e (re)constróem uma cenografia aberta a desvelar um *ethos* discursivo construído na interação entre o social e o enunciativo?

Julgamos relevante tratar dessa questão, pois a grande maioria dos estudos sobre Joaquim Nabuco o aborda numa perspectiva histórica e, portanto, relacionada aos valores vigentes a sua época de atuação, seja como

parlamentar, como diplomata, como abolicionista ou mesmo como escritor. Nossa perspectiva, por se ater a uma análise que pretende (re)constituir não o personagem histórico, mas o enunciador que se desvela por meio de seu discurso, oferece outro caminho para se conhecer o personagem histórico, inegavelmente importante na história da nação. A relevância de tal estudo se assenta na pouca produção acerca do discurso de Joaquim Nabuco, em oposição a uma vasta produção de caráter ora historiográfico, ora bibliográfico.

Voltando ao assunto de nosso objeto de pesquisa, é no discurso, e mais especificamente ainda, no interdiscurso, que ocorrem os debates, motivo que nos levou a escolher esse fenômeno como nosso objeto de estudo. É a partir do discurso e de todas as possibilidades discursivas que poderemos delimitar as falas, reconstituir os sujeitos que interagem no discurso, poderemos atribuir-lhes papéis sociodiscursivos e até mesmo uma corporalidade, verificar o significado e o sentido de suas palavras levando em conta seu contexto, enfim, abre-se uma enorme possibilidade de análise a partir de certas categorias.

Dentro do discurso, optamos pelo discurso político, um tipo de discurso que privilegia justamente a manifestação contrária, a resistência, o embate, até porque acreditamos que é no embate entre ideias que se criam novos ideais. Se não for por isso, talvez tenhamos mesmo que acreditar em Terêncio...

Começamos pela exposição dos objetivos de nossa dissertação. Examinaremos a constituição do *ethos* do enunciador em discursos políticos proferidos por Joaquim Nabuco, no Brasil do final do século XIX e início do século XX, a seguir, identificaremos a construção histórico-discursiva dos elementos organizadores da cenografia, os elementos de organização e de legitimação do discurso selecionado; verificaremos as condições de produção do discurso selecionado, a cenografia, a legitimidade e o poder da política no desvelamento do *ethos* discursivo. E, por fim, identificaremos, no *corpus* selecionado, as estratégias adotadas pelo enunciador, para fazer emergir sua imagem.

Escolhemos como *corpus* de nosso estudo o *post scriptum* (no original o autor usa *post scripto*¹ (sic)) da obra *Balmaceda* de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo. O livro nasceu da reunião de diversos artigos publicados por Joaquim Nabuco no *Jornal do Commercio* de Recife. Nessa obra, Joaquim Nabuco analisa, sob a sua própria perspectiva, os acontecimentos que levaram o Chile, exemplo de país organizado política e socialmente já naquela época, a travar uma guerra civil que culminou no suicídio de seu ex-presidente, José Manuel Balmaceda. É importante frisar que a obra de Nabuco baseou-se num livro escrito por um partidário do ex-presidente chileno no exílio de Paris, Julio Bañados Espinosa. Isso lhe imprime um caráter dialógico muito marcado.

A opção pelo nosso *corpus*, o *post scripto* (sic), se dá em razão de ser a parte da obra em que Joaquim Nabuco justifica o que o levou a escrevê-la e acrescenta mais algumas ideias que não havia exposto no livro. Esse capítulo é bastante diferente do restante do livro por apresentar, na essência, os motivos que levaram Joaquim Nabuco a criticar, de maneira incrivelmente indireta, o regime político republicano recentemente implantado no país à época. A análise discursiva deste *post scripto* (sic) nos levou à percepção de um tipo de embate muito peculiar, principalmente por conta do que acontecia nos últimos anos do século XIX no Brasil.

O *corpus* escolhido foi produzido num momento de profunda agitação política no país. Em 1888, o país finalmente assiste à abolição da escravidão. Um ano e oito meses depois é a vez da proclamação da República. Assistindo a esses eventos históricos está Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, filho de senador do Império, descendente de senhores de engenho de Pernambuco, um autêntico representante da elite político-econômica do Brasil monárquico. Os discursos políticos produzidos por tal representante têm uma relevância tal que sua análise se mostra importante para melhor compreender o contexto político brasileiro da época.

¹ A preposição *post* no latim rege o caso acusativo e não o ablativo, como está presente no título do *corpus* que analisamos. De acordo com a gramática latina, tal expressão deve ser assim composta: *Post Scriptum*.

Como metodologia de seleção e procedimento de análise do *corpus* de nossa dissertação, procedemos à leitura da obra completa, para analisarmos o que nos chamaria mais atenção no discurso do autor. Em seguida, decidimos escolher um único capítulo da obra, pois em nosso entendimento esse excerto teria a vantagem de concentrar de maneira substancial as ideias principais do autor em relação ao seu discurso, sem contar que havia as exposições detalhadas dos motivos que o levaram a tal empreitada. A seguir, procedemos às leituras que nos deram um embasamento histórico do período de produção do referido discurso, para podermos situá-lo num contexto sócio-histórico específico. O próximo passo foi proceder às leituras teóricas para poder enquadrar o discurso de Joaquim Nabuco dentro de um universo discursivo e, por fim, realizamos a análise do discurso de Joaquim Nabuco, estabelecendo como método o recorte de trechos representativos de nosso *corpus*. Nos recortes, procedemos ao exame utilizando as categorias (ou dispositivos) da Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo aqueles teorizados por Dominique Maingueneau.

Em relação à divisão de nossa dissertação, em nosso primeiro capítulo, verificamos o panorama histórico do Brasil no final do século XIX, as ideias e o sistema político no Brasil no período, as características da sociedade brasileira escravocrata, a economia do Brasil do século XIX, a influência das principais correntes estéticas, literárias e filosóficas da época no Brasil e analisamos, de forma mais pessoal, os ideais e toda a movimentação política empreendida por Joaquim Nabuco.

No capítulo de fundamentação teórica, retomamos as teorias desenvolvidas por analistas do discurso e linguistas sobre os elementos que compõem a discursividade. Para isso, retomaremos as noções sobre enunciação e enunciado, gêneros de discurso, texto, discurso e interdiscurso. Também falamos sobre política, que é o campo de discurso de nosso *corpus*. Por conta disso, baseamo-nos principalmente nas ideias de Patrick Charaudeau (2011), que, juntamente com Dominique Maingueneau (2005a, 2005b, 2008a, 2008b, 2008c) e Raymundo Faoro (2001), formam o eixo teórico de sustentação de nossa dissertação. Utilizaremos como apoio teórico Patrick Charaudeau, pois a

sua abordagem é compatível com o discurso político, motivo pelo qual atende aos objetivos de nossa pesquisa. Além disso, Charaudeau atuou por muito tempo em parceria com Dominique Maingueneau, o principal pesquisador sobre o discurso em que nos sustentamos. Como apoio para as questões históricas, baseamo-nos, principalmente, no sociólogo, historiador e jurista Raymundo Faoro.

No capítulo de fundamentação teórica, falamos também sobre as categorias de análise da Análise do Discurso que nos auxiliaram no capítulo de análise do *corpus*, são elas as cenas de enunciação, o *ethos* discursivo e os planos da semântica global.

Por fim, no capítulo da análise do *corpus*, privilegiamos o trabalho em recortes do discurso, tomando a preocupação de não descontextualizar, na medida do possível, os fragmentos para não perder um dos elementos fundamentais de análise do discurso, que é o contexto. Nossa dissertação tem como objeto de estudo o discurso, mas não nos furtaremos de analisar, também, outros elementos linguísticos que auxiliem a compreensão dos fenômenos discursivos, como a argumentação, por exemplo.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE JOAQUIM NABUCO

1.1 O Brasil no final do século XIX

O panorama político brasileiro de finais do século XIX era extremamente agitado. O acirramento das discussões civis sobre abolicionismo e democracia marcou o tom das turbulentas últimas décadas do século XIX no Brasil.

Não por acaso, no período de um ano e oito meses, o país viu decretada a abolição da escravidão e a proclamação da República. Entender o panorama político, social, econômico e cultural da época é, portanto, essencial, para que se possa perceber quais foram as condições de produção dos discursos que fomentaram realizações históricas de tamanha monta.

Nesse capítulo, discorreremos sobre o cenário político brasileiro, baseado num curioso e muito específico modelo liberal brasileiro de se fazer política; apresentamos a composição da sociedade brasileira da época, assim como a economia do período e as principais ideias e correntes culturais.

Em seguida, procedemos à exposição das ideias e estéticas que influenciaram e orientaram a formação de Joaquim Nabuco, para tentar compreender de que forma elas moldaram sua personalidade. Por conta desse objetivo, faz-se necessário entender as escolhas que ele faz ao longo da vida, desde suas constantes viagens a Europa e aos Estados Unidos, até os autores e correntes políticas que influenciaram a escolha de suas causas.

Por fim, recompomos o panorama histórico e político do Brasil no período, esclarecendo como eles foram decisivos para a atuação política efetiva de Joaquim Nabuco, seja como deputado, seja como membro atuante de uma sociedade antiescravista que mantinha um vasto círculo de contatos ao redor do mundo. Veremos que a causa abolicionista, que desde cedo despertara em

Joaquim Nabuco, passa a ter efetividade como ação a partir de seu engajamento político pela causa.

1.1.1 As ideias e o sistema político no Brasil das últimas décadas do século XIX até o início do século XX

As ideias políticas das duas últimas décadas do século XIX no Brasil são tributárias de todo um movimento político e social que se intensifica a partir do Segundo Reinado, mais precisamente na década de 40 do século XIX, com a declaração da maioria de D. Pedro II, até a recriação do Partido Liberal em 1870, que volta a convulsionar o cenário político nacional.

Com a promulgação da Constituição de 1824, o Brasil se vê diante de um sistema de governo monarquista constitucional. Em termos representativos, os dois partidos que dividiam a cena política de 1837 a 1889 eram o Conservador e o Liberal.

Os membros do partido Conservador eram conhecidos como “saquaremas” e os do Liberal como “luzias”. Não é à toa que Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o visconde de Albuquerque, cunhou uma frase que se tornou marcante: *“nada mais parecido com um saquarema do que um luzia no poder”*. Os partidos políticos hegemônicos da época professavam um liberalismo à brasileira, em moldes que certamente fariam seus idealizadores europeus contestarem o rótulo de “liberais” dos brasileiros.

O liberalismo dos partidos brasileiros ia até onde isso não prejudicasse seus interesses políticos e econômicos. A ideia do liberal como um sujeito burguês, vindo das camadas medianas da sociedade e triunfando sob as ordens do mérito e da impessoalidade, era absolutamente impossível num país como o Brasil, em que a camada média da população se via obrigada a se aliar às camadas dominantes, caso quisesse obter alguma forma de benefício. Os escravos, como se sabe, não eram considerados membros representativos da sociedade, eles foram o melhor exemplo de que o liberalismo brasileiro era absolutamente incompatível com o liberalismo europeu. A escravidão, como muito bem o notaram vários intelectuais como o próprio Joaquim Nabuco,

marcou profundamente as relações sociais e econômicas brasileiras. Um de seus corolários era a cultura do favor, como fica esclarecido por Schwartz (1981, p. 15):

Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção européia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. O favor é a nossa mediação quase universal – e sendo mais simpático do que o nexo escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção.

O liberalismo dos partidos políticos brasileiros devia muito ao modelo político imposto pela promulgação da Constituição de 1824, fortemente inspirada no liberalismo de tipo francês. A Carta de 1824 definia o sistema político brasileiro como uma monarquia constitucional, em que o imperador concentra os poderes de chefe de Estado e de Governo. Ao longo dos anos, entretanto, o poder legislativo vai se fortalecendo de forma concreta, o que acaba por definir o país como uma monarquia parlamentar de fato, o que era respaldado pela Constituição de 1824, considerada uma das mais liberais de seu tempo e bastante flexível nesse aspecto (SCANTIMBURGO, 1980).

O país era dividido em províncias e mantinha um forte poder central. Além dos três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, a Constituição criou o Poder Moderador, fonte de futuras contendas políticas que culminaram em revoltas e conjurações. O poder Moderador era um quarto poder instituído e na prática estava acima dos outros três, pois esse poder era de uso pessoal e privativo do imperador, podendo ser auxiliado por um Conselho de Estado, que

era nomeado pelo próprio imperador que tinha poderes para nomear e destituir quaisquer de seus membros a qualquer momento.

Ao contrário do período da República Velha, a imprensa era livre e mesmo os seus possíveis excessos eram tolerados. Artigos violentos e mesmo caricaturas de gosto duvidoso eram frequentemente criados contra a figura do imperador e nem por isso seus autores sofriam qualquer tipo de sanção.

Segundo Vainfas (2002), o voto era obrigatório e realizado em duas etapas. Primeiro, escolhiam-se os votantes. Estes deveriam ter mais de 25 anos e ao menos cem mil réis de renda ao ano. Em seguida, os votantes escolhiam os eleitores, que além de ter no mínimo 25 anos, também deveriam possuir duzentos mil réis de renda ao ano. A partir do colégio eleitoral formado pelos eleitores que se escolhiam os senadores e os deputados das províncias. Na época, era comum exigir-se renda mínima dos eleitores. Somente França e Suíça garantiam o sufrágio universal aos homens, independente da renda, mesmo assim somente a partir de 1848. Em termos proporcionais, o Brasil era um dos países em que menos se exigia em termos de renda para votar, se comparado aos países europeus da época.

Se em certos aspectos sociais, como no acesso ao sistema eleitoral, o Brasil era relativamente avançado, em outros, como na questão do trabalho assalariado, o Brasil era uma verdadeira vergonha aos olhos do mundo. Por conta das pressões internacionais, principalmente da Inglaterra, que via feridos seus direitos de exportação a um país baseado na mão-de-obra escrava, que, portanto, não poderia consumir seus produtos, a questão da escravidão não pôde mais ser relegada ao segundo plano, ela vira tema fundamental e passa a fazer parte cada vez mais constante do ideário dos partidos políticos a partir da década de sessenta.

Segundo Faoro (2001), pela mesma época, o Partido Conservador, legítimo representante das classes estamentais oligárquicas, começa a apresentar dissensões entre alguns de seus próceres. Por conta disso, em 1862 surge a Liga Progressista, formada por eminentes representantes do Partido Conservador, agora bandeados para um partido com ideias mais liberais, como

maior autonomia das províncias e maior autonomia representativa e eleitoral. Entre estes políticos, é bom ressaltar, estava o deputado Nabuco de Araújo, pai de Joaquim Nabuco, um dos seus mais atuantes representantes.

A Liga Progressista tem vida curta. Cria-se em 1868 uma situação política impossível de se contornar. Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, entra em rota de colisão com o gabinete ministerial composto pela Liga Progressista e pede exoneração após um ano e quatro meses à frente do exército brasileiro, envolvido na Guerra do Paraguai. Perder o estrategista e maior responsável até então pelas vitórias brasileiras em campo de batalha era algo impensável ao Imperador. Zacarias de Góis, presidente do Conselho de Ministros do Império, o que equivalia a dizer que era o representante máximo do poder executivo do país na época, solicita ao imperador a dissolução do gabinete em apoio à atuação do Duque de Caxias. O imperador submete a questão ao Conselho de Estado, órgão consultivo que tem seus representantes nomeados diretamente pelo próprio imperador. A primeira decisão do conselho é pela permanência de ambas as partes desafetas. No entanto, ao perceberem ser impossível a manutenção do quadro político conforme estabelecido, o gabinete é dissolvido, não sem a decisiva e paradoxal atuação de Nabuco de Araújo, que argumenta que a medida poderia desencadear uma crise decorrente do prolongamento desnecessário da guerra. Faoro (op. cit.) expõe que esses fatos são fundamentais, para que se entenda o contexto político da época, pois é justamente após a dissolução do gabinete Zacarias de Góis que se fortalece, por vias muito indiretas, o ideário republicano.

Como primeira consequência da dissolução da Liga Progressista, através do Poder Moderador do imperador, cresce e se fortalece a união das mais diversas alas liberais. Assim, progressistas, históricos e radicais fundam, em 1870, o novo Partido Liberal.

O fortalecimento político do Partido Liberal muda por completo a agenda política brasileira a partir da década de 70. Além de questões menos ortodoxas como a diminuição do Poder Moderador do imperador, o partido passa a atuar cada vez mais energicamente na exigência da implantação de dispositivos

representativos que deem mais autonomia às províncias. Questões como a abolição e a democracia passam a fazer parte, com cada vez mais frequência, dos debates políticos. O grande perigo para a monarquia, que começou de forma silenciosa e subterrânea, foi a propagação - posteriormente de forma aberta e declarada - dos ideais republicanos, anteriormente perseguidos, censurados e duramente punidos. A partir da circulação de maneira mais aberta do discurso político republicano, de carona com outros temas liberais mais populares, foi que, segundo Faoro (2001, p. 530):

Os objetivos fixam-se sem meias medidas: descentralização, ensino livre, polícia eletiva, abolição da Guarda Nacional, Senado temporário e eletivo, sufrágio direto e universal, presidentes de províncias eletivos, extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado.

A partir da circulação dos discursos que se constituem destas ideias, a marcha inexorável para a decretação da República está consolidada. Discutiremos no próximo item quais foram as transformações socioeconômicas que permitiram o aparecimento de novos contingentes sociais que passaram a reivindicar um papel de maior protagonismo no cenário político brasileiro.

1.1.2 Características da sociedade brasileira escravocrata

A partir da década de 50 do século XIX, o café se torna o principal produto da pauta de exportações do Brasil. O país passa, gradualmente, de uma economia exportadora de uma monocultura a outra, do açúcar para o café.

Entender a composição social do país nas duas últimas décadas do século XIX passa, necessariamente, por entender o mecanismo de ascensão econômica dos grandes produtores de café que passam a ocupar o espaço político da decadente oligarquia dos engenhos. A ascensão econômica dos grandes fazendeiros do café traz mudanças sociais inevitáveis à sociedade, mudanças estas que vão afetar não apenas a composição da estrutura política, mas também o próprio relacionamento entre suas mais diversas classes (BOSI, 1988).

O alto custo da mão-de-obra escrava forçará os barões do café a pressionar o governo no sentido de organizar a entrada maciça de mão-de-obra imigrante, mais barata, ainda que assalariada. Perdida a importância econômica do escravo, o passo fundamental e quase que obrigatório, posteriormente, será a sua completa libertação. Há ainda outros grupos sociais que passam a se destacar nesse cenário, como observa Faoro (2001, p. 455):

Na verdade, a partir de 1860, a pressão de baixo modificou o ambiente eleitoral, sem destruir a máquina. O lenço branco toma conta da Corte e das cidades, já inquietas com elementos populares autônomos, transformadas com a prosperidade urbana decorrente do fim do tráfico. A pujança da agricultura, no sul, levava, de outro lado, ao fortalecimento da fazenda, com expressões mais ativas e independentes, de molde a, momentaneamente e parcialmente, assenhorear a própria máquina eleitoral. O norte, entretanto, vergado à decadência de suas culturas agrícolas, não conseguirá mais libertar-se da manipulação governamental, que a República acentuará, com as oligarquias estaduais articuladas às localidades.

Apesar de consolidado como principal item da pauta de exportações do país, o plantio do café não tem assegurado o crédito para a colheita das safras futuras. A atividade bancária no país é pequena e não atinge o interior. O fazendeiro é obrigado a se garantir com o “comissário”, um intermediário entre o produtor e o exportador. O crédito é garantido pelo comissário que vai pautar sua atuação pelo lucro presumido na operação advinda da cobrança de juros e o valor da revenda do produto final, beneficiado, já que a ele também cabe esta etapa.

No entanto, proporcionalmente, os maiores ganhos vão para o exportador que controla as quantidades a serem negociadas de acordo com as oscilações do mercado. Seu trabalho de especulação é o que lhe garante grandes rendimentos. Comissários e exportadores são figuras urbanas, distanciadas dos fazendeiros, que pelo vínculo à terra ainda mantêm uma tradição rural ligada a sua atividade. No entanto, esses fazendeiros, por toda a importância da dinâmica econômica da lavoura do café, transformam-se mais tarde em verdadeiros empresários, fenômeno que os distanciou de suas terras e também

os tornou cidadãos urbanizados. Como prova dessa nova realidade social, temos a construção de suntuosos palacetes na região da Avenida Paulista, na parte mais alta, e nobre, da cidade de São Paulo.

Essa sociedade não é representada pelo poder político constituído. Ao contrário do que se pode imaginar, a maioria dos políticos assentes no Senado, na câmara dos Deputados e nas câmaras provinciais é formada por burocratas e magistrados, que vão perpetuando-se no poder por relações de compadrio, nepotismo, fisiologismo e a mais escancarada troca de favores, além do comum artifício da compra direta de votos, prática absolutamente normal, principalmente nos redutos mais afastados, até o final do período do Império, conforme relata Faoro (2001, p. 458):

O proprietário de terras, capaz, pela riqueza, de atuar autonomamente, não dispunha de meios de controle da máquina, inacessível, pela sua extensão e centralização, ao domínio de baixo para cima. Além disso, o financiamento do aparelho não estava ao seu cargo, senão que se fazia por conta do governo, com os empregos públicos. Os fazendeiros, quando entravam na partilha, recebiam o favor dos poderes oficiais, que, por esse meio, se ligavam aos potentados locais, meros agentes da divisão das sobras no banquete.

A excessiva centralização do poder era uma causa fundamental do total imobilismo social observado no país, perdendo em importância talvez somente para a instituição da escravidão em si. Faoro (op.cit. p. 522), a esse respeito, observa que:

A chamada elite agrária, forte e ativa nos seus latifúndios, some diante do ardente círculo dos negócios: ela está subordinada pelos interesses da escravidão, "ao monopólio de outros monopólios comerciais". O patronato político não distribui somente empregos e cargos, ele enriquece e empobrece seus protegidos e adversários, num entendimento que o dinheiro projeta além dos partidos.

Latifundiários, sejam eles os decadentes senhores de engenho, sejam os emergentes barões do café, detêm o poder econômico. Burocratas e funcionários públicos detêm o poder político. Estes sujeitos formam a elite social do país. Desta maneira, observa-se que a composição social no Brasil de finais do século XIX era de uma elite pequena e excessivamente concentradora de renda e poder, composta da antiga e da nova oligarquias latifundiárias, da classe burocrática política, que controlava todo o teatro de operação das eleições, mesmo quando elas passaram a ser diretas, de uma também minúscula classe social que se poderia chamar, por falta de melhor termo, de classe média, composta por funcionários públicos de menor importância, artesãos, profissionais liberais e militares e, por fim, uma imensa camada da população, sem direito a representação política, sem renda e engrossada pelos escravos recém libertos: os pobres do Brasil. Os escravos contam somente como força produtiva e mesmo após a abolição da escravidão não se inserem no contexto social brasileiro. Resta apenas uma classe cujo poder persuasivo não advém nem do poder político, nem do econômico: a classe militar (FAORO, 2001).

Os militares brasileiros representavam simbolicamente um microcosmo da própria sociedade brasileira. As grandes patentes militares eram destinadas aos representantes das famílias mais tradicionais, ou seja, as mais antigas e as que detinham estreitos vínculos com o poder imperial. O exército imperial representava muito mais um corpo a favor da manutenção do regime do que uma instituição com valores e ideologia próprios, sendo inclusive convocado por diversas vezes pelo poder imperial para combater insurreições de origem popular. No entanto, os soldados rasos e de baixas patentes representavam a grande maioria da população, distanciada do centro de poder da corte e sem os meios para acessá-la.

O episódio que finalmente confrontou a monarquia com o exército foi a Questão Militar (CASTRO, 1995). Entre 1884 a 1887 travou-se uma série de embates entre oficiais do exército e representantes da monarquia por conta da proibição da manifestação dos militares de suas insatisfações pela imprensa. A punição aplicada aos oficiais que não seguissem a recomendação era a

transferência para quartéis de províncias distantes. Oficiais começam a se organizar contra o poder monárquico e passam a se aliar aos republicanos. Essas adesões vão culminar na Proclamação da República em 1889.

1.1.3 A economia do Brasil do século XIX: de uma monocultura a outra

A economia baseada na produção escrava, que ditava um ritmo de trabalho todo peculiar, começa a perder espaço gradativamente para a monocultura cafeeira. Os latifúndios escravistas perdem espaço muito mais pela baixa produtividade de seu trabalhador, incapaz de concorrer com o trabalhador estrangeiro - assalariado e capaz de render em maior quantidade graças à maior produtividade - do que com o regime de emprego em si de seus trabalhadores, que em tese teria a vantagem de um custo menor de mão-de-obra. Como já observara Schwarz (1981, p. 14):

Fernando Henrique Cardoso observa que “economia” não se destina aqui, pelo contexto, a fazer o trabalho num mínimo de tempo, mas num máximo. É preciso espichá-lo, a fim de encher e disciplinar o dia do escravo. O oposto exato do que era moderno fazer. Fundada na violência e na disciplina militar, a produção escravista dependia da autoridade, mais que da eficácia. O estudo racional do processo produtivo, assim como a sua modernização continuada, com todo o prestígio que lhes advinha da revolução que ocasionavam na Europa, eram sem propósito no Brasil.

Com a crescente importância das lavouras cafeeiras na economia do país, cresce também a importância política das oligarquias rurais do Centro-Sul brasileiro, ao mesmo tempo em que as lavouras mais tradicionais de algodão e açúcar entram em franco declínio por conta da concorrência estrangeira.

A tensão político-econômica em um país escravocrata que ainda depende muito de sua mão-de-obra escrava reflete-se na absurda demora com que o país decidiu libertar seus escravos e os mecanismos criados para prolongar a continuação do trabalho escravo. Por mecanismos queremos que se entenda a promulgação de leis criadas para libertar alguns escravos em algumas situações específicas, como a Lei do Ventre Livre ou a Lei dos Sexagenários.

Alguns abolicionistas, inclusive, criticavam a segunda por entender que seus donos poderiam simplesmente dispensar seus idosos escravos quando estes já não lhe serviam como meio de produção, causando um problema social ainda maior.

A promulgação pelo Reino Unido do *Bill Aberdeen*, ou *Slave Trade Suppression Act* em 1845, foi um duro golpe na ação dos traficantes brasileiros de escravos. Por essa lei ficava proibido o comércio de escravos entre a África e a América. Somada à ação dos navios ingleses, que em várias ocasiões perseguiram navios negreiros brasileiros até mesmo em águas e portos brasileiros – o que gerou inúmeros atritos diplomáticos entre ambos os países – promulgou-se em 1850 a Lei de Extinção do Tráfico Negreiro, mais conhecida como Lei Eusébio de Queirós, que adotou o mesmo procedimento, a proibição do tráfico escravo interatlântico, mas agora baseado numa lei brasileira (NOGUEIRA, 1984). A partir desse fato o número total de escravos que entram anualmente no país despencou sensivelmente. Para que se tenha uma noção em termos numéricos, em 1848, estima-se que desembarcaram no país cerca de sessenta mil escravos. Quatro anos depois, o número total não passou de setecentos escravos desembarcados.

A primeira reação de muitos senhores de engenho endividados foi vender a peso de ouro sua mão-de-obra para fazendas de outras lavouras, principalmente as de café, criando um autêntico mercado de tráfico entre as províncias. Com o conseqüente encarecimento dessa mão-de-obra, a então pujante lavoura cafeeira prefere pagar salário aos imigrantes europeus. É importante ressaltar que essa prática só se torna economicamente viável após a intervenção do governo imperial, que passa a subsidiar e regularizar a situação desses imigrantes. Além disso, o incipiente capitalismo brasileiro, simbolizado na figura de Visconde de Mauá, não pode prescindir da mão-de-obra livre, condição para que seja também mão-de-obra consumidora.

A extrema dependência econômica do país da monocultura cafeeira afeta sobremaneira o mercado interno brasileiro. As taxas cambiais que favoreciam a exportação praticamente impediam os produtos internos de aqui serem

fabricados, pelo seu alto custo. No entanto, por conta do dinamismo econômico proporcionado pelos capitais advindos da exportação do café, a implantação de uma indústria nacional de base passa a ser uma necessidade incontestável.

Como o país dispõe de poucos bancos privados e estes por sua vez têm uma quantidade muito pequena de crédito a oferecer, o país recria o Banco do Brasil em 1853 (este havia falido em 1829) com dois propósitos principais: oferecer crédito rural aos fazendeiros e financiar a construção de uma indústria nacional, que possa dar conta da necessidade de implantação de uma infraestrutura básica ao país.

A partir do Segundo Reinado, a necessidade econômica irá unir-se à sanha pactuária da classe política. Os grandes projetos de construção e implantação de infraestrutura nos grandes centros, como os serviços de fornecimento de gás e obras sanitárias, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, vão criar o quadro perfeito para imiscuição do governo nas decisões sobre quem levaria a cabo a realização de tais obras. Como muito bem definiu Faoro (2001, p. 522):

O progressismo, como muito mais tarde o desenvolvimentismo, farão da modernização um negócio de empréstimos, subvenções e concessões, entremeado com o jogo da Bolsa, sob os auspícios do Estado. Modernização esta em choque com as forças conservadoras e agrárias, mas distante das correntes revolucionárias. Ninguém quer matar a galinha dos ovos de ouro, senão viver à custa dela, submissa, calada e recolhida, mas prolífica.

Dessa forma, a antiga oligarquia rural passa a perder progressivamente espaço para uma classe social urbana, envolvida com os grandes projetos de modernização do Estado brasileiro. Esse envolvimento implica adesão à estrutura política, sem a qual é impossível pleitear empréstimos, subvenções e concessões, como vimos. Feito o pacto político, as classes políticas mancomunadas com essa incipiente elite empresarial urbana, começam a pleitear um protagonismo de fato em várias áreas. Tudo isso se refletirá no panorama cultural do país.

1.2. Influência das principais correntes estéticas, literárias e filosóficas da época no Brasil

O Brasil de finais do século do século XIX era um país que se transformava social e economicamente de maneira muito acelerada e isso se viu refletido em sua produção cultural. O abolicionismo e o republicanismo tomam cada vez mais corpo e seus discursos passam a circular com cada vez mais intensidade. A imigração e a crescente urbanização dão o tom final às transformações sociais.

Tributárias dos movimentos estéticos e filosóficos europeus, no Brasil, as ideias positivas de Auguste Comte, o determinismo histórico de Taine e o ceticismo de Renan tiveram maior eco, segundo Nogueira (1984). Joaquim Nabuco, em especial, era grande admirador da obra de Ernest Renan, tendo mesmo dedicado o sétimo capítulo de seu livro *Minha Formação* a ele. O socialismo utópico de Proudhon, o socialismo científico de Karl Marx e o evolucionismo de Darwin também tiveram importância em termos de repercussão, embora em menor grau.

No Brasil, foi sem dúvida o Positivismo o maior influenciador das mentes republicanas e abolicionistas. Benjamin Constant, Raimundo Teixeira Mendes, Euclides da Cunha, Luís Pereira Barreto, o marechal Cândido Rondon, Roquette-Pinto são alguns de seus expoentes. Foi decisiva a influência dessa doutrina para a Proclamação da República ao penetrar com intensidade na comunidade militar. Em oposição, a Igreja Católica, monarquista e antipositivista, se desdobrava em combater seus ideais. Foi a partir dos ideais positivistas que começaram os debates sobre a laicização do Estado e das instituições públicas, debates acirrados depois do advento da Questão Religiosa, em que o Estado interditou irmandades católicas acusadas de manterem maçons entre seus quadros (NOGUEIRA, 1984).

O Romantismo, que dominou grande parte do século XIX, via agora a sua importância diminuída pela ação de correntes estéticas e filosóficas antagônicas ao seu ideal. Em termos literários, o Brasil conseguiu se destacar por revelar um autor universal como Machado de Assis, capaz de, praticamente

sozinho, influenciar diretamente os rumos da literatura nacional. Exemplo disso foi a publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* em 1881, que implantou o Realismo no Brasil.

Em 1890 a antiga Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada em 1816 por D. João, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e dos Algarves, foi transformada na Escola Nacional de Belas Artes, refletindo em seu nome a mudança ideológica que, incorporada à instituição, refletia a recente mudança política pela qual passava o país.

Se o discurso reflete as condições sócio-históricas de sua produção, cremos ter sido importante esboçar esse breve, mas útil panorama cultural. A partir dele, poderemos compreender o que influenciou o discurso de Joaquim Nabuco, os movimentos literários, artísticos e culturais em geral, enfim, um novo conjunto de ideias e pensamentos que se voltam à reflexão das transformações tecnológicas que imprimiam ao mundo novos desafios. É nesse contexto que irrompe o discurso de Joaquim Nabuco, são os valores surgidos nesse período que devem ser levados em conta para se entender o homem e os seus ideais. É o que observaremos no próximo item.

1.3. Joaquim Nabuco: o homem e os ideais

Ao se falar de uma personalidade histórica tão importante quanto Joaquim Nabuco corre-se, basicamente, dois riscos. O primeiro é recuar demais no tempo a explanação sobre sua vida, o outro é o contrário, encurtar demais a explicação e deixar de lado elementos essenciais à compreensão de seu legado intelectual. Para efeito de demarcação histórica e para que consigamos trabalhar com certo rigor, começaremos nossa reconstituição da vida de Joaquim Nabuco a partir do ano de 1870, quando ele contava com 21 anos, portanto no ano em que alcança a maioridade plena e, também por coincidência, o ano em que ele se diploma pela Faculdade de Direito do Recife, (concluindo o curso iniciado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo) em Ciências Sociais e Jurídicas pela e volta ao Rio de Janeiro.

Em *Minha formação* (1984), Nabuco confessa que seus primeiros arroubos em relação à política vêm quando ele fica sabendo da nomeação de seu pai para a composição do gabinete Zacarias de Góis. Esses arroubos trazem os primeiros vislumbres de ambição política. A leitura do jornalista e economista britânico Walter Bagehot foi fundamental para o alicerçamento de suas ideias políticas e econômicas. É importante notar que o próprio Nabuco reconhece que pelo fato de ser um historiador amador talvez Bagehot não tenha um aprofundamento necessário nas questões de ordem sociológica dos temas políticos, mas a sua grande vantagem é simplificar em suas análises o sistema de funcionamento da política inglesa.

A partir desta leitura, Joaquim Nabuco convence-se que uma das principais imperfeições do sistema republicano está em sua constante necessidade de se ajustar a cada eleição, e que por isso mesmo, o fato do representante do poder executivo ser eleito não garante uma eficácia maior a sua atuação política, como descrito em Nabuco (1984, p. 10):

A abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos de que fui contemporâneo; a expulsão do imperador me abalou mais profundamente do que todas as quedas de tronos ou catástrofes nacionais que acompanhei de longe; por último, não experimentei nenhuma sensação tão cheia, tão prolongada, tão viva, durante meses ininterrompidos, como a última revolta, quando se ouvia o canhão da guerra civil no mar e o silêncio ainda pior do terror em terra. Em tudo isto, porém, há muito pouca política; nesses três quadros, por exemplo, a política suspende-se; o que há é o drama humano universal de que falei, transportado para nossa terra.

Ao formar-se em Ciências Sociais e Jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife, Nabuco é já um monarquista convicto, contrariando a grande maioria de seus colegas, republicanos de primeira ordem. Nesse mesmo ano viaja até a corte, no Rio de Janeiro.

O espírito inquieto e cosmopolita de Joaquim Nabuco o impede de se ater às questões de ordem prática da política, aquelas dos políticos profissionais como

ele mesmo o definiria. Nabuco antes se volta às artes e à filosofia e toma a decisão de viajar para a Europa em 1873. Para tanto, ele vende o engenho Serraria e um sobrado na Rua Larga do Rosário, herdados de sua madrinha, D. Ana Rosa. Em agosto daquele ano, ele embarca rumo à Paris e até 31 de agosto de 1874 sua excursão à Europa lhe vale visitas à França, Itália, Suíça, Portugal e Inglaterra.

Vivendo como um dândi, visitando museus, bibliotecas, igrejas, castelos, conhecendo e fazendo amizade com personalidades intelectuais européias, comparecendo às sessões parlamentares, Nabuco incorpora de forma definitiva os elementos de uma cultura europeia que tanto seriam decisivos na construção de sua própria intelectualidade. Interessante é notar que Nabuco não distingue entre as finalidades de seus passeios, os compromissos mais ou menos sérios, enfim, tudo é motivo de registro em suas andanças, como se pode verificar nesse registro de um autêntico *bon vivant* em Roma, em seus Diários, conforme nos relata Mello (2005, p. 46):

22 de fevereiro de 1874: Almoço no restaurante delle Colonne. À casa do barão de Javari. Ao Pincio. A russa do café Nazzari. Jantar do Itiberê no Nazzari. À noite, às ruínas. O eco do Coliseu. Grandeza do Coliseu em uma noite de luar.

Em junho, em Londres, outro tipo de passeio, agora praticamente a agenda de um adido diplomático, cargo que ainda não exercia e para o qual foi nomeado somente em 1876, nos é narrado por Mello (2005, p. 62): “16 de junho de 1874: Com o príncipe Galitzin a Westminster. Chantham, Canning, Robert Peel; serviço divino. Ao Parlamento. Câmara dos Comuns. Comitê. À oficina do Times. Jantei em casa do barão de Penedo.”

Se Joaquim Nabuco já não nutria grande estima pelo projeto republicano, essa primeira viagem à Europa sepultou de vez qualquer tentativa de conciliação entre ele e o regime. Mas foi principalmente sua veia estética que floresceu. Após a volta de sua primeira viagem europeia a maior preocupação de Joaquim Nabuco residia nas artes e na filosofia. No ano seguinte, funda, com o amigo Machado de Assis, a revista *A Época*.

Em abril de 1876, ele torna-se adido da Legação Brasileira nos Estados Unidos. Essa primeira experiência diplomática trouxe a Nabuco a oportunidade de confrontar o cosmopolitismo das ideias políticas europeias com o pragmatismo das relações sociais e econômicas dos americanos. Previsivelmente, Nabuco muito estranhou dos costumes da sociedade americana, acostumado que estava com os hábitos europeus. No entanto, justiça seja feita, Nabuco rasga elogios aos Estados Unidos e ao seu sistema republicano presidencialista, perfeito, segundo ele, para a cultura de um povo de costumes tão diferentes do nosso quanto é o anglo-saxão povo americano da época.

O problema era que Nabuco era cidadão do Brasil, uma nação diferente demais dos costumes tanto dos europeus quanto dos americanos. Prova disso é que o sistema representativo político, absolutamente centralizador, permitia a continuidade política das velhas oligarquias, como bem se pode verificar pelas palavras de Faoro (2001, p. 458). Esse sistema gerava uma classe que se perpetuava no poder pelo nome e tradições familiares:

Depois de concluída a obra centralizadora, a eleição de um deputado decorria de manobras urdidas na corte. O pretendente deveria ser filhote, filho de um político influente, senador, ministro ou conselheiro de Estado, ou protegido de uma dessas figuras dominantes. O cargo público, sobretudo o de juiz, fora o passo inicial, ao ponto de, num período, a deputação se compor, na maior parte, de magistrados.

Em agosto de 1877, Nabuco de Araújo candidata o filho a deputado pelo Recife, mera formalidade para posse efetiva em 05 de setembro de 1878. Faoro (2001, p. 459), relata o acontecimento:

Dez anos depois, a vez é de outro filhote, Joaquim Nabuco, com a candidatura tramada como execução testamentária do pai, senador, conselheiro de Estado e ex-ministro. "Não me custou nada essa eleição"... — confessava o favorecido.

Com a posse do deputado Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, uma nova fase inicia-se em sua polivalente carreira. O traço político de Nabuco agora vai se aplicar àquela política minúscula, dos profissionais políticos que ele tanto desdenhava.

1.3.1 Joaquim Nabuco e a política

A representatividade no sistema político brasileiro sofre grandes mudanças a partir da década 50. Preocupado com o índice alarmante de fraudes no sistema eleitoral, D. Pedro II sanciona, em 1855, uma lei que altera bastante as condições de eleição dos postulantes. Entre as principais medidas, podemos destacar o voto distrital, as condições de inelegibilidade e a proibição de funcionários públicos, presidentes de província, secretários provinciais, comandantes de armas, juizes de direito, juizes municipais e chefes de polícia de serem eleitos pelo próprio distrito. Essas imposições causaram resultados efetivos já nas eleições do ano seguinte, pois diminuiu drasticamente o número de funcionários públicos eleitos, um bastião tradicional dos conservadores.

A segunda reforma, de 1875, nos interessa mais especificamente, pois ela influenciou a escolha do nome de Joaquim Nabuco para representar os interesses da província de Pernambuco na Câmara dos Deputados. Há ainda uma terceira reforma, maior e mais abrangente, a de 1881, que entre outras mudanças instituiu voto direto e facultativo e permitiu os votos dos escravos libertos, assim como dos não-católicos, mas essa reforma é já reflexo das ações políticas das quais Joaquim Nabuco participou ativamente como deputado e nosso interesse por ora é verificar as condições que o proporcionaram atuar como político eleito, como o sistema eleitoral da época, que veremos a seguir.

O sistema do terço foi instituído na segunda reforma eleitoral de 1875 e sinalizou uma esperança aos liberais, que há muito tempo viam sua atuação política diminuir frente a uma composição política cada vez maior dos conservadores no cenário político brasileiro. No sistema do terço, apenas 2/3 dos votantes poderia escolher também 2/3 dos cidadãos aptos a votar nos candidatos da província, os eleitores. Essa “reserva de mercado” garantia

sempre 1/3 dos votos à oposição, pois esse contingente era empossado automaticamente.

Com a garantia de um preenchimento mínimo de vagas, os liberais voltam a se animar. Os partidos liberais conclamam uma maciça participação popular nas eleições e os pedidos de indicação à composição das chapas se multiplicam, surgindo aí alguns problemas. O partido Liberal agregava um número muito maior de correntes políticas do que o partido Conservador e contemplar a todos era tarefa absolutamente impossível, devido ao pequeno número de vagas disponíveis. Dessa forma, vencer o desafio de ser indicado pelo partido já seria uma tarefa das mais difíceis e Joaquim Nabuco só o conseguiu pelo empenho particular de seu pai, conforme nos relata Gouvêa (1989, p. 78):

Joaquim Nabuco ao reverenciar na Câmara dos Deputados sessão de 20 de outubro de 1879, a memória de Domingos de Souza Leão, Barão de Vila Bela, referir-se-ia às eleições de 1876, quando o chefe liberal de Pernambuco depois de advertir o senador Nabuco de Araújo das dificuldades que encontrava de preterir correligionários com serviços prestados à causa, terminou atendendo o velho amigo e incluiu o filho na chapa liberal num pleito fadado ao fracasso dada a eficiência da máquina montada pelos conservadores. Joaquim Nabuco não se iludiu quanto ao resultado da eleição, e permaneceu em Londres, onde servia como adido à Legação do Brasil.

Joaquim Nabuco não se iludia em relação à carreira política. Prova disso foi a sua permanência em Londres, em que exercia uma função diplomática que lhe permitia gozar dos prazeres da cultura europeia que tanto admirava. É uma situação absolutamente confortável para ele.

Entretanto, outro fato político muda completamente a maré a favor dos liberais. Em 11 de abril de 1878 a Câmara dos Deputados é dissolvida pelo imperador D. Pedro II, usando suas prerrogativas do Poder Moderador. Dissolvida a Câmara dos Deputados e com a indicação à chapa política dos liberais já

garantida, Joaquim Nabuco passa a ter chances reais de ser eleito. Ele volta ao Brasil, desembarcando em 1º de maio e começa a atuar politicamente para ser eleito deputado federal pela província de Pernambuco.

A vida política se revelou mais difícil do que Nabuco previa. Não obstante o fato de ter de angariar votos junto ao eleitorado, algo que ele jamais havia feito em toda a sua vida, ele ainda precisava aprender a lidar com a pequena imprensa, cáustica, sarcástica, que não o poupava por suas maneiras europeizadas, nem mesmo a memória de seu pai, falecido no dia 19 de março daquele ano. Além disso, foi preciso que Nabuco adaptasse seu vocabulário extremamente literário, quando não formal, ao estilo mais despojado e coloquial do povo. Aos poucos, somado a sua impressionante oratória, o candidato foi pegando o jeito da coisa. Finalmente em 28 de setembro de 1878, Joaquim Nabuco recebe um total de 991 votos, tornando-se o 13º candidato mais votado e é então eleito deputado pela província de Pernambuco.

O deputado Joaquim Nabuco inicia seu mandato na câmara dos deputados somente no dia 22 de janeiro de 1879, após um período de convalescença de uma febre tifoide. Já na estreia parlamentar, fica furioso ao perceber que os deputados de seu partido concordam em não aprovar a elegibilidade dos não-católicos, bandeira defendida por Nabuco. Além da questão da liberdade religiosa, ele lutou pelo direito do povo eleger diretamente seus representantes, assim como o fim da escravidão. Essas três foram suas principais plataformas políticas. O deputado aprende o ofício da política na prática. Fazer política é muito diverso de pensar política, como bem descreveu o próprio Joaquim Nabuco (1984, p. 47):

Quando disse que o período que vai até 1879 é o de minha formação política, quis somente dizer que é o período em que adquirei a ferramenta com que hei de trabalhar em política: ainda assim a limitação do tempo não é precisamente exata, porque é na própria política, na Câmara, sob o influxo e determinismo do papel que escolho, que a verdadeira formação se opera, isto é, que as contradições se conciliam, a subordinação dos impulsos e das tendências se dão, as afinidades essenciais se pronunciam, os atritos interiores, as vacilações, as atrações ou repulsões prejudiciais se eliminam, e o destino uma vez conhecido cria a vocação, a tarefa mesma perfaz o instrumento.

Joaquim Nabuco criou diversas polêmicas em sua atuação como parlamentar. Mesmo seus pares liberais não estavam acostumados a presenciar propostas tão avançadas (entenda-se pouco conservadoras) para a época como a secularização dos cemitérios e a desapropriação e venda dos bens das ordens religiosas e dos conventos, além de não entenderem como um deputado poderia tanto querer realizar na prática aquilo que se prometia antes das eleições. Mas não foi somente em relação aos assuntos religiosos que a atuação de Nabuco incomodou. Percebendo o absoluto silêncio que tomava conta da câmara em relação ao assunto da escravidão, ele passa a ter essa como a sua principal bandeira de luta, dispensando a partir desse momento a maior parte de seus esforços.

Essa parte da vida do personagem histórico é fundamental para que se entenda o exato momento em que Joaquim Nabuco toma a frente da ação abolicionista pela via política. O ideal abolicionista já existia em Nabuco, mas as condições de efetiva mudança passavam necessariamente pela ação política, que agora estavam ao seu alcance. Conforme atesta Mello (2010, p. 12); *“Antes de qualquer outro, ele viu na escravidão o grande princípio de uma explicação global e abrangente da sociedade e da história brasileiras”*.

Em 24 de agosto de 1880 o deputado submete ao plenário, em regime de urgência, seu projeto para votação que previa num período máximo de dez

anos o fim total da escravidão no Brasil. O projeto de Joaquim Nabuco era amplo e exibia tantas exigências aos empregadores de escravos que na prática o processo total de erradicação da escravidão teria final antes desse período.

No entanto e como já previsto, seu projeto não foi aprovado. Derrotado, após essa lição recebida na câmara dos deputados, ele parte para a fundação de uma sociedade antiescravagista, não uma sociedade filantrópica, que já existiam às dezenas na época, mas uma sociedade destinada a divulgar a necessidade de extinção da escravidão no Brasil.

A sugestiva data de 7 de setembro de 1880 é escolhida para ser a inauguração da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, realizada em conjunto com o amigo André Rebouças. As ações empreendidas pela sociedade (sua sede era a casa de Joaquim Nabuco) em conjunto com outras entidades e alguns jornais de menor expressão, passam a ter muito mais eficácia no combate à escravidão do que o trabalho isolado dos deputados abolicionistas no congresso.

Apesar de já consolidado como parlamentar ligado à causa abolicionista, questões ligadas ao processo eleitoral acabam por ter influência decisiva na carreira de Nabuco. A reforma eleitoral de 1881 diminui drasticamente o número de eleitores aptos a votar. Com tamanha restrição e devido ao descontentamento popular pela não realização das promessas de campanha, o Partido Liberal sofre, nas eleições do mesmo ano, uma derrota fragorosa. Finda sua legislatura, sem conseguir a reeleição, desta vez pelo distrito da Corte, Nabuco, com extrema repulsa pela política e todas as suas maquinações, prefere voltar à Inglaterra, ainda que passe até mesmo por certa dificuldade financeira, visto que para sobreviver passa a ser articulista de alguns jornais, como o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e o *La Razón* de Montevideú.

No “exílio” em Londres, é produzida uma de suas principais obras, *O abolicionismo*, em 1883. O estado de saúde de Nabuco piora sensivelmente. Em 17 de maio de 1884, ele retorna ao Brasil. Novamente candidato por Recife, Nabuco participa mais ativamente de sua campanha eleitoral que na

primeira disputa. Seus comícios são célebres, sua oratória encanta a massa que passa a se reunir em número cada vez maior; há mesmo relatos de comícios cancelados em alguns povoados porque o local escolhido não comportava tamanha quantidade de pessoas. A quantidade de propostas de seu discurso político também aumenta, ele passa a defender a distribuição de terras e a melhora no acesso à educação, além de manter sua principal bandeira contra a escravidão.

Com tamanho apoio popular, Joaquim Nabuco desponta como candidato favorito do 1º distrito de Recife. No entanto, à custa de intensa fraude, o candidato oponente do partido Conservador, Sr. Machado Portela, consegue equilibrar a votação. Faoro (2001, p. 461) relata a maneira de fazer política da época:

Mas o que avulta é a conexão entre o eleitorado e o candidato, por meio do cabo eleitoral, fiador do préstimo do eleito, não de suas idéias e projetos, estes indiferentes. A oratória do candidato, florida, solene, erudita causava pasmo; mas o discurso do cabo eleitoral convencia, arrastava, conduzia. Joaquim Nabuco, outro exemplar da luta eleitoral, se elege, a primeira vez, mediante uma conspiração de chefes, indiferentes ao eleitorado. Na eleição de 1884 outro é o campo, outras as dificuldades, apesar do sopro governista, que lhe move os passos. Agora a luta seria de casa em casa, em todas as ruas do distrito. Enquanto sente, galvanizando a população com a causa abolicionista, o drama dos que não podem votar no seu nome, para que o pão não lhes falte, está atento ao centro que move os ventos e as dedicações. As nomeações deveriam vir pela mão do candidato, o ministério cuidaria das verbas do porto, um coronel era lembrado para alguns afagos.

Segundo Gouvêa (1989), um episódio de repercussão nacional, no entanto, muda os rumos da eleição. Uma desordem generalizada na 1ª seção da freguesia de São José terminou em mortes e inutilização das atas de eleição, por conta da invasão de populares ao local de apuração, onde havia indícios de fraude na totalização dos votos. A questão se arrastou até janeiro de 1885, quando foram novamente convocados somente os eleitores daquela seção.

Nabuco obtém ampla maioria e volta a ser declarado deputado pela província de Pernambuco.

A política parece mesmo ser a arte dos desdobramentos. Por meio do dispositivo da moção de desconfiança, os deputados conservadores, representantes da oligarquia escravista, conseguem derrubar o gabinete Dantas, liberal, que já acenava com a aceitação do projeto que aprovaria a Lei dos Sexagenários. Dias depois, com um gabinete conservador já empossado, vai à votação o reconhecimento do diploma eleitoral do deputado Joaquim Nabuco. Como esperado, devido à composição de seus novos membros, seu diploma não é reconhecido e o mandato de Joaquim Nabuco é encerrado. Seu adversário, Sr. Machado Portela é empossado.

Em outra reviravolta histórica, o candidato eleito pelo 5º distrito de Pernambuco, o decano Sr. Antônio Epaminondas de Melo, do partido Liberal, falece sem chegar a tomar posse, o que obrigaria a novas eleições segundo o código eleitoral da época. Num gesto de extremo desprendimento, os candidatos liberais, mesmo com a vitória assegurada, abrem mão de sua candidatura pela de Joaquim Nabuco. O ato não poderia ser mais positivo e ecoou na própria Corte.

Realizadas as eleições no dia 7 de junho de 1885, Joaquim Nabuco é reeleito e volta ao Rio de Janeiro para tomar posse. No ano seguinte é derrotado e volta a produzir obras abolicionistas em profusão. Em 1887 decide voltar à Inglaterra, onde intensifica seus contatos com os abolicionistas europeus. Um de seus episódios mais marcantes foi o encontro com o velho William Gladstone, político liberal inglês considerado um dos maiores estadistas do século XIX.

Por essas contingências da política, o Sr. Machado Portela, habitual adversário de Joaquim Nabuco é nomeado ministro do gabinete Cotegipe. Sua deputação no 1º distrito de Recife fica vaga, obrigando a nova eleição para preenchimento do mandato. Pela legislação da época, ele poderia ser ministro e deputado, mas teria que novamente ser eleito para ser considerado deputado.

Em 26 de agosto de 1887 Joaquim Nabuco volta ao Recife e é recebido de forma apoteótica. Ele disputa pela terceira vez a cadeira de deputado pela província de Pernambuco. Apesar da presença intimidatória das tropas do exército, com batalhões de infantaria e cavalaria próximos aos locais de votação, das denúncias de compra de votos, do impedimento de realização de comício dos candidatos liberais e da propagação de boatos por toda a cidade, Joaquim Nabuco vence a disputa e parte para seu terceiro mandato, no auge da sua popularidade.

Após uma rápida viagem à Europa ao final do ano, ele regressa em 1888 ao Brasil e subitamente se depara com um dilema; apoiar o conservador João Alfredo em seu gabinete para ter uma chance real de aprovação ao seu projeto de abolição da escravidão. Os membros do partido Liberal não haviam esquecido as manobras do agora Ministro de Gabinete que haviam depurado um de seus maiores expoentes, o deputado José Mariano, eleito democraticamente e expurgado da câmara por uma manobra absurda do Conselho de Ministros, um dos maiores escândalos políticos da época. Mesmo ciente do alto preço político a ser pago pelo partido, Nabuco aceita apoiar a composição do gabinete com a garantia de ver seu projeto de abolição aprovado na câmara.

Joaquim Nabuco torna-se o líder informal do gabinete e consegue colocar em votação em regime de urgência seu projeto. Finalmente em 13 de Maio de 1888, o Congresso aprova seu projeto e a princesa regente D. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon sanciona a Lei Áurea que liberta todos os escravos do Brasil e proíbe o regime de escravidão doravante no país.

Um dos autores políticos favoritos de Joaquim Nabuco era Walter Bagehot, cujo sobrenome dá título ao segundo capítulo de seu livro *Minha formação*. A política inglesa, seus princípios e sua forma de governo sempre pareceram a ele os mais adequados, mesmo a um país de tradições culturais tão diversas da Inglaterra, como foi e ainda é o caso do Brasil.

Com justiça, Nabuco consideraria que sua ambição “*foi toda em política de ordem puramente intelectual*”, colocando-se mais como um espectador do seu século do que do seu país, onde o que desde cedo mais interesse lhe despertou foi a abolição. Podemos verificar em Gouvêa (1989, p. 68) o que era a política para Joaquim Nabuco:

Nesses anos de mocidade a que me estou referindo, a política era, de certo, para mim uma forte excitação; em qualquer cena do mundo o lance político interessava-me, prendia-me, agitava-me; por isso mesmo, eu não era, nunca fui, o que se chama verdadeiramente um político, um espírito capaz de viver na pequena política e de dar aí o que tem de melhor. Em minha vida vivi muito da Política, com P grande, isto é, da política que é história, e ainda hoje vivo, é certo que muito menos. Mas para a política propriamente dita, que é a local, a do país, a dos partidos, tenho esta dupla incapacidade: não só um mundo de coisas me parece superior a ela, como também minha curiosidade, o meu interesse, vai sempre para o ponto onde a ação do drama contemporâneo universal é mais complicada ou mais intensa.

Em 1895, Joaquim Nabuco, após atuar como “político profissional” como ele já se referira por dez anos e tendo acumulado vasta experiência prática e teórica, passa a se aproximar cada vez mais dos assuntos políticos relativos ao continente americano. De uma série de artigos escritos no *Jornal do Commercio*, Nabuco publica em 1895 sua obra política *Balmaceda*, em que traça os acontecimentos que culminaram no fechamento do congresso e na guerra civil chilena durante o período do presidente José Manuel Balmaceda. Publicou também *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*, além de vários artigos contra a ditadura de Floriano Peixoto. Como se pode perceber, Joaquim Nabuco continua defendendo a monarquia, mesmo com a República proclamada e com a maciça adesão dos políticos liberais do quadro de seu partido. Em outra obra notável *Porque continuo a ser monarchista* (1890), ele expõe detalhadamente os motivos de sua lealdade à causa imperial.

Encerramos o período “político” de Joaquim Nabuco em 1900, ano de publicação de *Minha Formação* e data de sua atuação como diplomata junto à

República. As causas dessa aparente adesão à República por parte desse famoso monarquista são secundárias para o nosso propósito e, por conta disso, não nos focaremos nessa etapa de sua vida política. É importante destacar que, a partir desse momento, sua atuação como diplomata o fará construir outros discursos.

O período de atuação política de Joaquim Nabuco até essa data irá constituir, por meio de suas ações políticas, refletidas no seu discurso político, uma imagem, um jeito, um modo de se apresentar apreensível a partir da materialidade dos discursos produzidos nesse período.

Portanto, a partir, tanto da apreensão desse modo de se apresentar na esfera política por meio da enunciação, que também nos oferecerá outras categorias de análise, como a cenografia e os planos da semântica global, quanto dos contextos sócio-históricos que envolvem e determinam a produção do discurso, poderemos, com mais segurança, (re)constituir a imagem discursiva que o enunciador constrói de si e de seus parceiros discursivos. Passaremos a verificar como dispositivos presentes no discurso nos darão a oportunidade de olhar para o discurso de Joaquim Nabuco sob outra perspectiva, objetivo primordial de nosso estudo.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Os fenômenos da discursividade

2.1.1 Enunciação, enunciado e gêneros de discurso

O objeto de estudo da Análise do Discurso é o interdiscurso. No entanto, antes de se pensar no interdiscurso como um fenômeno da comunicação verbal, faz-se necessário fundamentar teoricamente o enunciado, condição importante para que se fale do discurso e sem o qual não é possível compreendê-lo satisfatoriamente. A primeira distinção que se faz necessária é entre enunciado e enunciação. Com efeito, se pensarmos na enunciação como o “*colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização*”, como definiu Benveniste (1989, p. 82), devemos também, por extensão, compreender o enunciado como o seu produto. Se, ainda segundo Benveniste (1989, p. 83), “*Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua*” é somente através da enunciação que o sujeito enunciador passará a instaurar no mundo as categorias de temporalidade, espacialidade e actorialidade (Fiorin, 2005). São estas categorias que farão o mundo existir como uma dimensão ôntica, acessível à linguagem.

A enunciação institui um enunciador, fonte da enunciação, e um co-enunciador², para quem o enunciado é dirigido. A emergência da relação eu-tu só é possível a partir do momento da enunciação, da colocação em funcionamento da língua por um locutor. Esclarecer que a enunciação só é possível em um contexto que contemple a presença destes dois sujeitos cooperando mutuamente, talvez seja a maior contribuição dentro da teoria da enunciação de Benveniste (1989, p. 84):

² A grafia da palavra “coenunciador”, pelas regras do Acordo Ortográfico aprovado em 1995, deve ser escrita sem o uso do hífen. Porém, em termos de utilização pelo meio acadêmico, o termo “co-enunciador” continua a ser amplamente utilizado. Para efeitos práticos, utilizaremos “coenunciador” quando estivermos nos referindo ao leitor e utilizaremos “co-enunciador” quando nos referirmos ao sujeito parceiro da construção dos sentidos no discurso, juntamente com o enunciador.

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.

Mas imediatamente, desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário.

Mikhail Bakhtin, filósofo e pensador russo, aprofundou os estudos sobre enunciação e contribuiu decisivamente para a área da Linguística ao criar a teoria original dos gêneros de discurso. Acrescentando elementos à teoria de Benveniste, Bakhtin dá maior importância à figura do outro no enunciado, figura diferente do TU, o co-locutor de Benveniste. A polifonia enunciativa de Bakhtin se estabelece de forma que sua teoria passa a ser considerada centrada no dialogismo enunciativo. Em relação às contribuições de Bakhtin para a teoria da enunciação, destacaremos três aspectos.

O primeiro refere-se à ampliação da importância do co-enunciador no ato da enunciação. Segundo o autor, o co-enunciador não pode ser considerado apenas um alvo do enunciado, ele constrói o próprio sentido do enunciado conjuntamente com o enunciador já que ele assume uma atitude responsiva, sempre, em relação ao enunciado. A atitude responsiva dá um *status* diferente ao co-enunciador no quadro da enunciação. Sua importância aumenta e torna evidente que a construção do(s) sentido(s) de um enunciado passa(m) pela perfeita relação entre os dois sujeitos enunciativos.

Atrelada à ideia de competência enunciativa, retomamos as palavras de Fiorin (2005) para quem são sete as competências necessárias ao sujeito para enunciar. São elas: competência linguística, discursiva, textual, interdiscursiva, intertextual, pragmática e situacional. Ainda segundo o autor, quanto maior for o domínio destas competências por parte de enunciador e do co-enunciador

(enunciatário, nas palavras do autor), melhor será a compreensão dos enunciados.

Um problema surge ao se pensar no enunciado como um fenômeno verbal privilegiado da comunicação; sua extensão. De fato, só é possível compreender o processo comunicativo quando os parceiros do jogo enunciativo têm consciência dos limites de seus enunciados, seja para refutá-los, aceitá-los, executá-los etc. O segundo aspecto abordado por Bakhtin (1997, p. 299) tem, portanto, relação com o acabamento específico do enunciado:

O acabamento do enunciado é de certo modo a alternância dos sujeitos falantes vista do interior; essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) tudo o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas. Ao ouvir ou ao ler, sentimos claramente o fim de um enunciado, como se ouvíssemos o “dixi” conclusivo do locutor. É um acabamento totalmente específico e que pode ser determinado por meio de critérios particulares.

Além do estatuto dos parceiros enunciativos e do acabamento (ou conclusibilidade) do enunciado, outro problema preocupou o filósofo russo. Afinal, como os enunciados se apresentavam em toda a sua extensão? Havia alguma espécie de dispositivo por meio do qual os enunciados circulavam e se propagavam num determinado setor da sociedade?

A resposta hoje nos parece óbvia, mas a criação da teoria dos gêneros de discurso foi tão importante que, ainda hoje, mesmo estudando-se com muito afinco o assunto, a percepção geral é a de que ainda se está longe de esgotá-lo. A noção de gêneros de discurso (para alguns linguistas, gêneros textuais), atualmente, é objeto de muitas das teorias linguísticas. Após rever o percurso que levou à conceituação de enunciação e enunciado, verificaremos, agora, a questão dos gêneros do discurso.

A grande contribuição de Mikhail Bakhtin foi abordar os gêneros de discurso numa perspectiva comunicativa diferente, privilegiando os aspectos

sociocomunicativos. Aliando intimamente o enunciado aos gêneros de discurso, Bakhtin (1997, p. 279) assim começou a sua abordagem:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada dos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

Portanto, é a partir dos enunciados que podemos pensar nos gêneros de discurso como dispositivos que dependem das esferas de comunicação verbal em que circulam, das funções (científica, técnica, ideológica etc.) e das relações entre enunciador e co-enunciador para estabilizarem-se e se apresentarem como tais dispositivos. Não há como negar a enorme diversidade dos gêneros de discurso, eles são quase em tão grande número quanto podem ser os próprios enunciados, que vão desde uma simples réplica conversacional a um romance inteiro.

Bakhtin (1997) divide os gêneros de discurso em gêneros de discurso primários e secundários. Segundo o autor, os gêneros de discurso primários são aqueles que se constituem em circunstâncias de comunicação verbal mais espontânea, como a réplica do diálogo cotidiano, a carta, a ordem militar, o relato familiar etc. Eles apresentam uma estrutura bem simplificada e têm muita relação com a oralidade e o cotidiano. Já os gêneros de discurso secundários tendem a aparecer em circunstâncias de comunicação verbal mais complexa e geralmente mais evoluída. Estes gêneros são muito mais ligados à escrita, ao

contrário dos gêneros primários. Os gêneros secundários aparecem e circulam geralmente em esferas artísticas, científicas e sociopolíticas.

Cada período histórico privilegia um ou outro discurso, que se apresenta sob um determinado gênero de discurso. Eles, portanto, são “*dispositivos de comunicação sócio-historicamente variáveis*”, como atesta Maingueneau (2007, p. 30). Os gêneros de discurso acompanham as mudanças históricas ao incorporar em sua própria estrutura as transformações pelas quais as sociedades passam. Um artigo de opinião, por exemplo, pôde nascer por conta da necessidade comunicativa dos leitores de jornal ou revista que, ao desejarem ler textos que apresentassem a opinião abalizada de um especialista num determinado assunto, criou as condições para o surgimento desse gênero. Essa necessidade, que tem origem social, cultural e histórica, pôde se concretizar no estabelecimento do artigo de opinião como gênero. Ressaltamos a interdependência dos gêneros de discurso em relação aos enunciados, pois como citou Bakhtin (1997, p. 282):

Uma concepção clara da natureza do enunciado em geral e dos vários tipos de enunciados em particular (primários e secundários), ou seja, dos diversos gêneros do discurso, é indispensável para qualquer estudo, seja qual for a sua orientação específica. Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Temos um número infindável de gêneros de discurso internalizados, um repertório, e os acionamos de acordo com a necessidade comunicativa. Isso tem a ver com a competência discursiva individual.

O enunciado é o produto verbal de um acontecimento, cuja extensão é variável. O enunciado, portanto, só pode ser realmente entendido se for interpretado atrelado ao seu contexto. Maingueneau (2005a) dá uma importante

contribuição aos estudos sobre o discurso ao esquematizar como três tipos de “contextos” podem auxiliar na interpretação dos enunciados. É importante ressaltar que sempre ao menos um destes contextos estará presente num dado enunciado, mas o mais comum é que apareçam dois ou mesmo todos.

O primeiro contexto corresponde à cena de enunciação que definirá os papéis aos atores enunciativos. As categorias pronominais, o tempo verbal, os advérbios, enfim, dependerão de quem é a fonte enunciativa e para quem se dirige determinado enunciado. O segundo contexto tem a ver com a memória linguística do co-enunciador. Ao interpretar um enunciado, ele vai guardando informações que podem ser recuperadas a qualquer momento na atividade interpretativa para reconfigurar o processo de interpretação. Esse tipo de contexto, o cotexto, baseia-se não somente no conhecimento linguístico do co-enunciador, mas também num tipo de conhecimento que é justamente o terceiro contexto; os saberes anteriores à enunciação. Estes saberes são o tesouro intelectual de que dispõe o co-enunciador para auxiliá-lo no processo de interpretação do enunciado. Estes saberes são também conhecidos como o conhecimento de mundo do co-enunciador.

Voltando ao primeiro tipo de contexto, Maingueneau (2005a) também demonstra que os enunciados podem estar atrelados à situação de enunciação ou não, ou seja, ancorados na situação de enunciação, ou não. Maingueneau retoma as idéias de Greimas sobre embreagem. A maioria dos enunciados produzidos é embreada. Isso significa que eles se organizam, efetivamente, em torno da situação de enunciação. Nestes casos, há sempre referência aos co-enunciadores, há mobilização de dêiticos temporais e referências à espacialidade. Já nos enunciados não embreados não teremos estas referências. Em enunciados desse tipo, há uma espécie de apagamento do enunciador e do co-enunciador do enunciado, assim como a percepção, para o co-enunciador, de não haver qualquer tipo de referência espaço-temporal feita diretamente no enunciado. Este tipo de enunciado é comum em narrativas históricas e textos científicos. Por fim, Maingueneau (2007, p. 30) evidencia que os gêneros de discurso estão atrelados a determinados setores sociais

onde se originam e circulam. Esses setores são considerados tipos de discurso e são importantes para instituir certa filiação aos discursos, assim:

Tipos e gêneros do discurso são tomados numa relação de reciprocidade: todo tipo é um agrupamento de gêneros, todo gênero só se define como tal por pertencer a um determinado tipo. Porém, a noção de gênero, mesmo no sentido restrito que privilegiamos aqui, recobre realidades diferentes: o telejornal ou o guia turístico são rotinas estabilizadas, ao passo q uma obra literária possui um verdadeiro autor, que pode contribuir para a categorização genérica de seu texto.

2.1.2. Texto e Discurso

Alguns linguistas não diferenciam texto e discurso, outros, sim. Para os que os diferenciam há uma necessidade conceitual em fazê-lo, dados os avanços ocorridos nas últimas décadas em disciplinas como a Linguística Textual e a Análise do Discurso. Como essas disciplinas adotaram como seus objetos de estudo, respectivamente, o texto e o discurso³, parece-nos claro que já não há mais como tratá-los como manifestações comunicativas iguais. Adotaremos, portanto, a segunda postura por nos parecer também necessária uma separação conceitual entre os termos. É a partir do ato de enunciação que discurso e texto passam a existir. Segundo Fiorin (2010, p. 148) “O discurso e o texto são produtos da enunciação”. Ainda segundo Fiorin (op. cit., p. 148) pode-se afirmar que:

No entanto, há diferenças entre texto e discurso. Este é da ordem da imanência e aquele, do domínio da manifestação. Cabe lembrar, inicialmente, que os termos imanência e manifestação pertencem à metalinguagem e, por conseguinte, não portam nenhum índice de valor a eles associados na linguagem-objeto: imanente não é o mais profundo, o mais importante, etc., o manifesto não é o mais superficial, menos importante etc. A manifestação é a presentificação da forma numa dada substância, o que significa que o discurso é do plano do conteúdo, enquanto o texto é do plano da expressão. Em outras palavras, este é da ordem do sensível, enquanto aquele é do domínio do inteligível. O texto é a manifestação de um discurso. Assim, o texto pressupõe logicamente o discurso, que é, por implicação, anterior a ele.

³ Inicialmente, postulava-se o discurso como objeto de estudo da Análise do Discurso. Verificaremos, mais adiante, que o teórico em que mais nos apoiamos, Dominique Maingueneau, altera o objeto de estudo da AD.

Outro autor que defende a mesma idéia de conexão entre os planos enunciativo e textual é Maingueneau (2008a, p. 40-41), ao afirmar que “(...) *a enunciação se manifesta como dispositivo de legitimação do espaço de sua própria enunciação, a articulação de um texto e uma maneira de se inscrever no universo social*”. Entendendo o texto como uma manifestação do discurso, como a sua materialidade, podemos nos concentrar mais atentamente no discurso. Analisaremos o discurso na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa.

A partir de demandas teóricas não atendidas pelo paradigma do estruturalismo linguístico, a Análise do Discurso (doravante AD) começa a tomar forma na França, no final dos anos 60. A AD surge, portanto, mais como um movimento de continuidade do estruturalismo do que como um movimento de ruptura total com ele.

O discurso não se confunde com o texto, sua materialidade, nem mesmo com a língua, que é o seu suporte. O gênero é constituído de duas interfaces inseparáveis: o texto, como sua realização empírica e o lugar social, a exterioridade, que se apreende pelo contexto sócio-histórico-cultural. Os aspectos socioideológicos podem ser apreendidos por meio da sua materialidade linguística, o texto. O termo “discurso” é bastante utilizado, tendo significados distintos de acordo com o uso que se faz do termo num determinado contexto linguístico. No entanto, é importante afirmar que discurso é dispersão de textos, de sujeitos, mas que principalmente, discurso é prática social.

Mesmo nas primeiras fases da AD, não há ruptura com o estruturalismo. O sujeito é ainda visto como “assujeitado” pelo discurso, que lhe impõe uma ideologia. Essa concepção do sujeito tem origem nas ideias de Michel Foucault, sendo retomada por Pêcheux (2009) que alia a ideia de formação ideológica – o conjunto de palavras, expressões, proposições etc. que mudam de sentido de acordo com as condições impostas pelo processo sócio-histórico - a um lugar legítimo, uma posição em que este sujeito está autorizado a dizer

para criar o termo “formação discursiva”. Pêcheux (2009, p. 147-148.) retoma o pensamento marxista para esclarecer que:

(...) uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria próprio, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva.

Maingueneau (2007) restringe o termo formação discursiva para discursos que não estejam delimitados por campos discursivos ligados a discursos institucionalizados. Assim, contemplam-se discursos sem filiação institucional, como “discurso racista” ou “discurso da violência”. Em relação à ideia original de formação discursiva de Pêcheux, Maingueneau (2008a) utiliza o termo “posicionamento” e assim reserva o uso de “formação discursiva” para os casos específicos que observamos.

O conceito de discurso constituinte, apresentado por Maingueneau (2008a) nos ajudará a delimitar o próprio escopo do discurso político, representativo da análise de nosso *corpus*. Por discurso constituinte, o autor define aqueles que não se submetem à tutela de quaisquer outros. Dessa forma, os discursos constituintes não pretendem negar sua interação com outros discursos, mas pretendem subjugar-los aos seus próprios princípios. Um discurso constituinte atua tematizando sua própria constituição e só ele pode ser constituinte para outros discursos. Exemplos de discursos constituintes são o filosófico e o religioso. Eles se fundam no e pelo discurso, têm um corpo de enunciadores consagrados e uma gestão de memória, conforme afirma Maingueneau (2008a).

O discurso político não é constituinte, já que normalmente recorre a outros discursos (filosófico, científico, religioso), além de apoiar-se numa *doxa* coletiva. Essa definição nos é muito útil, pois permite caracterizar o discurso político como um discurso que se opera na confluência de certos discursos

constituintes, ele irá socorrer-se em discursos de outros campos sempre que houver necessidade.

Maingueneau (2005a) propõe que a noção de discurso vem mudando e isso por conta da influência de diversas correntes das ciências humanas, mais enfaticamente pela influência da Pragmática, citando sua forma específica de apreender a comunicação verbal. O autor, por conta desta forma particular de apreensão, descreve oito de suas características essenciais. Vamos agora retomá-las.

2.1.2.1. Características essenciais do Discurso

O discurso é uma organização situada para além da frase. Com isso, o discurso se manifesta como uma organização que mobiliza estruturas diferentes das da frase, não que ele seja, portanto, superior à frase em extensão. Os discursos são organizados de acordo com as regras vigentes num determinado grupo social, regras estas que determinam sua extensão, tipologia, gênero de discurso etc.

O discurso é orientado. Ao afirmar sua orientação, assume-se que o discurso se desenvolve no tempo, de maneira linear. Reconhece-se, portanto, que o discurso se constrói em função de uma finalidade e deve se dirigir para algum lugar. O curso do discurso pode ser desviado, retomado etc., de acordo com as necessidades comunicativas que o contexto exija.

O discurso é uma forma de ação. Esta afirmação baseia-se na teoria dos “atos de linguagem”. Isto significa que toda enunciação constitui um ato que visa modificar uma determinada situação (prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc.).

O discurso é interativo. Afirma-se que toda atividade verbal é sempre uma inter-atividade entre dois parceiros. Ainda que não exista no momento da enunciação um destinatário, qualquer discurso é sempre dirigido a um outro, o que supõe sempre uma interatividade obrigatória entre aquele que produz e aquele que recebe um discurso. Maingueneau (2005a) percebe a inutilidade do termo “destinatário”, inaplicável em determinados contextos discursivos, e

passa a utilizar, a exemplo de Antoine Culioli, o termo “co-enunciador” para esse agente do discurso.

O discurso é contextualizado. Isso significa que não há discurso senão num dado contexto. Além disso, o discurso pode vir a modificar o próprio contexto, assim como o contexto pode mudar um determinado discurso.

O discurso é assumido por um sujeito. Todo discurso remete a um sujeito, um “eu” que se põe como fonte de referências pessoais, especiais e que indica a atitude que toma em relação àquilo que diz, em relação ao seu co-enunciador. Assim, ele pode assumir seu discurso, negá-lo, atribuí-lo a outro, comentá-lo etc.

O discurso é regido por normas. Os atos de linguagem implicam normas específicas a cada ato e o trabalho de legitimação discursiva é inseparável do exercício da palavra. A fala – instituição “autêntica” da expressão da enunciação – é sempre regida por normas intrínsecas ao seu funcionamento.

O discurso é orientado no bojo de um interdiscurso. Esta última característica discursiva demonstra a especificidade do conceito de discurso na teoria de Maingueneau. Para o autor, o objeto da AD não pode ser o discurso, mas o interdiscurso, lugar em que o discurso entra em relação, muitas vezes em choque, com outros discursos. Analisar os embates ideológicos aí verificados é o que interessa à AD.

Reconhecer o diálogo entre os diversos discursos de um mesmo interdiscurso é também reconhecer que justamente por esse sistema de relações os discursos ora se aproximam, ora se afastam, criando verdadeiras redes discursivas. Essa relação dialógica é uma necessidade do discurso, e, segundo Fiorin (2010, p. 151), “*A relação dialógica entre discursos será chamada relação interdiscursiva e, na medida em que é constitutiva do discurso, é uma relação necessária. Não há discurso fora das relações interdiscursivas*”.

A noção de interdiscurso é tão importante à AD que a examinaremos com mais apuro no próximo tópico.

2.1.3. O Interdiscurso

Mainueneau (2008b) postula que só há como interpretar um discurso relacionando-o a muitos outros discursos. Assim, cada gênero de discurso teria suas próprias leis funcionais. O discurso, visto dessa forma, sempre é considerado estando inserido em outro(s) discurso(s). Esse espaço de inclusão é o interdiscurso. Segundo o autor, ele tem precedência sobre o discurso e deve ser a unidade de análise pertinente da AD. O interdiscurso é o espaço de troca entre os discursos. É nesse espaço que deve se ater o analista do discurso.

No interdiscurso, a noção do Outro é fundamental. Para se recuperá-lo, utilizam-se a heterogeneidade “mostrada” e a heterogeneidade “constitutiva”, que são conceitos desenvolvidos pela autora Jaqueline Authier-Revuz (MUSSALIM, 2003). Somente a heterogeneidade mostrada é acessível aos aparelhos linguísticos. No entanto, é com base na heterogeneidade constitutiva que se descreve a hipótese do primado do interdiscurso.

A hipótese do primado do interdiscurso busca na heterogeneidade constitutiva a base para explicar como se amarra, em uma relação indissociável, o Mesmo do discurso e seu Outro. Cria-se uma problemática ao inscrever-se o Outro no discurso, pois dessa forma se reconhece que a relação com o Outro é o próprio fundamento da discursividade.

Importante é ressaltar que o Outro do discurso não se confunde com o Outro das teorias da psicanálise lacaniana ou mesmo das teorias da enunciação ou da ideologia. Para que haja o constructo deste Outro discursivo, é importante retomar autores precursores desta temática, mais especificamente os ligados ao “círculo de Bakhtin”. Bakhtin (1997) apresenta algumas idéias representativas do caráter constitutivo da interação enunciativa, agrupadas em torno de um “princípio dialógico” que reconhece a impossibilidade de se alcançar o objeto discursivo sem que entre em relação viva e intensa com o discurso do Outro. Essa ideia traz à tona a questão fundamental do descentramento do ser na comunicação. Em relação ao princípio dialógico de Bakhtin, Mainueneau (2008b) monta um quadro metodológico e um domínio

de validade mais precisos. Centra-se “interdiscurso” por meio de uma tríade formada pelos termos “universo discursivo”, “campo discursivo” e “espaço discursivo”.

Como universo discursivo, deve-se entender o conjunto de todos os discursos existentes, numa conjuntura dada. É importante ressaltar que embora esse número de discursos não seja propriamente infinito, sua extensão não permite que se dê conta de sua globalidade. Esse termo serve muito mais como uma referência ao conjunto de possibilidades que um analista tem a sua disposição.

O campo discursivo é uma abstração necessária. Trata-se de um domínio em que é possível estudar discursos de uma mesma natureza social. Estes campos discursivos abrangem discursos que concorrem entre si numa acepção bastante generalizada. Concorrem no sentido em que há não apenas confronto direto, mas também onde há alianças e aparentes neutralidades. Onde há concorrências desses tipos podemos classificar os campos discursivos como “políticos”, “filosóficos”, “dramatúrgicos”, “jurídicos” etc.

Há, evidentemente, muita dissimetria entre discursos de um mesmo campo discursivo, opondo de forma hierárquica bastante instável discursos dominantes e dominados de um mesmo campo. Por isso faz-se necessário isolar formações discursivas menores dentro dos campos discursivos. A essas formações discursivas dá-se o nome de espaços discursivos. É dentro dos espaços discursivos que o analista do discurso pode operar. Os espaços discursivos concentram discursos que são restritos de um campo discursivo e “(...) *devem resultar apenas de hipóteses fundadas sobre um conhecimento dos textos históricos, que serão em seguida confirmados ou infirmados quando a pesquisa progredir*”, conforme Maingueneau (2008b, p. 37). É no espaço discursivo, portanto, que localizaremos o interdiscurso.

No interdiscurso, no conjunto de possibilidades semânticas, o que há é um espaço de trocas e nunca de identidade fechada. O interdiscurso não pode ser apreendido como um conjunto de relações dentro dos espaços compactos verificáveis nos espaços discursivos, os “intradiscursos”, como se pensava nos

anos 60, mas ele só pode ser apreendido no âmago dos próprios intradiscursos.

O Outro do discurso jamais é um mero destinatário, um “envelope” dos discursos, mas é o elemento que interferirá, em todo momento, no processo enunciativo do discurso. Entendido nessa perspectiva, o Outro do discurso é um desdobramento do Mesmo do discurso e é importante que se perceba que esse Outro não é um fragmento necessariamente reconhecível nem localizável da compacidade do discurso, portanto, segundo Maingueneau (2008b, p. 39):

Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. Ele é o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade.

Os enunciados produzidos num determinado interdiscurso têm, via de regra, duas faces de uma mesmo objeto, tal qual uma moeda. Pode-se decifrá-los por aquilo a que eles têm “direito”, entendendo-se por isso as condições de sua própria formação discursiva, ou, contrariamente, pelo seu “avesso”, e por este termo entenda-se a rejeição do discurso de seu Outro. O Outro do espaço discursivo, portanto, representa a intervenção de um conjunto textual historicamente definível que se encontra no mesmo palco que o discurso.

O discurso primeiro tende a negar seus dois Outros: não só o discurso posterior, produto inevitável de si, mas também seu discurso anterior, sabendo-se tributário deste para que possa ter existência. Dessa forma, poderia se imaginar que, ao desaparecer um determinado discurso segundo, seu Outro constitutivo, o discurso primeiro, também o faça. A questão não é de forma alguma assim tão simples. Pode ocorrer que um determinado discurso ocupe áreas cada vez mais marginais dentro de um determinado campo discursivo, enquanto seu discurso segundo venha ganhando cada vez mais espaço. Isto não faz com que as relações semânticas originalmente correspondentes entre esses discursos desapareçam, o que ocorre é um deslocamento do prestígio

de um determinado discurso para áreas mais afastadas, enquanto o Outro constitutivo deste mesmo discurso passe a ocupar áreas cada vez mais centrais, do ponto de vista do prestígio sociocultural de uma determinada época. Pode-se mesmo ocorrer um momento de completa desaparecimento do sistema fundador da formação discursiva. Nesse caso, perde-se a filiação semântica do discurso primeiro com seu Outro discursivo. Justamente por saber o quanto um discurso pode deslocar-se dentro até mesmo de um determinado campo discursivo é que se afirma que há uma fase de constituição e uma fase de conservação para o discurso segundo, o Outro constitutivo deste discurso.

A grande quantidade de vozes que emergem de um interdiscurso fez com que Maingueneau voltasse a utilizar o termo polifonia, presente nos estudos de Bakhtin (1997) e Ducrot (1987). Em AD, utilizaremos interdiscursividade no lugar de polifonia quando nos referirmos a essa diversidade de vozes num dado interdiscurso. Maingueneau (2008b) demonstra que o indivíduo que se manifesta no enunciado é o que se responsabiliza pelo enunciado e se situa como fonte de referências enunciativas, além de posicionar-se como o responsável pelo ato de fala. No entanto, no nível de um enunciado, o enunciador pode relatar a enunciação de um segundo enunciador, sem se comprometer com aquela enunciação, por exemplo. Se essa possibilidade existe no nível do enunciado, é possível imaginar a quantidade de vozes que atravessam o interdiscurso, local por excelência de embate de várias vozes.

Por fim, encerramos um ciclo de exposição possível dos caminhos que percorre um enunciado desde sua formalização como produto da enunciação até a sua fixação como texto, materialidade do discurso na forma de um gênero de discurso.

2.2 Noção de política e o discurso político

2.2.1. A política como objeto de estudo

A política como objeto de estudo tem uma tradição que remonta às antiguidades clássicas grega e latina. Como objeto de estudo, a política foi e ainda é estudada pela história, filosofia, e pelas ciências humanas ao longo de toda a história da humanidade.

O que diferenciará a nossa análise em relação a essas ciências é que não utilizaremos a política como objeto de estudo, mas ela será um meio, já que nosso objeto de estudo, em termos específicos, é o interdiscurso presente no campo da política. Esse enfoque se baseia na metodologia de uma disciplina relativamente recente, surgida no final dos anos 60 na França, fortemente baseada no estudo de *corpus* de teor político, a Análise do Discurso (AD). No princípio, a AD utilizava pressupostos teóricos que mais se ajustavam às outras disciplinas, tais como o “materialismo histórico” marxista revisitado por Althusser ou as “formações discursivas”, propostas por Foucault. Aos poucos, porém, a AD passa a definir o discurso como seu objeto de estudo privilegiado. Alguns linguistas, como Dominique Maingueneau, sustentam que na verdade o objeto de estudo da AD é o interdiscurso e não o discurso. Essa é a perspectiva que adotamos em nossa análise.

Diferentemente das outras disciplinas, a Análise do Discurso de linha francesa, segundo Charaudeau (2011, p. 37):

(...) não se questiona sobre a legitimidade da racionalidade política, nem sobre os mecanismos que produzem esse ou aquele comportamento político, nem sobre as explicações causais, mas sobre os discursos que tornam possíveis tanto a emergência de uma racionalidade política quanto a regulação dos fatos políticos.

O que nos interessará, portanto, será verificar sob que condições de produção certos discursos políticos emergiram no contexto sócio-histórico do Brasil da

última década do século XIX, período turbulento do ponto de vista político, em que o país assistiu no período de menos de dois anos à abolição total da escravidão e à mudança do regime político monárquico para o republicano.

Para essa tarefa, além dos dispositivos da AD (cenas de enunciação, *ethos* discursivo e planos da semântica global) verificaremos como o discurso político analisado sofre influências especificamente do campo discursivo a que ele pertence, o campo político. Para tanto, algumas questões como a ação política, as instâncias políticas e os valores serão abordados.

Acreditamos que a primeira diferenciação importante que se deva fazer é a distinção entre o conceito político da prática de política. Charaudeau (2011, p. 44-5) estabelece que o conceito político é *“aquele que se refere a tudo que nas sociedades organiza e problematiza a vida coletiva em nome de certos princípios, de certos valores que constituem uma espécie de referência moral”*. Já a prática de política *“concerne mais particularmente à gestão da vida coletiva na qual estão implicadas diferentes instâncias (de governança e cidadania) que regulam suas relações mediante um jogo de poder e contrapoder”*. Há ainda, segundo o autor, uma relação de reciprocidade dialética entre essas duas noções.

Ainda do ponto de vista teórico, um conceito importante a ser adotado na perspectiva da análise do discurso político é o do espaço de discussão em oposição ao espaço de ação e ao espaço de persuasão. Por espaço de ação devemos entender o local onde se realiza de forma concreta os arranjos para que uma determinada iniciativa política se realize, como a promulgação de leis, regras e decisões. Por espaço de discussão, devemos levar em conta os locais onde se delibera sobre este mesmo conjunto de resoluções e enfim, o espaço de persuasão é aquele em que a instância política tenta convencer a opinião pública. Esta divisão nos parece proveitosa por prover espaços discursivos dentro do campo político, favorecendo a escolha de um interdiscurso específico ao nosso propósito.

2.2.2. O discurso político

Entender o discurso político como aquele que circula num espaço de debates de ideias, de troca de opiniões e dos fazeres políticos nos ajudará a ter uma ideia inicial de algumas de suas particularidades. Muito atrelado a questões de ordem mais pragmática, como as ações políticas, o discurso político deve ser encarado como um discurso altamente ligado a questões de ordem ideológica, argumentativa e identitária.

Ao percebermos que é no âmbito dos espaços de persuasão que o discurso político tende a medir a sua eficácia, precisamos nos certificar que a ação política, objetiva, pragmática será levada a cabo por meio do ato de sedução do discurso político. Há uma hierarquia entre elas? O que é mais importante, a ação política ou o discurso político? Charaudeau (2011, p. 39) sustenta que:

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso.

Charaudeau (2011) ainda define o discurso político em três níveis. Visto como sistema de pensamento ele é altamente ideologizado, calcado numa atividade discursiva que postula ideais políticos fundados em certos princípios. É a estes ideais que devem aderir, através de seus posicionamentos, aqueles que concordam com estes ideais. Visto como ato de comunicação, o discurso político se dirige mais diretamente aos atores políticos, aos que irão tentar obter a adesão de outros a sua causa. Nesse caso, o que se tem é mais uma questão de engajamento pragmático e menos de ideológico. Por fim, visto como comentário, o discurso político pode se referir à participação de um terceiro que tenha por objetivo somente avaliar um conceito político, sem a

vontade expressa de engajar os sujeitos à causa. Essa última visão do discurso político pode mesmo parecer ingênua, pois postula uma aparente “neutralidade” do discurso, mas ela é totalmente cabível se entendermos que, nos capítulos finais de sua obra, Charaudeau (2011), defende que os conteúdos dos discursos políticos atuais estão cada vez menos centrados na mensagem, no conteúdo temático, menos ligados a uma determinada ideologia e mais ligados à figura em si do político, enfim, à sua imagem⁴.

Há também os locais de “fabricação” do discurso político. Eles correspondem a modos de interação e à própria identidade dos atores políticos. Esses lugares de fabricação correspondem ao que Charaudeau (2011, p. 40) definiu como um “*desafio de troca linguageira particular*”. Esses lugares podem estar relacionados a um sistema de pensamento, a um ato de comunicação ou a um comentário.

Entendido como um sistema de pensamento, o discurso político é toda atividade discursiva que tem a pretensão de fundar um ideal político amparado em princípios norteadores da construção de novas opiniões. Esse lugar de fabricação do pensamento político é, por definição, altamente ideológico.

Pensado como ato de comunicação, o discurso político diz respeito de forma mais direta aos atores políticos envolvidos na cena de comunicação política, naqueles atores encarregados do embate político, aqueles que por meio de suas ações obtêm adesões de outrem ao discurso de um projeto político que partilham, que são rejeitados por esse mesmo projeto ou que acabam por estabelecer algum tipo de consenso entre os projetos que defendem e outros projetos políticos.

⁴ Utilizaremos o termo “imagem” quando nos referirmos à representação que se faz de um sujeito por meio da impressão que as características externas (feições físicas, tom de voz, indumentária) causam em um observador. Vamos, portanto, opor “imagem” a “*ethos*”, termo que utilizaremos quando nos referirmos ao sujeito enunciativo, em oposição ao traço de caráter, para o qual utilizaremos “imagem”.

O discurso político como comentário é aquele que não se dirige necessariamente a um fim político. Essa noção de lugar de fabricação se presta de forma muito útil a discursos que embora tenham um teor político, muitas vezes não são percebidos como tais. Esse fenômeno ocorre porque não há o engajamento do enunciador em relação ao conteúdo do seu discurso, o que há é um tipo de análise “distanciada” do fato e, embora saibamos da inexistência do discurso neutro, no comentário há um esforço de se atenuar as marcas ideológicas que possam identificar o enunciador com qualquer corrente política.

2.2.2.1 As instâncias do discurso político

O sujeito do discurso fala de um lugar, de uma determinada posição. Esse posicionamento (a versão de Maingueneau para a “formação discursiva” de Foucault) vai refletir o seu discurso. Por essa razão, é muito interessante pensar nas instâncias de produção do discurso político. Charaudeau (2011) as classifica em instância política (e adversária, no mesmo nível), instância cidadã e instância midiática.

A instância política concentra dois poderes. O “poder de fazer” que dá a ela a possibilidade de decidir e agir e o “poder de fazer pensar” que dá a ela a possibilidade de manipular. A instância política busca legitimar sua ocupação para manter-se no poder. No entanto, ela tem de levar em conta as outras duas instâncias, a cidadã, que a promove e a mantém e a instância midiática, que tem a possibilidade de levar a instância cidadã a querer retirá-la do poder.

A instância política recobre um vasto campo de relações discursivas. São *status* e situações diversas, das quais emanam um grande número de discursos. Há um centro, constituído por políticos com seus respectivos mandatos (governos executivo e legislativo) e há satélites que gravitam em torno desse primeiro círculo, mantendo relações discursivas privilegiadas com esses, nos campos jurídico, técnico, científico. São também representativas as instituições diretamente ligadas ao poder público, tais como empresas estatais, repartições, instituições de pesquisa etc. Há também relações nesse segundo

nível dos partidos políticos, que mantêm relações discursivas num âmbito mais ideológico.

Ainda dentro da instância política, há que se destacar a instância adversária. Ela partilha muito do conteúdo do discurso político da instância política calcada no poder, a diferença é justamente o fato dessa instância pretender alcançar o poder e alijar a que lá permanece. Por conta disso, há sempre a produção de um discurso contrário à instância mantida no poder, que lhe será respondida de maneira simétrica. Charaudeau (2011) manteve estas duas instâncias juntas por perceber que ambas partilham as mesmas estratégias discursivas.

A instância cidadã é aquela que através de discursos reivindicatórios, interpelativos ou sancionadores mantém uma relação de julgamento das instâncias políticas. Charaudeau (op. cit.) utilizou o termo “cidadã” levando em conta os regimes democráticos. A definição para essa instância, portanto, não será válida fora desse contexto de regime democrático, em que a população elege por meio de eleições, os seus representantes. Dessa forma, a instância cidadã é aquela que constrói sua opinião fora do governo e sua filiação simbólica é a uma comunidade nacional.

A modernidade⁵, em toda a sua complexidade, apresenta sociedades compostas por inúmeros grupos heterogêneos, ligados por questões sociais, políticas, étnicas, religiosas etc. Por conta disso, Charaudeau (2011) diferencia, dentro da instância cidadã, duas sociedades: a civil e a cidadã. A sociedade civil corresponde à comunidade nacional em toda a sua totalidade, enquanto a sociedade cidadã, dentro dessa sociedade civil, é aquela que mobiliza grupos de maneira conjuntural ou mesmo institucional para pressionar a instância política a acatar projetos sociais específicos de seu interesse.

⁵ Entendida como “um conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como percebem ou julgam seu instante presente, em comparação com o passado, atribuindo-lhe um valor positivo, mesmo quando o criticam.” (Charaudeau, 2011, p. 215).

A instância midiática tem a função de unir a instância política à instância cidadã. Curioso é imaginar que haja necessidade dessa mediação, pois em tese o discurso da instância política deveria chegar diretamente à instância cidadã, mas como este também é um sintoma da modernidade, incapaz de fazer atingir uma instância à outra diretamente, a instância midiática se torna, automaticamente, uma voz legitimada de antemão para informar e esclarecer a instância cidadã.

Há, no entanto, uma questão peculiar à instância midiática que a torna alvo de questionamentos recorrentes. A instância midiática tem de captar o maior número possível de adeptos (leitores, ouvintes), até porque há numa concorrência feroz entre as empresas que a compõem. Essa lógica comercial pode sim afetar os seus interesses. Dessa forma, Charaudeau (2011, p. 63) afirma que essa instância:

(...) encontra-se em um duplo dispositivo: de exibição, que corresponde à (sic) sua busca por credibilidade, e de espetáculo, que corresponde à sua busca por cooptação. Esta última adquiriu uma posição dominante no circuito de informação a ponto de não se saber mais qual crédito conceder à instância midiática. Isso não impede que o discurso que a justifica avance em seu dever de informar e de promover o debate democrático, de maneira a ser reconhecido seu direito de fazer revelações e de denunciar.

Na sequência das reflexões sobre as instâncias às quais se podem atribuir os discursos de opinião, podemos pensar na maneira pela qual os atores envolvidos nestas instâncias garantem o poder de adesão aos seus discursos. Dentre as três instâncias, a que mais necessita legitimar o seu discurso é, sem dúvida, a instância política. Isso decorre da própria natureza da instância política, que precisa ser homologada constantemente pela instância cidadã.

Charaudeau diferencia legitimidade de credibilidade e autoridade. O autor demonstra que esse acordo tácito entre as instâncias é o que garante a possibilidade de representação. Assim (Charaudeau, 2011. p. 65):

A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Ela depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social, atribuindo status e poderes a seus atores.

A legitimidade é um direito adquirido, ela é concedida de maneira coletiva. A credibilidade tem a ver com a capacidade do sujeito agir ou dizer. A primeira é sistêmica, envolve um processo de concessão. A segunda é pessoal, pois envolve uma avaliação desta capacidade do sujeito em agir ou dizer. Por fim, a legitimidade também não se confunde com a autoridade. Se a legitimidade é uma concessão que se faz ao sujeito, a autoridade é normativa, ela impõe que o outro se submeta ao sujeito, sem contestação. Essa distinção é fundamental para que se entenda porque determinados discursos procuram se caracterizar como legítimos quando na verdade são autoritários.

2.2.2.2 As legitimidades do sujeito do discurso político

Voltando à questão da legitimidade, Charaudeau (2011) a classifica em quatro esferas: a legitimidade por filiação, por formação, por mandato e uma legitimidade de fato.

A legitimidade por filiação se caracteriza pela herança de um sujeito bem nascido, que por meio de um processo de sucessão ou transmissão adquire a legitimidade de seus antecessores. Essa herança pode ser de ordem sagrada, recebida pela interferência divina, o que por si só dificultaria sua contestação, como é o caso dos monarcas de direito divino. Essa herança pode ser de ordem social, baseada na percepção que um sujeito pode herdar as características positivas de um determinado grupo social, uma classe, uma casta, uma família, ela tem um forte apelo da tradição. E por fim, essa herança também pode ser ligada à percepção de que o sujeito é tão notável em suas virtudes e que pelo fato dele não corresponder às duas heranças anteriores suas qualidades só poderem advir de algo místico, íntimo, de uma “*pulsão íntima, cuja origem ele próprio desconhece*” (Charaudeau, 2001, p. 71). Desta

forma, estaria caracterizada essa herança como de ordem hereditária, portanto, biológica.

Se a legitimidade do sujeito não advém de uma filiação (sagrada, social ou biológica), mas ela é vista e reconhecida como um esforço pessoal do sujeito, apoiado por seus pares e comprovada por boas experiências, pode se falar em legitimidade por formação. A legitimidade por formação agrega os conceitos de *self made man* e de competência, pois a adesão ao discurso de legitimidade por formação tem de passar, necessariamente, pelo reconhecimento do esforço pessoal do sujeito aliado a uma capacidade comprovada de realizar.

A legitimidade por mandato é aquela homologada pelo povo, que escolhe seus prepostos para que estes o representem. É sempre bom ressaltar que determinados conceitos do autor levam em conta, necessariamente, a ideia de sistema representativo democrático, baseado na livre escolha da instância cidadã de seus representantes, como é o caso deste conceito.

A legitimidade de fato é muito ocasional. Ela pode decorrer nos raros casos em que um sujeito que possua legitimidade muito limitada e esta não sendo classificada em nenhuma das legitimidades anteriores passa, progressivamente, a encontrar guarida de suas reivindicações em planos políticos representativos cada vez maiores. Trata-se de uma legitimidade de ordem prática, objetiva. Tal legitimidade é muito difícil de ser aceita, pois na grande maioria dos casos, os discursos baseados nos posicionamentos dos grupos que tentam pressionar a instância política sem algumas das legitimidades anteriormente citadas, via de regra, acabam marginalizados.

2.2.2.3 As estratégias do discurso político

Talvez devêssemos pensar que a(s) legitimidade(s) atribuída(s) a um sujeito por seu discurso político fossem por si só suficientes para que ele seja prontamente sancionado pela instância cidadã. A questão está longe de ser tão simples se pensarmos que o dispositivo que confirma essa sanção é o das eleições, no caso de um sujeito da instância política, e a possibilidade de debate, no caso de um sujeito da instância midiática. Como o discurso político

precisa seduzir, persuadir, para depois obter a adesão dos co-enunciadores, torna-se necessário também entender os mecanismos que os enunciadores lançam mão para obter tal resultado, ou em outras palavras, as estratégias utilizadas pelos enunciadores para conseguir a adesão ao seu discurso político.

Em termos conceituais, uma informação se faz importante. Em AD o termo que se utiliza é adesão do co-enunciador ao discurso. A persuasão é da retórica, portanto, elas implicam, necessariamente, coisas distintas. Quando se fala em persuasão estamos pensando em afetividade, pois como define Abreu (2006, p. 25) “*Persuadir é construir no terreno das emoções, é sensibilizar o outro para agir*”. A persuasão cria uma disposição de ação no co-enunciador, ele é convencido tanto pelos aspectos argumentativos (linguísticos), quanto pelos aspectos emotivos e simbólicos invocados pelo próprio enunciador (tom de voz, postura, modulação da fala). Já a adesão tem relação com uma tomada de atitude pragmática por parte do co-enunciador do discurso vinculada ao que lhe foi transmitido pelo enunciador. Grosso modo, podemos simplificar a diferença entre adesão e persuasão dizendo que enquanto esta cria uma disponibilidade de espírito para a ação do co-enunciador, aquela faz com que ele aja efetivamente, obtendo um resultado prático a partir de sua influência.

A construção do discurso político passa pela confluência de várias vozes, um autêntico caso de polifonia, ou de interdiscursividade. Um candidato deve assumir um “nós” que leva em conta uma voz terceira idealizada (a de um portador de um ideal social), uma voz que congrega um “Eu e um Tu-todos”. Quando no discurso há o uso do “nós” é a essa totalidade que o enunciador almeja. Essa construção é discursiva e sem a percepção dela pelos co-enunciadores, o enunciador não obterá êxito.

A AD também utiliza o conceito de “corporalidade” ligado ao *ethos* (vide item 2.4.2), mas a AD não se aterá à questão da persuasão, ela verificará a adesão do co-enunciador a um determinado discurso. A adesão tem um sentido mais pragmático. Ao afirmar isso, estamos seguindo uma orientação da AD de linha francesa, mais especificamente ao que foi proposto por Maingueneau (2008a).

No caso do discurso político, poderíamos dar o exemplo de um enunciador, um candidato a um cargo eletivo qualquer. Após proferir um discurso, utilizando qualquer gênero de discurso que tenha à disposição, o enunciador pode avaliar se conseguiu a adesão ou não de seu(s) co-enunciador(es) por uma questão de ordem prática. O discurso do enunciador (candidato) pode até ter feito algum sentido para o co-enunciador (eleitor) e o próprio ter concordado em muitos pontos com a argumentação do enunciador, mas, se na hora de confirmar seu voto o co-enunciador não escolheu-lo, não referendará o seu discurso, logo, o candidato (enunciador) não terá conseguido a adesão do eleitor (co-enunciador).

Portanto, para que seu discurso tenha eficácia, num primeiro momento, o enunciador político deve primeiro sensibilizar seu co-enunciador. Para conseguir tal feito, ele deve mobilizar as três categorias retóricas junto aos seus co-enunciadores, o auditório, a que se destina o seu discurso: o *logos* pela racionalidade da argumentação, o *pathos* pela sensibilização, pela consecução de uma “disposição de espírito” por meio das paixões do auditório e o *ethos*, pela identificação do auditório à pessoa do enunciador (nesse caso, seria mais adequado o termo “imagem”, como já vimos, mas manteremos “*ethos*” para não comprometer a clássica tríade da retórica). Charaudeau (2011, p. 39) realça a importância do discurso para a atividade política:

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constitutivo daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta e lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social, e a linguagem, em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos. A ação política e o discurso político estão indissociavelmente ligados, o que justifica pelo mesmo raciocínio o estudo político pelo discurso.

Após a obtenção da predisposição de ação de seu co-enunciador, por meio da persuasão, o enunciador político deve finalizar sua ação política, conseguindo

a adesão desse co-enunciador por meio da consecução de seu voto. É importante ressaltar que em termos práticos, só se pode atribuir um estatuto de discurso eficiente àquele que puder causar a adesão do co-enunciador ao enunciador e não somente sua persuasão. Verificaremos, a seguir, alguns dispositivos utilizados pela AD para garantir a adesão.

2.3 As cenas de enunciação

Todo discurso é encenado. Isso significa que ao produzir um discurso, o enunciador instaura cenas em seu discurso e estas mesmas cenas vão orientando seu discurso. Falamos em cenas de enunciação, porque temos planos simultâneos de apresentação do discurso, que nada mais são do que a apresentação de três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

Ressaltamos a questão de que essas cenas não operam em ordem de precedência, mas sim de forma simultânea, à medida que o discurso vai se constituindo. Ao entrar em processo interativo com um discurso, o co-enunciador vai percebendo o tipo de discurso a que o texto se refere, é capaz também de perceber o gênero de discurso em particular a que ele está atrelado, assim como a constituição progressiva do enunciado numa cena enunciativa que acaba por legitimar o próprio enunciado. Dessa forma, o que se vai associar às cenas de enunciação são as suas correspondências ao tipo de discurso, ao gênero de discurso e à paisagem ou cena enunciativa, ou seja, a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

Ao entrar em contato com qualquer discurso, um leitor é capaz de atribuir-lhe a um determinado setor de produção e circulação, um determinado campo. Ele é capaz de perceber, ou ao menos intuir um determinado tipo de discurso. Essa informação irá de alguma forma direcionar a maneira como ele irá interpretar um discurso. A cena englobante é, portanto, essa apreensão que se faz do discurso quanto a sua finalidade. Sua percepção por parte do co-enunciador é uma primeira e ainda muito incipiente informação sobre o enunciado.

Essa informação pouco acrescenta, pois o co-enunciador não trata diretamente com os enunciadores do discurso e sim com uma cena genérica à qual se vincula um dispositivo de comunicação social. Assim, é necessário que este discurso esteja atrelado a um gênero de discurso. Cada gênero de discurso irá instituir os papéis enunciativos do enunciador e de seu co-enunciador. Essas duas cenas formam o quadro cênico, que garante uma estabilidade ao enunciado. Ainda assim, não se pode pensar no discurso somente a partir destas duas categorias.

Sendo todo discurso encenado, ele necessita de uma cena de fala para validar a própria enunciação. É um processo de dupla legitimação: a cenografia legitima o enunciado que por sua vez a legitima. No entanto, não se deve pensar a cenografia como um simples palco, um espaço físico de representações. A cenografia além de participar da legitimação do enunciado, como vimos, atribui os papéis sociodiscursivos ao enunciador e ao co-enunciador e participa do processo de construção do *ethos* discursivo. Conforme destaca Maingueneau (2008a, p. 51):

A situação de enunciação não é, com efeito, um simples quadro empírico, ela se constrói como cenografia por meio da enunciação. Aqui –grafia é um processo de inscrição legitimante que traça um círculo: o discurso implica um enunciador e um co-enunciador, um lugar e um momento da enunciação que valida a própria instância que permite sua existência. Por esse ponto de vista, a cenografia está ao mesmo tempo na nascente e no desaguadouro da obra.

O papel da cenografia no discurso, portanto, é muito mais dinâmico do que se pode imaginar. A cenografia é quadro e processo ao mesmo tempo, uma situação que pode parecer paradoxal, mas é justamente por essa característica que ela se torna capaz de interferir até mesmo nos efeitos de sentido de um discurso, ao criar cenas inesperadas para quadros cênicos mais convencionais.

O discurso publicitário é um dos que mais utilizam essa prática ao subverter cenografias para quadros cênicos convencionalizados de outros tipos de discurso. Um anúncio de bebida alcoólica pode, por exemplo, apropriar-se de

do discurso jurídico, utilizando a linguagem da sua esfera social, sua variedade técnica e suas expressões peculiares, assim como imitar na forma um gênero do discurso também jurídico, como uma publicação oficial, com o uso de brasões, seções capítulos etc. para emular um quadro cênico desse campo discursivo. No entanto, se o conteúdo do texto for para obrigar os cidadãos a consumirem o produto do anúncio, o resultado, para o co-enunciador competente, será o riso, já que o efeito de sentido provocado subverteu a expectativa de “seriedade” que estes tipos de gênero do discurso imputam. Esse efeito só foi possível pelo cruzamento das expectativas discursivas provenientes das três cenas e só se realizou plenamente no âmbito da cenografia.

A criatividade de subversão de cenas não é aplicável a todos os gêneros discursivos. Certos gêneros, como listas telefônicas, receitas médicas etc. se limitam ao cumprimento de suas cenas genéricas.

Outra informação importante a ser considerada é que nem todas as cenografias são tão específicas. Maingueneau (2005a) demonstra que certos enunciados não demonstram claramente a determinação a certo tipo de discurso, eles oscilam de maneira vaga entre alguns possíveis. Esses enunciados apresentam cenas de enunciação difusas e isso pode causar dificuldade ao co-enunciador em estabelecer a qual gênero de discurso eles pertencem.

Por fim, é importante também salientar que o *ethos* discursivo, outra categoria de análise da AD, surge na cenografia. O *ethos* é de grande utilidade ao analista do discurso, pois ajuda a caracterizar o enunciador, lhe dá um tom, uma corporalidade, enfim, auxilia o analista a construir uma imagem discursiva do enunciador. O *ethos* participa do mesmo processo de legitimação da cenografia em relação à enunciação. Percebe-se, dessa forma, como a construção dos sentidos de um enunciado dependem de questões discursivas que vão emergindo do discurso ao mesmo tempo, numa espécie de enlaçamento paradoxal, como sustenta Maingueneau (2008a, p. 71):

A cenografia, com o ethos da qual ele participa, implica um processo de enlaçamento: desde sua emergência, a fala é carregada de certo ethos, que, de fato, se valida progressivamente por meio da própria enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual vem a palavra é precisamente a cena requerida para enunciar nessa circunstância. São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar o ethos, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem.

A seguir, verificaremos como a categoria de *ethos* é funcional no nível discursivo, examinando desde o seu aparecimento na retórica clássica até a sua utilização como dispositivo de análise pela AD.

2.4 Ethos discursivo

2.4.1. O ethos da Retórica

A noção de *ethos* é tributária da retórica clássica. Em seus trabalhos, Aristóteles (384 a. C., 322 a. C.) definiu o *ethos* como uma técnica, um artifício que o orador poderia utilizar para persuadir o auditório, obtendo a sua aceitação. Para conseguir esse efeito, o orador deveria mobilizar recursos que fizessem com que a sua imagem projetada pudesse, por meio da afetividade, causar uma sensação de confiança junto ao auditório. Essa confiança seria alcançada caso o orador pudesse construir uma imagem positiva de si empregando três qualidades fundamentais: a prudência (*phronesis*), a virtude (*areté*) e a benevolência (*eunoia*). Os recursos mobilizados deveriam vir tanto da vocalização (tom de voz, modulação da fala) quanto da imagem (gestos, mímicas, olhar, postura, adornos etc.). O exercício da palavra pública era essencial no contexto sócio-histórico da Grécia de Aristóteles. Testemunho disto nos dá Vernant (2010, p. 53-44):

O que implica o sistema da polis é primeiramente uma extraordinária preminência da palavra sobre todos os outros instrumentos do poder. Torna-se o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem. Esse poder da palavra – de que os gregos farão uma divindade: Peithó, a força da persuasão – lembra a eficácia das palavras e das fórmulas em certos rituais religiosos, ou o valor atribuído aos “ditos” do rei quando pronuncia soberanamente a themis; entretanto, trata-se na realidade de coisa bem diferente. A palavra mão é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação.

À medida que as instituições sociais gregas evoluíam, convencer pela argumentação passa a não ser suficiente, pois há um contingente cada vez maior de cidadãos, das mais diversas categorias sociais, participando das assembleias. Passa a ser necessário também mobilizar o auditório pela sua afetividade. Logo, o *ethos*, mobilizando recursos que apelam para essa afetividade do auditório, começa a tomar uma importância cada vez maior, sendo que, em muitos casos, até mesmo subverte a ordem moral de importância em relação aos argumentos proferidos.

Ainda segundo Aristóteles, para conseguir o efeito persuasivo, o orador precisa levar em conta o caráter constitutivo dos componentes do auditório (entendendo-se “caráter” como o conjunto de traços psicológicos e/ou morais que caracteriza um indivíduo ou um grupo), adequando a sua fala às expectativas do auditório. Isso significa que ele deve adequar seu discurso caso fale a um público defensor da monarquia, ou a um grupo que tenha predileção pela democracia, que seja jovem ou maduro, que pertença às classes sociais mais altas ou mais baixas da sociedade, enfim, ao conjunto de características psicossociais de um determinado grupo que forme um auditório a ser persuadido.

Aristóteles recomendava essa adequação, porque reconhecia que cada grupo tinha a sua virtude peculiar e que para persuadir um determinado grupo, o

orador teria necessidade de que esse grupo pudesse ver refletido no orador os valores para poder aceitá-lo como um dos seus membros.

Percebe-se, portanto, que para Aristóteles, o *ethos* construído na dimensão retórica não se confunde com o locutor real. A imagem de si construída no ato da enunciação é o que deve nortear a fala do orador. Ele será tão mais digno de fé quanto puder construir essa imagem por meio do seu discurso.

A conceituação de *ethos* para a realidade sócio-histórica da retórica antiga pode parecer bastante adequada a sua época, mas numa sociedade atual, em que a diversidade e a complexidade de discursos e gêneros discursivos se evidencia, é necessário que se remodele a noção de *ethos*. Maingueneau (2008a, p. 63) procede a essa remodelação, ainda assim aproveitando características importantes do *ethos* retórico:

O ethos é uma noção discursiva; ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala; o ethos é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; o ethos é uma noção fundamentalmente híbrida (sociodiscursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada.

2.4.2. O *ethos* na Análise do Discurso

Diferentemente da retórica, para a AD, a questão da eficácia do discurso reside na adesão do co-enunciador ao discurso e não somente na sua persuasão. A projeção da imagem do enunciador ajuda na adesão do co-enunciador, quando bem construída no ato enunciativo. O *ethos* pode ser interpretado como sendo o conjunto de características do enunciador que revela como ele se diz no discurso, se mostra, se enuncia. Ele implica, necessariamente, um tom, um corpo e um caráter e também está vinculado ao exercício da palavra e ao papel que corresponde ao seu discurso e não ao sujeito real. Concebido numa perspectiva pragmática, segundo Maingueneau (2008b, p. 53), o *ethos*:

(...) emana do “mostrado”: o enunciador é percebido através de um “tom” que implica certa determinação de seu próprio corpo, à medida do mundo que ele instaura em seu discurso. A legitimação do enunciado não passa somente pela articulação de proposições, ela é habitada pela evidência de um corporalidade que se dá no próprio movimento de leitura.

Como o *ethos* discursivo não se refere ao *ethos* do orador, conforme a retórica aristotélica, cuja construção ocorre, inclusive, somente nos gêneros orais, faz-se necessário agregar outros elementos à noção de *ethos* que contemplem os discursos e os gêneros de discurso escritos da sociedade atual. Levando em conta essa questão, Maingueneau propõe a figura do “fiador” do discurso. Esse fiador, atesta, garante, confirma, afiança o que se diz no discurso por meio de um tom. Ele é “encarnado”, pois é construído na situação da enunciação, revelando aspectos físicos e psíquicos. No processo de sua construção, representações sociais positivas ou negativas, estereótipos, são confirmados ou infirmados.

Da ampliação da quantidade dos gêneros de discurso e dos tipos de discurso dos quais se busca incorporar o *ethos* discursivo é que reside uma grande diferença entre o *ethos* retórico e o *ethos* da AD. O *ethos* retórico, ao prever os gêneros orais e a presença física do orador, limitava a noção de *ethos* à presença física desse orador no momento de sua enunciação. Ora, nos discursos escritos essa dificuldade se coloca já de pronto; o co-enunciador é obrigado a construir a imagem do enunciador sem a sua presença concreta. É justamente por isso que aquele que enuncia precisa fiar o que diz. As representações sociais do enunciador e do co-enunciador vão sendo validadas conforme o conteúdo da enunciação vai sendo confirmado ou não pelo co-enunciador. Dependendo do discurso (o literário, por exemplo) o co-enunciador não disporá de nenhuma representação prévia e terá de legitimar a construção do enunciador gradativamente.

Além dos estereótipos sociais, também dispomos de estereótipos culturais, que nos auxiliam no processo de incorporação do *ethos* discursivo, um “mundo ético” ao qual o fiador está filiado. Assim, ao percebermos a emergência de um

fiador ligado às artes, ao mundo jurídico ou à área científica já acionamos de antemão comportamentos possíveis ligados a esse fiador, assim como já atribuímos uma corporalidade também associada aos membros desses setores.

Os períodos históricos se caracterizam por manterem um regime delimitado de *ethé* associados a discursos específicos. Isto ocorre porque cada período histórico privilegia determinados discursos, que por sua vez se estabilizarão em determinados gêneros de discurso. Como cada período histórico reflete o conjunto de ideias, de discursos circulantes de sua época, também constrói *ethé* associados a estes discursos, que muitas vezes são colocados numa posição periférica ou mesmo desaparecem em períodos posteriores. Isso traz um problema a mais na tarefa do analista do discurso. O trecho transcrito de Maingueneau (2008c, p. 19) reflete com incrível exatidão o que encontramos na prática na análise de nosso *corpus*: “*Sem ir tão longe, a prosa política do século XIX é indissociável de ethé ligados a práticas discursivas, a situações de comunicação que desapareceram*”. Assim, torna-se ainda mais importante que o analista do discurso consiga interpretar de maneira adequada a cenografia que envolve esses discursos para obter resultados satisfatórios em sua análise.

O *ethos* discursivo vai sendo construído à medida que a enunciação avança. Como foi visto anteriormente, é na enunciação que o *ethos* discursivo se elabora e se constitui. No entanto, para o analista do discurso, às vezes essa constituição não é tão evidente, sendo necessário ao analista do discurso recorrer a um procedimento metodológico para apreender os traços de caráter do *ethos* do enunciador e do co-enunciador. Do ponto de vista discursivo, Charaudeau (2011) sistematiza um conjunto de três procedimentos enunciativos que auxiliam a verificação do processo de constituição do enunciador e do co-enunciador no discurso.

A enunciação elocutiva é aquela que expressa a inscrição do próprio enunciador no discurso, e como ele se vê inserido nesse processo, por meio do uso de recursos linguísticos como pronomes pessoais da primeira pessoa

seguidos de verbos modais, de advérbios e de qualificativos. Dessa maneira, a grande utilidade para a verificação do *ethos* do enunciador nesse procedimento enunciativo é perceber como ele modaliza seu discurso em relação a si próprio. Ele pode por meio da modalização demonstrar compromisso, convicção, confissão, solidariedade, rejeição etc. Isso sem dúvida auxiliará o analista do discurso que pode percebê-la como uma estratégia linguística discursiva. Essa estratégia cria uma possibilidade de envolvimento ou um efeito que pode fazer o co-enunciador aderir ao posicionamento do enunciador.

A enunciação alocutiva inscreve o co-enunciador no discurso por meio do uso dos mesmos recursos linguísticos, pronomes pessoais da segunda pessoa seguidos de verbos modais, de advérbios e de qualificativos.

A enunciação delocutiva procura, ao contrário das anteriores, apagar a figura tanto do enunciador quanto do co-enunciador por meio da imposição de uma voz terceira que não é relacionada a ninguém, mas como se a própria enunciação se constituísse numa verdade por si mesma. Esse recurso pode parecer ter efeito neutralizante, mas na verdade ele pode ressaltar traços de caráter do *ethos* que o enunciador pretende utilizar para construir indiretamente sua imagem, já que o efeito impessoal da enunciação delocutiva pode causar no co-enunciador, por exemplo, uma sensação de confiança no enunciador justamente por esse efeito de distanciamento. Pode também ocorrer o contrário, claro, se justamente por esse efeito de distanciamento o co-enunciador julgar que o enunciador não é digno de confiança.

Entendemos que os procedimentos enunciativos são de grande valia para uma análise discursiva, pois ajudam a moldar a constituição dos traços de caráter do *ethos* do enunciador e do co-enunciador. Ressaltamos ainda a possibilidade de junção das enunciações elocutiva e alocutiva num mesmo enunciado, isso também implica efeitos de construção de *ethos* muito característicos. Encerraremos o capítulo de fundamentação teórica falando dos planos da semântica global, no próximo item.

2.5 Os planos da semântica global

Mainueneau (2008b) discute a multiplicidade das dimensões do discurso e a importância de se definir a semântica global como integradora dos “planos”, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação. Essa preocupação relativa à unificação dos planos enunciativos vem na esteira de estudos filosóficos que ansiavam encontrar uma “verdade fundamental” nos textos pertencentes a esse discurso. Mainueneau não postula o mesmo projeto para a AD, até porque sabe que a multiplicidade de sentidos é justamente uma das características do discurso, mas aproveita a noção de “esquema construtor” para elaborar os planos da semântica global.

Os planos da semântica global não possuem uma ordem hierárquica de importância ou precessão, eles foram definidos de forma a operarem conjuntamente no plano enunciativo. Dessa forma, exporemos a seguir as características de cada plano conforme sua contribuição para a busca do desvelamento de um sentido mais amplo do discurso, objetivo da semântica global.

2.5.1 A intertextualidade

A intertextualidade deve ser distinguida do intertexto. O intertexto é o conjunto de fragmentos que o discurso cita efetivamente e tem relação com a materialidade discursiva, o texto. A intertextualidade é o conjunto dos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítima. Mainueneau (2008b) diferencia, ainda, a intertextualidade interna da externa. A intertextualidade interna é relativa à convergência dos discursos pertencentes a um mesmo posicionamento, dentro do mesmo campo discursivo. Dessa forma, o diálogo entre esses discursos vai, via de regra, buscar um consenso. A intertextualidade externa é a relação estabelecida entre discursos, citáveis ou não, que, embora pertençam a um mesmo campo (o religioso, por exemplo), refletem posicionamentos diversos. Assim, as relações daí resultantes serão de divergência, na maioria dos casos, e de aliança ou convergência, em proporção menor, já que enunciados de posicionamentos

diferentes apresentam menor grau de adesão semântica entre os seus discursos.

2.5.2. O vocabulário

O vocabulário não é definidor de qualquer discurso, já que se pode mesmo observar relações contraditórias das mesmas unidades lexicais por diferentes discursos. No entanto, é possível eleger um único léxico⁴ como ponto de cristalização semântica de um dado discurso, uma espécie de palavra-chave. Esse recurso enunciativo nos parece muito produtivo, pois, ao condensar um significado específico para um interdiscurso também específico, associa-se uma determinada identidade a esse interdiscurso por meio dessa significação. Isso prova que o valor semântico do vocabulário é tão abrangente que é possível, no limite, condensar toda uma rede de valores num único léxico. Maingueneau (2008b, p. 81) assevera que “(...) *além de seu valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento*”.

2.5.3 Os temas

A noção de tema é tratada, propositalmente, de uma forma muito genérica pelo autor devido a sua multiplicidade de usos possíveis em diversos níveis. Pode-se, por exemplo, falar de micro-temas de uma frase, macro-temas de uma obra etc. Essas definições são da ordem do texto e, portanto, também pertinentes à análise pela Linguística Textual.

Uma definição bastante vaga será utilizada: tema é entendido como “aquilo que um discurso trata”. Os temas não são elementos que contrapõem os discursos, já que estes podem ser do mesmo espaço discursivo e abordarem temas comuns. Do ponto de vista semântico, o que dá especificidade a um interdiscurso é a forma como ele tratará um determinado tema, já que um interdiscurso nem se opõe nem se alia totalmente a um outro interdiscurso. A especificidade de um interdiscurso, portanto, está no seu sistema de restrições, entendido como a integração semântica de todos os seus temas.

⁶ Maingueneau (2008b, p. 80) utilizou o léxico “doçura” para caracterizar o discurso humanista devoto, numa análise em que ele opõe esse discurso ao discurso jansenista, ambos pertencentes ao campo religioso.

Levando-se em conta ainda o sistema de restrições, percebe-se que há temas que têm de ser, necessariamente desenvolvidos no interdiscurso pela configuração de seu posicionamento. Estes temas são conhecidos como temas impostos. Há também os temas específicos, que ocorrem devido à relação semântica privilegiada que mantêm como o sistema de restrições.

2.5.4. O estatuto do enunciador e do destinatário

Cada discurso define o estatuto do enunciador e do destinatário para legitimar o seu dizer. O discurso institucionaliza tanto o enunciador quanto o destinatário (co-enunciador), pois impõem-lhes papéis sociais/institucionais à medida que o discurso se manifesta na interação entre estes. Há também uma dimensão intertextual, pois o discurso supõe um enunciador cujos conhecimentos sejam abundantes e diversificados, capaz de tecer redes de correspondência entre as múltiplas regiões do saber para interpretar corretamente os sentidos do discurso. É interessante notar que este estatuto começa a ser apreendido na cenografia. Trata-se de uma construção gradativa, numa relação que ao final da leitura do texto deve ter estabelecido de forma inequívoca quais são estes papéis sociais e institucionais atribuídos. Isso resulta também numa forma do enunciador se dirigir ao co-enunciador e o coloca numa posição de expectativa quanto a como ele pode se posicionar para receber esse discurso.

2.5.5. A dêixis enunciativa

A dêixis enunciativa é a instauração de uma “dêixis” espaciotemporal que cada discurso constrói em função de seu próprio universo. Pode parecer um tanto redundante falar-se em “dêixis enunciativa”, mas a construção serve para desambiguar o significado da dêixis enunciativa do significado do ato enunciativo em si, ao qual a dêixis faz referência. Com efeito, se temos na dêixis a instauração das categorias de espaço, tempo e pessoa no momento da enunciação, em função dos embreadores, na dêixis enunciativa temos a instalação desses elementos em relação ao espaço e ao momento construídos pelo próprio conteúdo discursivo.

A dêixis enunciativa define de fato uma instância de enunciação legítima e delimita a cena e a cronologia que o discurso constrói para autorizar e legitimar sua enunciação. Por esta razão, o espaço-tempo da dêixis enunciativa pode não ser o mesmo da data de produção do discurso; ela pode buscar o seu lugar e o seu momento em períodos históricos avançados ou recuados em relação ao período histórico concreto em que é produzida. O mesmo ocorre na relação entre autor, que faz referência ao sujeito do mundo fora do discurso e não pode ser confundido com o enunciador, sujeito pertencente unicamente ao mundo discursivo.

2.5.6. O modo de enunciação

O modo de enunciação pode ser entendido como uma “maneira de dizer” específica do discurso. Convencionalmente, entende-se por gênero de discurso a vertente tipológica formal do modo de enunciação. O autor retoma Bakhtin para demonstrar outro aspecto da vida verbal, menos estudado que os gêneros do discurso: o tom. Maingueneau (2008b, p. 90-94) retoma os mesmos pressupostos teóricos do *ethos* discursivo para adaptá-los à condição semântica do modo de enunciação.

Conjunturalmente, depreende-se através do tom uma voz, e, a partir dela, um corpo. A figura do enunciador passa a apresentar uma duplicidade expressiva: adquire um caráter e uma corporalidade, isso é verificável através de seu *ethos* discursivo, como vimos. A assimilação de características corporais e um conjunto de traços psicológicos e/ou morais é conhecida como “incorporação”, termo utilizado por Maingueneau (2008b, p. 93) para definir tal fenômeno discursivo.

2.5.7. O modo de coesão

O modo de coesão é a maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas. Num nível mais fundamental, atravessando as divisões em gêneros constituídos temos o “recorte discursivo”. Isso equivale a dizer que determinados enunciados só podem fazer sentido associados aos seus dispositivos discursivos, os gêneros de discurso. Num nível mais superficial (no

sentido de estar na superfície discursiva) temos os modos de “encadeamento” do discurso, que relacionam estruturas tais como parágrafos, capítulos, argumentos. São os posicionamentos os responsáveis, dentro da estrutura discursiva, por organizar estas estruturas.

Mainueneau (2008b, p. 96) não aceita que o discurso seja visto apenas como um “instrumento” da ideologia, para o autor, seria uma forma de reduzir a sua importância: *“As restrições da semântica global não se destinam somente a analisar “ideias”. Elas especificam o funcionamento discursivo que, em graus diversos, investiu as vivências dos sujeitos.”* A semântica global não define apenas relações entre ideias, mas mesmo entre os corpos, quando estes são construídos no plano do modo de enunciação. Trata-se como bem salienta o autor, de uma relação imaginária com o mundo. É sob essa perspectiva que Mainueneau concebe o discurso.

Encerramos este capítulo após a fundamentação teórica dos elementos discursivos necessários à aplicação em nosso capítulo de análise, a seguir. Destacamos que, principalmente em termos operacionais, os dispositivos de análise das cenas de enunciação, do *ethos* discursivo e os planos da semântica global serão extremamente proveitosos.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO POST SCRIPTO (SIC) A QUESTÃO DA AMÉRICA LATINA, DO DISCURSO BALMACEDA, DE JOAQUIM NABUCO

Ao analisar a situação para a qual o Chile se dirigiu, Joaquim Nabuco tenta convencer seus interlocutores de que é mesmo o sistema monárquico o mais adaptado às gentes e aos costumes brasileiros, oferecendo argumentos os mais variados possíveis.

Não por acaso, no período de um ano e oito meses, o país viu decretada a abolição da escravidão e a proclamação da República. Entender o panorama político, social, econômico e cultural da época é, portanto, essencial, para que se possa perceber quais foram as condições de produção dos discursos que fomentaram realizações históricas de tamanha monta. Faremos isso aliando as questões sociodiscursivas aos dispositivos de Análise do Discurso.

Nesse capítulo, analisaremos a cenografia presente no discurso, o *ethos* discursivo, e utilizaremos algumas regras da semântica global, além de considerar o gênero de discurso empregado.

Por fim, ao proceder à análise discursiva do *post scripto* (sic) de Joaquim Nabuco, retomaremos o panorama histórico e político do Brasil no período, esclarecendo como eles foram decisivos para o pensamento político de Joaquim Nabuco.

Quando fizermos menção a recortes do *corpus*, escreveremos entre parênteses o número do recorte e a página a qual ele corresponde ao final de cada recorte. Dessa forma, mesmo que os recortes venham a se repetir (pois pode-se analisar mais que uma categoria num mesmo recorte) cada um terá sua numeração específica.

3.1 O discurso *Balmaceda*

Balmaceda, de Joaquim Nabuco, tomado aqui como discurso, expõe a opinião do enunciador sobre os acontecimentos que culminaram no fechamento do

congresso e na guerra civil chilena, em 1891, durante o mandato do presidente José Manuel Balmaceda. A obra surgiu como uma série de artigos escritos ao *Jornal do Commercio* do Recife e posteriormente reunidas em livro. É importante frisar que o discurso baseou-se num livro escrito por um partidário de Balmaceda no exílio de Paris, Julio Bañados Espinosa. A estrutura peculiar do discurso dá ao enunciador um traço de caráter, um aspecto de correspondente, de jornalista estrangeiro que acompanha os acontecimentos de um determinado país, relatando-os a sua nação. Essa estrutura narrativa permeia todo o discurso, exceção feita ao último capítulo, na verdade um *post scripto (sic)*, juntado aos demais artigos. Nessa última parte, o enunciador expõe os motivos que o levaram a abordar a questão da guerra civil chilena e apresenta uma quantidade muito maior de argumentos, o que deixa o capítulo muito destacado dos demais e serve muito a contento para analisarmos como o enunciador se constrói nas cenas de enunciação e como seu *ethos* discursivo vai sendo desvelado.

3.2 O discurso político de Joaquim Nabuco contra o republicanismo

Qualquer enunciado, por mais inocente que seja, pode ter um sentido político a partir do momento em que a situação o autorizar. Mas é igualmente verdade que um enunciado aparentemente político pode, segundo a situação, servir apenas de pretexto para dizer outra coisa que não é política, a ponto mesmo de neutralizar seu sentido. Não é, portanto, o discurso que é político, mas a situação de comunicação que assim o torna. Não é o conteúdo do discurso que assim o faz, mas é a situação que o politiza.

(CHARAUDEAU 2011, p. 39-40)

Definimos o discurso do enunciador no *corpus* escolhido como político por entendermos que ele contempla os critérios do discurso político, segundo Charaudeau (2011), pois ele apresenta linguagem e ação específicos, apresenta uma proposta de ação política, se apresenta por meio de uma instância e principalmente, reflete os seus valores. Vamos detalhar melhor cada um destes critérios.

Na última década do século XIX o regime político republicano assistiu a turbulências que ressoaram em sua estrutura. Desde a tentativa de golpe de Estado por parte do Marechal Deodoro da Fonseca até as infrutíferas Revolta da Armada e Revolução Federalista, esmagadas por Floriano Peixoto, o regime republicano procurava conter o crescente foco de insatisfação de diversos setores políticos e sociais. Num ambiente político conturbado, Joaquim Nabuco, monarquista convicto, tinha de ter cuidado com o que e como diria qualquer coisa em relação à política. Não que a sua figura em particular pudesse ser ameaçada, mas desafiar abertamente o regime, num contexto de crescentes tensões como o de final de século XIX, não seria definitivamente uma atitude muito sensata.

Voltando às questões do discurso, temos que linguagem e ação, sendo componentes de troca social, mantêm uma relação de interdependência recíproca e de não-simetria. O ato de linguagem que emana de um sujeito só pode constituir-se em relação a um outro, que por sua vez legitima esse sujeito, é um princípio de alteridade. Isso nos lembra um pouco o Outro da perspectiva sociodiscursiva de Foucault. Esse sujeito tenta trazer para si esse outro, que no discurso vai se refletir numa tentativa de adesão, é o princípio de influência. No entanto, quando houver um embate entre os discursos e isso gerar uma tentativa de adesão mútua torna-se necessário gerenciar essa relação por um princípio de regulação.

No começo de seu texto, Nabuco se institui como enunciador e institui também, ancorado na cena enunciativa, o co-enunciador. Ao fazer isso, Nabuco já sinaliza aos seus coenunciadores um norte para o qual conduzirá os seus argumentos e já explicita quais são os seus valores ideológicos em oposição aos valores republicanos. Assim, seja o co-enunciador construído com traços estereotípicos de monarquista, de republicano ou de defensor de qualquer outra forma de governo, já se instala no discurso como um co-enunciador político:

Não dei no Jornal do Comércio todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda. Posso completar agora o meu pensamento. Sempre que antes e depois de 15 de Novembro algum partidário do regime monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um governo responsável por não termos a têmpera dos países que modelam os seus governos a sua feição, a resposta era: “E o Chile?” Não tinha o Chile a mesma antiga estabilidade que nós; não gozava da mesma liberdade; não assistia à transmissão da primeira magistratura, como se ela fosse hereditária, na maior paz e sossego; não havia entre os quartéis e o governo a mesma camada sólida, impermeável, de consciência, de instinto, digamos de superstição civil, que no Brasil monárquico, e todavia não era o Chile uma República? (recorte 1, p. 1)

É interessante notar que a menção aos republicanos é feita por meio de um discurso indireto, através de um interdiscurso criado que “reproduziria” a conversa deles num outro contexto para responder, de maneira retórica, à questão deixada pelos monarquistas, entre os quais o enunciador se classifica.

De qualquer forma, há uma relação de força instituída no embate entre campos políticos e outros campos. Mesmo que não haja adesão entre o enunciador e o co-enunciador, a finalidade do discurso político é apresentar proposições com formações discursivas que vão chocar-se num determinado momento, em que se instaura uma dêixis enunciativa.

Para melhor entendermos esse aspecto do recorte, falaremos brevemente sobre a questão da ação política. A ação política, determinante da vida social ao organizá-la em razão do bem comum, precisa organizar-se em razão dos atores políticos. Charaudeau (2011) postula a figura de um decisor, responsável por um projeto no qual está instituída uma finalidade, um engajamento na busca dessa finalidade e uma responsabilização por esse projeto. O autor também postula um decisor coletivo, que elegeria um

representante que teria os mesmos propósitos e que deveria prestar contas reiteradamente dos seus atos à comunidade. Como se pode perceber, há um caráter pragmático muito forte nesse conceito de ação política, aliado ao seu estatuto eminentemente teórico.

O enunciador é reconhecidamente monarquista. Temos que analisar os seus discursos, que serão recuperados, trazendo à tona os valores ideológicos da época. Isso será fundamental para entender como se dará os embates entre o seu posicionamento e os de seus co-enunciadores. Retomamos esse aspecto para demonstrar que há uma clara orientação na ação política do enunciador por meio do *corpus* analisado.

No *corpus* há uma espécie de “comprovação” por parte do enunciador de que uma importante tese de defesa do sistema monárquico por parte dos monarquistas - a de que o sistema monárquico era importante porque garantia a liberdade a seus cidadãos – foi enfim corroborada:

Eu estava, porém, longe de pensar que em pouco tempo se estabeleceria um confronto tão perfeito entre a idoneidade de um e outro país para as instituições republicanas, e que se tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os Monarquistas sempre sustentaram contra os Republicanos de boa fé, - isto é, os desejos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. A nossa estimativa realizou-se assim inteiramente a respeito do Brasil e do Chile.
(recorte 2, p. 1)

Essa “comprovação”, segundo o enunciador, demonstra a correção de sua ação política (lutar contra a República) para os co-enunciadores.

O enunciador desse discurso é uma figura representativa versátil de sua época, se levarmos em conta o aspecto político de sua ação intelectual. Se pensarmos nas três instâncias implicadas na ação política, ele participa de maneira decisiva nas duas instâncias, política e midiática, que influenciam a instância cidadã. Esse fato lhe dá uma capacidade muito grande de ajustar o seu

discurso, conforme esteja enunciando de um posicionamento político ou midiático. No *corpus* que ora analisamos, destaca-se seu posicionamento midiático, pois o *post scripto* (sic) por nós analisado foi concebido para um veículo midiático, o jornal, embora ele, posteriormente, tenha migrado para outro suporte, o livro. Tanto a instância política quanto a midiática buscam a adesão da instância cidadã. Isso faz Charaudeau (2011, p. 19), afirmar que:

(...) o poder comunicativo remete à busca pela dominação legítima – que, sem necessariamente justificar a violência, garante o acesso da instância política ao poder, ou sua manutenção nessa posição -, pois ela se encontra permanentemente ameaçada por uma sanção física (golpe de Estado), institucional (derrubada do governo) ou simbólica (descrédito). Isso faz com que ao espaço de discussão que determina os valores responda um espaço de persuasão no qual a instância política, jogando com os argumentos da razão e da paixão, tenta fazer a instância cidadã aderir à sua ação.

Para que a instância cidadã seja persuadida, seus valores precisam ser mobilizados, é necessário que ela perceba e se convença de que o interlocutor partilha ao menos em parte, de seu conjunto de valores ideológicos e morais.

Os valores humanos, sendo um conjunto de traços culturais, ideológicos ou institucionais, definidos de maneira sistemática ou em sua coerência interna, jamais serão os mesmo para quaisquer sujeitos. Isso obriga a sociedade a criar instituições de representação (Estado, Nação) que estão acima das individualidades, que, inclusive, sofrem os efeitos da coerção do poder necessariamente instituído. Quando se discute politicamente qual é o melhor sistema para essa representação, entra-se no debate político de qual sistema reúne as melhores condições de representação para a sociedade, seja a monarquia ou a república. Ao atingir esse ponto, o enunciador e o co-enunciador estão imersos num discurso político que está engajado numa mobilização que visa uma ação política. O efeito pragmático do discurso passa a ser conclamar o co-enunciador a defender a causa de um discurso que defende um determinado regime político e é essa a finalidade desse *post scripto* (sic) que, a partir da adesão dos co-enunciadores, exorta-os a defender

a monarquia pelas virtudes que ela apresenta em detrimento dos vícios, segundo o enunciador, da República. A adesão dos co-enunciadores a esse discurso só será possível se eles perceberem, portanto, parte de seus valores ligados ao discurso monarquista do enunciador.

Todo discurso nasce de outro discurso e remete a um outro discurso. Situamos nosso interdiscurso no campo político, no espaço discursivo monarquista. No entanto, o discurso político não é constituinte, ele necessita de outros discursos que o possam legitimar, como o filosófico ou o científico. Verificamos inúmeros “traços” dos atravessamentos dos campos destes discursos constituintes no *corpus* analisado. Destacaremos alguns recortes:

(...) como nos últimos tempos do Império a velha sociedade Romana abandonava os seus palácios dourados da cidade e as suas vilas de mármore, todo o seu sibaritismo refinado, para aparecer como escravos suplicantes diante dos chefes Bárbaros. (recorte 3, p. 2)

Nesse recorte percebemos o evidente atravessamento do campo da História, por meio do interdiscurso histórico, em que o autor busca a adesão do co-enunciador por meio do uso de uma estratégia discursiva que se baseia numa comparação de atitudes e comportamentos das abastadas famílias romanas do período da queda do Império Romano com a população brasileira, amolecida, segundo do autor, por séculos de escravidão.

Os estadistas Americanos sabem que os Protetorados só produziriam uma nova espécie de *carpet-baggers*, praga cuja natureza compreende bem quem sabe o que foi, durante a conquista de Grant, a invasão dos Estados do Sul pelos aventureiros políticos Norte (recorte 4, p. 5)

Outro exemplo de atravessamento. Trata-se de outro interdiscurso histórico. O enunciador justifica o desinteresse dos americanos pela América Latina e expõe sua opinião contrária à possível vinda dos *carpet-baggers*, denominação

pejorativa que os sulistas, vencidos na Guerra de Secessão, davam aos aventureiros errantes do Norte.

3.3 O gênero de discurso

Conceituar o gênero de discurso é importante para se compreender melhor um interdiscurso a ser analisado. Nosso *corpus* apresenta uma estrutura discursiva muito peculiar. Vamos proceder a uma análise mais minuciosa do gênero ao qual nosso discurso está formalizado para entender um pouco melhor como as estruturas discursivas estão reunidas neste dispositivo.

Uma primeira dúvida que devemos responder é com relação ao gênero de discurso propriamente dito em que o discurso está suportado. O *corpus* analisado apresenta um gênero que tem por finalidade obter a adesão do co-enunciador a um determinado posicionamento. A causa, como já percebemos, é a monarquista, ou melhor dizendo, a superioridade do regime monárquico em relação ao republicano.

Para alcançar a sua finalidade o discurso busca apoio em argumentos que pretendem esclarecer porque o Chile, à época também uma República, que obteve sucesso político e econômico, não poderia se comparar ao Brasil. Não vamos nos aprofundar nas questões retóricas do gênero, até porque não é o nosso propósito, mas julgamos importante mostrar a estrutura composicional do mesmo, pois ao lado do tema e do estilo, eles ajudam a moldá-lo como dispositivo de enunciação.

Levando em conta o suporte em que circula o discurso, poderíamos ficar tentados a imaginar que se trata de um artigo, ou artigo de opinião. O enunciado foi composto pela seleção de uma série de discursos publicados no *Jornal do Commercio* do Recife, portanto, parecia natural julgar tratar-se de discursos formulados para um suporte específico (o jornal) que posteriormente são reunidos e compilados em outro suporte (o livro).

Ora, o artigo é um gênero jornalístico. Pareceria óbvio julgar os discursos que o enunciador remetia ao *Jornal do Commercio* como tal. Porém, entra em cena a questão histórica da qual a AD não pode se apartar como disciplina teórica. As

questões históricas influenciam nos discursos e isso pode, sem dúvida, influenciar na constituição do próprio gênero discursivo.

No período histórico em que o enunciador escreveu seu discurso publicado no *Jornal do Commercio*, houve de fato uma orientação metodológica em relação à produção de discursos políticos. Essa orientação ocorreu por conta do endurecimento político do regime republicano que, vendo ameaçado seu projeto de poder por outras correntes republicanas e ainda por setores monarquistas incrustados nas Forças Armadas, decidiu combater os opositoristas por meio de prisões e “empastelamento” de jornais, como bem observou Alonso (2009, p. 56), que também acrescentou:

Na verdade, a conjuntura da guerra civil imprimiu mudanças na forma e no teor da expressão pública de opiniões monarquistas. O panfletismo, marca do debate imperial, perdeu terreno para o ensaísmo, o historicismo, o memorialismo, veículos mais seguros do ponto de vista da integridade física dos autores. E o comentário do presente tornou-se oblíquo, via enaltecimento de feitos e estadistas do passado ou por paralelos com conjunturas análogas à brasileira.

Essa observação reflete exatamente a orientação do discurso do enunciador. Ao invés da crítica direta ao regime republicano brasileiro, ele analisa a crise do sistema republicano chileno, tomando o cuidado de, ainda no prefácio de *Balmaceda*, relatar que não se tratava de uma analogia ao regime brasileiro, relato que será desmentido ao longo das páginas. A mesma estrutura é encontrada no *post scripto* (sic) (que só foi publicado no livro).

A conjuntura histórica muda a orientação de um discurso e acaba por reconfigurá-lo num outro gênero de discurso. Além do peso da própria História, há também uma classificação do próprio enunciador sobre a natureza de seu escrito, logo no começo do *post scripto* (sic) (há também essa informação no prefácio da obra), em que ele afirma:

“Não dei no Jornal do Comércio todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda. Posso completar agora o meu pensamento.” (recorte 5, p. 1)

O estudo em referência é uma espécie de resumo, como o próprio autor afirma no prefácio, da obra *Balmaceda, su gobierno y la Revolución* de 1891, de Julio Bañados Espinosa, ativista político exilado, defensor dos ideais políticos do presidente José Manuel Balmaceda. Porém, vamos nos ater à análise do nosso *corpus*, que foi escrito após a conclusão do livro.

A estrutura oblíqua de comentário da realidade histórica do Brasil da época, como bem observou Alonso (2009), se faz presente também no *post scripto* (sic). A estratégia persuasiva do enunciador é demonstrar que Estados Unidos e Chile são exceções no continente americano e por esse motivo seus sistemas republicanos são eficientes, e, mesmo assim, o Chile passou por uma crise que ameaçava o seu sistema político. O enunciador agiu de forma indireta. Criticou o ocorrido no Chile, um país que tinha sistema político parecido com o brasileiro, para, indiretamente criticar o sistema republicano brasileiro. Ele foi ainda mais longe, também teceu críticas aos Estados Unidos e principalmente à Doutrina Monroísta⁷.

O tom memorialista, ensaísta e historicista também é garantido por uma longa alusão a fatos históricos próximos e distanciados daquela conjuntura histórica em que o *corpus* foi escrito. O atravessamento rotineiro de campos históricos unido a um interacionismo discursivo que dá o tom coloquial do discurso, de caráter literário, acaba por configurar o discurso. Por essa razão o enunciador escolheu o *post scripto* (sic) como gênero de discurso mais adequado às suas ideias.

Na sequência, vamos nos ater ao que Charaudeau (2011, p. 40) definiu como “*lugares onde se fabrica o pensamento político*” que é consonante com a noção de posicionamento de Maingueneau (2008a).

⁷ Doutrina norte-americana do Pan-Americanismo (1823). Nela, Monroe negava aos europeus o direito de intervenção no continente americano, seja para criar áreas de colonização, seja para suprimir a independência recém-conquistada pela maioria dos Estados americanos.

A atribuição do discurso presente no *corpus* a um dos três lugares de fabricação do discurso político torna-se complicada. Como vimos, o *post scripto* (sic) analisado remodela intencionalmente a sua estrutura por uma questão de ordem sócio-histórica. Essa nova estrutura parece dar ao discurso uma aparência de distanciamento, de neutralidade em relação ao seu conteúdo.

Como verificamos anteriormente, essa estratégia enunciativa se presta à argumentação indireta, portanto, julgar que não há exposição do posicionamento do enunciador não seria correto.

Assim, parece-nos que a melhor forma de classificar nosso ensaio, seria dizer que ele transita entre um discurso que aparenta ser um comentário, mas que na verdade revela, por vias indiretas, um sistema de pensamento que virá à tona, caso o co-enunciador consiga se atentar à estrutura argumentativa montada de forma oblíqua no texto.

Verificamos que o *corpus* analisado manifesta um teor histórico que apresenta uma estrutura literária imanente, fortemente atravessada pelos discursos histórico e filosófico. Comprovamos também que a estratégia do enunciador é oferecer exemplos inadequados, ou contraexemplos, para que, por meio da fixação destes, o co-enunciador possa ser convencido de que o melhor para o Brasil é não seguir o mesmo caminho dos países citados, no caso, Chile e Estados Unidos. No rastro dessa proposição, percebemos que o discurso contido no *post scripto* (sic) parece querer demonstrar uma aparente neutralidade, quando, na verdade, há uma intenção discursiva ligada a um sistema de pensamento, que tem sim pretensões de obter a adesão do co-enunciador. Vamos verificar a seguir como as cenas de enunciação vão nos auxiliar a compreender melhor outros elementos discursivos.

3.4 As cenas de enunciação aplicadas ao gênero *post scripto* (sic)

O discurso do enunciador reflete as condições sócio-históricas do Brasil de finais do século XIX influenciado pelas intervenções coercitivas do Estado em relação às instâncias midiáticas. Ao observarmos que o texto de nosso *corpus* é um *post scripto* (sic), que o condiciona a certas características tipológicas e

discursivas, devemos analisar, sempre levando em conta a questão do gênero de discurso, quais são as cenas de enunciação do discurso ali constituído.

O *post scripto* (sic) é o dispositivo de análise de um discurso que expõe idéias, reflexões e críticas filosóficas a respeito de um determinado tema e geralmente se apresenta em uma estrutura literária. O gênero de discurso que analisamos apresenta um sujeito que enuncia de um determinado posicionamento e o conteúdo de seu discurso é político. Disso decorre que há possibilidade de se mobilizar várias cenografias.

3.4.1 O quadro cênico

O co-enunciador é interpelado como alguém disposto a entender os motivos que levaram o enunciador a instituir seu discurso sobre a situação político-social do Chile. O que temos nessa perspectiva é uma imagem do enunciador como um cidadão dirigindo-se a outros cidadãos. Podemos nos fiar nessas observações pelo fato de já termos tido acesso a pelo menos uma das cenas de enunciação do gênero de discurso em análise, a cena englobante, mas ainda não podemos confirmar que esse seja mesmo o *ethos* do enunciador.

A cena englobante, correspondendo ao tipo de discurso, nos autoriza a inferir certos personagens e certas informações que o discurso nos proporcionará. Como sabemos que o discurso que analisamos pertence ao campo político, o acesso, ainda que incipiente a uma única cena de enunciação já é um indício de progressão do discurso. A cena englobante também ajuda a instituir o enunciador e o co-enunciador, os parceiros do jogo enunciativo, que têm interesse num assunto comum, no caso, a política. A cena englobante ainda não nos dá muitas informações para melhor captação dos sentidos do discurso, sendo assim, passaremos à verificação da próxima cena enunciativa, a cena genérica.

A cena genérica relaciona-se diretamente com o gênero de discurso, o *post scripto* (sic). A cena genérica nos auxilia a aprofundar a percepção das categorias da cena englobante, pois as submetem aos critérios de cada gênero de discurso. Como no caso de nosso *corpus* estamos diante de um gênero de

discurso no qual pode-se notar o atravessamento de diferentes campos e que mantém uma finalidade específica de obter a adesão pelo uso mais ou menos intensivo de argumentação, podemos de fato confirmar nossa suposição de que se trata de um enunciador estereotipado como cidadão dirigindo-se a um co-enunciador também estereotipado como cidadão, interessado em compreender os motivos que levaram seu parceiro enunciativo a criar um discurso em que justifica seu pensamento político. Essas informações já nos são possíveis no nível do quadro cênico, composto pela cena englobante e pela cena genérica.

O quadro cênico é um espaço estável que garante um sentido preliminar ao gênero. Já sabemos que estamos diante de um gênero de discurso, o *post scripto* (sic), que por sua vez encontra-se inserido num tipo de discurso político. Esse quadro nos permite instituir papéis sociodiscursivos aos co-enunciadores e prever o direcionamento que um determinado tipo de discurso pode ter no interior de um gênero de discurso constituído. No entanto, ainda não é possível compreender satisfatoriamente os elementos discursivos de um determinado enunciado se não analisarmos a cenografia do discurso. É a partir da cenografia que poderemos analisar, na materialidade do discurso, a operacionalização de certos recursos de ordem discursiva.

3.4.2. Cenografia

A cenografia constrói-se no discurso com a própria situação de enunciação. Na relação entre as cenas englobante e genérica que formam o quadro cênico, há uma relação de reciprocidade que de certa forma não permite que se possa variar muito a apresentação do discurso; se o gênero de discurso está ligado a um tipo de discurso, numa situação discursiva tende-se logo a associar um ao outro. No caso da cenografia, dependendo do tipo de discurso em questão, ela pode variar drasticamente e essa variação pode causar efeitos de sentido que passam a reorientar a interpretação do discurso.

Certos tipos de discurso estão mais aptos a apresentar essa variação de cenografias, como o literário e o publicitário. Além destes tipos de discurso, Maingueneau (2005, p.89) reconhece que:

O discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias: um determinado candidato poderá falar a seus eleitores como um jovem executivo, como tecnocrata, como operário, como homem de grande experiência etc., atribuir os “lugares” correspondentes a seu público; (...)

Por não se ater aos rigores de gêneros de discurso mais formais, como o tratado, por exemplo, o *post scripto* (sic) opera num nível discursivo em que se misturam muitos estilos e discursos. Há em nosso *corpus* um estilo literário de narrar, assim como há constantemente o atravessamento de discursos de campos históricos e filosóficos. Vamos destacar alguns elementos enunciativos que se constituem na cenografia.

A cenografia institui uma espécie de conversa entre o enunciador e o co-enunciador, criando para essa conversa papéis sociais que atribuem uma imagem de cidadão a ambos. O tom do enunciado é quase coloquial e isso causa no co-enunciador a sensação de estar de fato, numa relação discursiva íntima, um verdadeiro bate-papo:

Não dei no Jornal do Comércio todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda. Posso completar agora o meu pensamento. Sempre que antes e depois de 15 de Novembro algum partidário do regime monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um governo responsável por não termos a têmpera dos países que modelam os seus governos a sua feição, a resposta era: “E o Chile?” (recorte 6, p. 1)

Nesse pequeno trecho que introduz o texto do *post scripto* (sic), podemos verificar a quantidade de elementos que dão essa faceta de colóquio ao discurso. Expressões como o verbo “dei”, de uso coloquial, o uso de uma construção como “Posso agora completar o meu pensamento” e o uso do discurso indireto para introduzir a fala de um republicano demonstram que há uma estratégia discursiva baseada na adoção de um tom menos solene, mais amigável, de proximidade entre o enunciador e o co-enunciador e uma

atribuição do papel de cidadão a ambos, atribuição essa que se confirma na cenografia. Esses cidadãos estão preocupados com o destino do país, mas adotam um tom de conversa para a discussão. Esse tom permeia uma boa parte do texto. Em outra passagem:

Eu estava, porém, longe de pensar que em pouco tempo se estabeleceria um confronto tão perfeito entre a idoneidade de um e outro país para as instituições republicanas, e que se tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os Monarquistas sempre sustentaram contra os Republicanos de boa fé, - isto é, os desejosos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. A nossa estimativa realizou-se assim inteiramente a respeito do Brasil e do Chile.
(recorte 7, p. 1)

Temos aqui outra mostra do desenvolvimento da “conversa”. O discurso permanece coloquial no começo do recorte, realiza um julgamento dos republicanos de maneira indireta e volta a fechar o recorte novamente num tom coloquial. Ao igualar as condições dos Monarquistas (todos os monarquistas) e os “bons” republicanos, os de boa fé (somente esses), ele obviamente exclui os demais republicanos, os de má fé, de querer a maior liberdade possível para o país, ou seja, atribui um caráter ditatorial a estes republicanos de má fé. Nesse ponto é fundamental mencionar que a argumentação se dá de forma absolutamente indireta, o que comprova mais uma vez o estilo ensaístico, memorialista e histórico do texto.

Em outras passagens, o tom coloquial muda para um tom mais professoral, mais didático. Quando ocorre essa mudança de tom, o conteúdo do texto acompanha a mudança, como é o caso deste recorte:

(...) como nos últimos tempos do Império a velha sociedade Romana abandonava os seus palácios dourados da cidade e as suas vilas de mármore, todo o seu sibaritismo refinado, para aparecer como escravos suplicantes diante dos chefes Bárbaros. (recorte 8, p. 2)

É interessante notar que além da mudança de tom, há também uma mudança na maneira de enunciar. O enunciador demonstra isso por meio de um dispositivo discursivo, o tom, aliado a uma característica textual, pois no recorte, é possível verificar que se está diante de um período narrativo. Essas passagens ressaltam a mudança de atribuição dos papéis sociodiscursivos, que passam a impingir uma imagem de professor ao enunciador e de tutelado ao co-enunciador, pois a cenografia pode ser tanto o de uma aula, de um colóquio, como o de uma conferência ou palestra.

Quaisquer que venham a ser os acidentes da República, seja o militarismo, a corrupção, o desmembramento, a anarquia, e, pior que tudo, o opróbrio da raça (...) (recorte 9, p. 3)

Esse fragmento é também bastante representativo. Quando percebemos a construção do texto com “quaisquer que venham a ser os acidentes da República” fica claro que o enunciador está no nível da suposição. Isso aparentemente contradiz várias outras passagens que afirmam que o país já vive sob o peso da tirania e da ditadura. Recuperaremos duas delas:

(...) os desejosos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. A nossa estimativa realizou-se assim inteiramente a respeito do Brasil e do Chile. É natural a hipertrofia do poder nas sociedades onde ele não encontra nada que o possa limitar. O Brasil era e é uma destas; (...)
(recorte 10, p. 1);

Tudo isto se verificou, e muito mais. Com efeito, nenhum de nós previra o tipo que tivemos de Ditadura e as atrocidades dos seus proconsules militares (...) (recorte 11, p. 2)

Instituídos os papéis sociodiscursivos ao enunciador e ao co-enunciador, ora numa relação que atribui imagens de cidadãos a ambos, ora de professor e tutelado, respectivamente, faz-se necessário reconhecer que o conteúdo do discurso instituído é uma espécie de contenda entre os ideais monarquistas e

os republicanos envolvendo a situação política no Chile e uma previsão do que poderia ocorrer ao Brasil.

O enunciador deste discurso tem uma vantagem adicional. Pensando-se um pouco fora do âmbito do discurso para podermos voltar em seguida, temos na figura de Joaquim Nabuco, um escritor capaz de legitimar seu discurso de antemão, por conta do reconhecimento das três legitimidades que ele detêm, como pudemos verificar no item 2.2.2.2 do segundo capítulo. O citado autor tem legitimidade por filiação, é filho de um renomado senador do Império, Nabuco de Araújo, tem legitimidade por formação, faz parte da reduzida elite letrada do país e também a tem por mandato, já que foi deputado provincial. Não se trata de um *ethos* prévio, o próprio Maingueneau abandonou esse conceito, mas simplesmente mostrar que o discurso de Joaquim Nabuco é construído por alguém que já possui uma legitimação. Charaudeau (2011, p. 76) assim sintetiza a importância da legitimidade política:

A legitimidade política, quer proceda de uma filiação, de uma formação, de um mandato ou quer seja instituída de fato, é sempre o resultado de um olhar social que reflete os valores em nome dos quais esta se funda. Nesse aspecto, pode-se dizer que a instância cidadã tem sempre sua parte de responsabilidade na legitimação (...)

Há na cenografia a construção do *ethos* discursivo do enunciador. Recuperando as ideias propostas por Maingueneau (2008a), ao enunciar o sujeito representa uma maneira de ser e de dizer, ele se representa assumindo uma corporalidade. Para “encarnar” o enunciador apresenta-se constituído num corpo socialmente identificável e fala num tom específico. É evidente que essa apresentação é apreendida do discurso e mesmo quando aparentemente não há traços de identificação da corporalidade do enunciador é possível reconstituir minimamente alguns destes aspectos. No próximo item desenvolveremos mais esta noção.

3.5 O *ethos* discursivo

O discurso instituído pelo *post scripto* (sic) institui os papéis do enunciador e do co-enunciador. Interessante é notar que o enunciador instituído por este discurso é o de um homem, monarquista, que tem o objetivo de rechaçar outro discurso, o dos republicanos, isso no plano político. Há a construção de alguns traços de caráter por parte desse enunciador (cidadão, professor) que visam à adesão do co-enunciador ao seu posicionamento. O co-enunciador instituído no discurso é o do cidadão que precisa ser convencido de que a postura monarquista é a mais adequada ao contexto político do Brasil para assim aderir ao discurso do enunciador.

Essa definição generalizante de seus papéis no discurso passa pela instituição de papéis sociodiscursivos mais específicos, que vão instituindo, gradativamente, vários perfis tanto ao enunciador quanto ao co-enunciador durante o ato enunciativo. Essa especificidade lhes dará vozes e corporalidades, farão esses papéis serem “incorporados” as suas figuras. Analisaremos, a partir de agora, como isso ocorrerá por meio da verificação de mais recortes representativos.

A solução do problema tem assim que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou quando mais não seja registre os sacrifícios, dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum. Em todos esses países há homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura Europeia e que podem formar a Liga Liberal do Continente. (recorte 12 p. 5)

É possível perceber nesse recorte um tom de conclamação, de solicitação à participação dos cidadãos em nome de uma causa, pode-se mesmo afirmar que há um tom panfletário. Captamos nesse fragmento do discurso a emergência de um traço de caráter revolucionário, que conclama, exalta o povo à ação. Por conta disso, o papel sociodiscursivo atribuído ao enunciador e ao co-enunciador é o do cidadão. No caso do enunciador, é um cidadão que tem

um *status* de liderança, que conclama por ter as virtudes de um líder. O convocado, o co-enunciador é um cidadão interessado em mudar a conjuntura política por conta de uma causa importante a ser defendida. Se fosse necessário construir uma corporalidade para encenar esse discurso, um bom exemplo seria o quadro *A Liberdade guiando o povo*, de Eugène Delacroix. Passemos agora à análise de outro recorte:

Eu estava, porém, longe de pensar que em pouco tempo se estabeleceria um confronto tão perfeito entre a idoneidade de um e outro país para as instituições republicanas, e que se tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os Monarquistas sempre sustentaram contra os Republicanos de boa fé, - isto é, os desejos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. A nossa estimativa realizou-se assim inteiramente a respeito do Brasil e do Chile.
(recorte 13, p. 1)

A aparente surpresa do enunciador, nesse recorte, parece contrastar com a certeza apolínea com que ele afirma já saber que a Monarquia é um sistema que concede liberdade à nação, em oposição à República. A entoação singular que se pode depreender da cenografia, encontra eco num corpo que encarna a figura de um enunciador que bem poderia se constituir num cidadão, mas que ao contrário do recorte anterior não conclama seu co-enunciador à ação, mas sim estabelece um diálogo.

No fundo o que é o Monroísmo? O Monroísmo parecia ser a promessa feita à América toda pela União Americana de que a Europa não adquiriria mais um palmo de terra no Novo-Mundo, depois, porém, do fato do México, e agora recentemente do Brasil, quer-se entender o Monroísmo como uma garantia dada não só à Independência, mas à forma Republicana em todo o Continente. (recorte 14, p. 4)

Este recorte apresenta imagens levemente diferentes do último que analisamos. Há aqui um tom didático, a exemplo do que verificamos em outros recortes. Neste recorte, o enunciador lança uma pergunta que ele próprio responde. Essa imagem de professor ou especialista serve para o propósito de ensinar seu co-enunciador e garantir sua adesão por meio desse processo didático. Ao co-enunciador, cabe a figura de aluno, ou leigo, que concederá sua adesão ao discurso, levando em conta não só esse recorte do discurso, mas, principalmente ao perceber qual será a proposta do enunciador ao lançar mão dessa explicação sobre uma doutrina política.

Antes do *carpet-bagger* viria preparar-lhe a entrada o flibusteiro, e a América do Sul ficaria coberta de um enxame de especuladores da pior classe, os quais dentro dos seus “sacos de tapete” trariam os germes de uma profunda corrupção que havia mais tarde de estender ao Lobby do Congresso. (recorte 15, p. 5)

Neste recorte, aviva-se o tom crítico que parte das palavras do enunciador, um tom mesmo de forte indignação, diferente mesmo do que temos analisado. No entanto, esse tom é exigido do enunciador se levarmos em consideração que se trata de um discurso altamente moralista, como bem o é em sua essência o discurso deste *post scripto* (sic).

Podemos projetar novamente as figuras encarnadas dos cidadãos que discutem, num tom mais apaixonado do enunciador, dessa vez. Embora repita um traço de caráter que já foi construído em outras enunciações, nos chama a atenção nesse recorte em especial a crítica que é feita à instituição do *lobby*, prática comum nos Estados Unidos, mas ainda muito mal vista no Brasil, mesmo na atualidade. Além dos aspectos discursivos, esse trecho nos mostra como àquela época uma voz importante da monarquia - portanto, pelo menos parte considerável da sociedade politizada no país - também se engajava diretamente contra uma atividade política que em outras culturas é absolutamente legitimada.

A verificação destes recortes nos permite visualizar a possibilidade de construção de uma gama variada, diversificada de traços de *ethos*. Parece-nos, inclusive, ser esse uma estratégia do enunciador. Segundo Charaudeau (2011) vários *ethé* podem ser invocados para fazer o co-enunciador aderir ao discurso do enunciador. Eles podem ser utilizados para dar credibilidade ou para criar identificação. Dentre eles, o *ethos* sério, o de virtude e o de competência são exemplo de *ethé* de credibilidade, enquanto o *ethos* de potência, o de caráter, o de inteligência, o de humanidade, o de chefe e o de solidariedade são exemplos de *ethé* de identificação. Todos esses *ethé* se manifestam no discurso por meio de procedimentos enunciativos. Os procedimentos enunciativos nos dão uma possibilidade de verificar a construção dos papéis enunciativos do enunciador e do co-enunciador por meio da maneira como o enunciador enuncia a si mesmo e o seu co-enunciador no discurso. Procederemos agora a uma análise mais apurada de cada um desses procedimentos.

É sintomático do ponto de vista da análise do nosso corpus que a enunciação elocutiva, segundo os critérios de Charaudeau (2011), seja a única que ocorre no texto. Nas duas primeiras páginas elas abundam, como podemos perceber pelos recortes:

Não dei no Jornal do Comércio todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda. Posso completar agora o meu pensamento. (recorte 16, p. 1)

A mim figurava-se tão paradoxal animarem-se os Republicanos com os resultados do Chile (...) (recorte 17, p. 1)

Desde que o despotismo se manifestasse entre nós, eu sabia que ele levaria tudo de rojo, (...) (recorte 18, p. 1-2)

Com efeito, nenhum de nós previra o tipo que tivemos de Ditadura (...) (recorte 19, p. 2)

Por outro lado, tudo que nós dizíamos do Chile, (...) (recorte 20, p. 2)

Outra razão tive para escrever este ensaio. O interesse que antes já me inspiravam as coisas Sul Americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de Novembro.
(recorte 21, p. 3)

A partir da terceira página, no entanto, elas passam a rarear progressivamente, indicando uma forma de orientação do discurso do enunciador; ele começa chamando para si o discurso, modalizando a sua fala e vai progressivamente anulando essas marcas de personalidade. Esse procedimento de construção do sentido tem, em nossa visão, o objetivo de obter a adesão do co-enunciador por meio de uma ação continuada que, ao final do processo, terá sido eficaz caso tenha conseguido a adesão pela exposição, primeiro particularizada, depois, generalizada, de todas as proposições do enunciador.

Os procedimentos enunciativos, como auxiliares para a percepção da construção do *ethos* discursivo nos proporcionaram descobertas consideráveis. Talvez a principal descoberta tenha sido a observação da inexistência de enunciação alocutiva no texto, ou seja, no plano linguístico, o enunciador não estabelece uma relação interativa mais próxima, íntima, com o co-enunciador, pudemos perceber isso pela ausência de referências a um “tu” instituído no discurso. Disso decorrem duas observações que julgamos importantes. A primeira é que o enunciador não está preocupado em estabelecer como prioridade um vínculo de proximidade em relação ao seu co-enunciador, pois, mesmo levando-se em conta que a transposição do discurso de um veículo mais aberto, que contempla uma gama maior de leitores, como o jornal, para um veículo mais restrito, como o livro, não houve a preocupação, por parte do enunciador, em se aproximar mais de seu co-enunciador, preferindo se enunciar fartamente em primeira pessoa (como vimos nos vários exemplos anteriores) e até de forma impessoal (veremos na sequência) que enunciar o co-enunciador de forma interpelativa, ou ao menos um pouco mais direta, ou seja, não houve a preocupação de que a enunciação se produzisse num ambiente evidentemente dialógico.

A segunda é uma decorrência da primeira. Como já observamos, o estilo historicista, ensaísta e memorialista que o gênero de discurso impõe ao discurso reflete-se nos procedimentos enunciativos e, portanto, na própria construção das identidades dos parceiros discursivos. Isso só comprova que o discurso é mesmo um sistema em que as categorias se relacionam de forma a dotar o discurso de uma estrutura discursiva uniforme.

A enunciação delocutiva é empregada no texto de forma a ressaltar certos aspectos do enunciador, embora ela pareça simplesmente enunciar proposições impessoais. Em nosso caso, selecionamos duas destas ocorrências para ressaltar um traço de caráter do *ethos* do enunciador. Aproveitamos as palavras de Charaudeau (2011), apenas destacando que no lugar da palavra “auditório” nós a adaptamos para “coenunciador”:

A enunciação delocutiva faz o auditório entrar num mundo de evidência e, empregada no discurso político, paramenta o orador como se fosse um soberano, pois ele é colocado acima da massa e se faz portador de uma verdade estabelecida.

Se pensarmos na definição de soberania que Charaudeau propõe como um dos traços de classificação possíveis ao *ethos* do enunciador ao utilizar-se de enunciações delocutivas, percebemos que ela vai ao encontro perfeitamente do que temos observado do *ethos* do enunciador de nosso *corpus*, um enunciador que defende uma superioridade moral da nobreza porque lhe atribui qualidades superiores. Podemos, portanto, afirmar que outro traço de caráter relacionado ao *ethos* que o enunciador constrói para si no discurso é o de soberano.

Pensando na dimensão discursiva do *ethos* do enunciador que emerge da cenografia, podemos afirmar que o fiador do discurso que analisamos apresenta um caráter e uma corporalidade marcados. Por caráter, entendemos um conjunto de traços psicológicos. Ora, o enunciador apresenta uma série de traços, associados a uma corporalidade, que deve ser entendida como uma associação entre compleição física e modo de se vestir. À junção de caráter e corporalidade, o co-enunciador é capaz de (re)construir por meio de uma incorporação, o *ethos* do enunciador.

Verificamos que os traços de caráter do enunciador mudam ao longo do discurso. Ora ele se apresenta numa incorporação que nos remete a um professor que utiliza sua didática para explicar uma questão complexa, ora a um cidadão que tem a obrigação de alertar seus concidadãos, ora a um membro da elite que defende os valores intangíveis de sua obra, enfim, vários traços de caráter são associados a corporalidades correspondentes que contribuem para a formação, no co-enunciador, de um enunciador plural, capaz de reunir vários “mundos éticos” em sua construção. Ao reunir essas incorporações, o co-enunciador está diante do interdiscurso e do posicionamento do enunciador de forma mais evidente. O interdiscurso político é o monarquista, apresentado como o menos danoso à sociedade brasileira, exposto por um enunciador que, não obstante suas origens oligárquicas, apresenta-se como portador de um posicionamento conciliatório, que tem por missão zelar pelos valores da nação. A cenografia emergente do interdiscurso, em consonância com os vários comportamentos incorporados ao *ethos* do enunciador, demonstram as estratégias do mesmo para construir suas imagens no discurso.

Finalizamos a análise de algumas características do *ethos* discursivo de nosso *corpus* acrescentado que ela não esgota a possibilidade de existência de outras, as que foram por nós investigadas foram as que nos chamaram atenção por algum motivo específico. Há no cruzamento das vozes, na interdiscursividade do discurso, um jogo que marca negociações constantes entre o enunciador e o co-enunciador, envolvidos num amplo processo de busca por adesão ao discurso do enunciador. Outra dificuldade essencial na análise de nosso *corpus* foi a impossibilidade prática de se resgatar práticas discursivas da época que pudessem nos auxiliar em nossa análise, como bem apontou Maingueneau (2008c, p. 19): “*Sem ir tão longe, a prosa política do século XIX é indissociável de éthé ligados a práticas discursivas, a situações de comunicação que desapareceram.*”. Isso demonstra o quão restrito é o nosso alcance, por mais que tendamos a pensar que atingimos algum grau de profundidade analítica.

3.6 Os dispositivos da semântica global

A semântica global integra vários “planos” enunciativos como forma de melhor se analisar certos aspectos do discurso. Não se pode entender esses planos de maneira isolada, eles agem conjuntamente sobre a realidade discursiva. Em nosso caso, a escolha privilegiada de um alguns planos tem apenas a comodidade de melhor acomodar os fenômenos semânticos observados na materialidade discursiva. Privilegiaremos, entre os sete planos que compõem a semântica global, os planos da intertextualidade, do vocabulário, dos temas e do modo de coesão.

Dos três outros planos, dois estão contemplados pela análise nos itens 3.4.2 e 3.5, cenografia e o *ethos* do enunciador, respectivamente os planos do estatuto do enunciador e do destinatário e o modo de enunciação, pois seus objetos de análise são os mesmos, com a diferença que os planos da semântica contemplam a análise no nível semântico. No entanto, como a análise recupera parte do discurso com seu respectivo contexto, o elemento semântico pode ser ali percebido. Dessa forma, não faria sentido falarmos duas vezes sobre o mesmo fenômeno na análise, ou mesmo repartir a quantidade de recortes entre as duas categorias de análise. Em relação à dêixis enunciativa, como a situação de enunciação discursiva corresponde totalmente ao tempo cronológico de produção do texto, também não vimos necessidade de se repetir o óbvio.

3.6.1 A intertextualidade

A intertextualidade é o conjunto de fragmentos que o discurso cita efetivamente. Ela pode ser classificada como interna ou externa, sendo a primeira relativa aos discursos pertencentes a um mesmo campo discursivo, enquanto a segunda pode definir relações com outros campos discursivos, sejam eles citáveis ou não. Dessa forma, recortamos um exemplo de cada tipo de intertextualidade, uma interna e uma externa, para verificar como se dá o processo de remissão discursiva num e noutro caso. O fragmento, a seguir, é um exemplo de intertextualidade interna:

O espírito revolucionário ligou-se à existência da nação Brasileira, como o verme, desde que ela nasce, se liga à fruta que apodrece antes de passar pela maturidade. Eu considero esta luta do espírito revolucionário com a autoridade no Brasil como uma luta permanente, como uma moléstia crônica, que atacou o doente desde a sua infância, que tem tido reiterados acessos, que nessas ocasiões é combatida, mas nunca perfeitamente curada. (recorte 22, p. 6)

O recorte anteriormente identificado faz alusão a um dos temas defendidos pelo enunciador no seu *post scripto* (sic), o de que o “espírito revolucionário” que corresponde à iniciativa republicana dos militares é um mal permanente no país, que o acomete desde cedo e contribui para sua degenerescência. É interessante notar que o enunciador utiliza duas metáforas que conduzem ao mesmo efeito; tanto o verme que se liga à fruta e a apodrece antes que ela esteja madura quanto a moléstia crônica que ataca o doente desde a sua infância, acabam por diminuir a vida útil de ambos e é esse o efeito de sentido pretendido pelo enunciador. Como as metáforas trabalham para o mesmo fim, pode-se afirmar que a iniciativa republicana terá como único efeito reduzir o tempo de vida útil da nação. Ambos interlocutores têm a mesma opinião, cada qual dentro de seus posicionamentos, os discursos de ambos, nesse caso, convergem. Trata-se, portanto, de uma intertextualidade interna.

Graecia capta ferum victorem cepit,⁸(recorte 23, p. 2)

Neste outro recorte, temos um exemplo de intertextualidade que está não apenas fora do campo discursivo do texto, mas mesmo fora do próprio discurso a que o texto está atrelado. Esta divisa foi utilizada para expressar a idéia de que embora tenha sido o Paraguai o derrotado pelo Brasil na Guerra do Paraguai, foi o Paraguai que subjuguou o Brasil ao impor o seu modelo tirânico. É outra crítica indireta à República.

⁸ “A Grécia subjugada subjuguou o seu vencedor”, abreviação da frase latina *Graecia capta ferum victorem cepit et artes / Intulit agresti Latio*. “A Grécia subjugada subjuguou o seu vencedor e introduziu as artes no agreste Lácio” das epístolas de Horácio, escritor Latino.

3.6.2. O vocabulário

O vocabulário não é capaz de definir um discurso, mas tem um alto potencial de condensação discursiva. Uma única palavra é capaz de concentrar todo um conjunto de valores de um determinado discurso, ou seja, ela tem a capacidade de operar a cristalização semântica de um dado discurso.

Em nosso entendimento, a exemplo de Maingueneau (2008b) que elegeu para o discurso humanista devoto uma única palavra, “doçura”, para sintetizar o conjunto de discursos correspondentes a este discurso, podemos eleger uma palavra que é representativa de nosso *corpus*. Escolhemos o vocábulo “moral”, pois entendemos que o teor desse discurso justificatório do enunciador é, antes de tudo, moralista, pois busca a adesão do co-enunciador para a tese de que a opção pela monarquia é preferível à república por esta denotar bons costumes, boa conduta, segundo os preceitos socialmente estabelecidos pela sociedade. Além disso, a palavra “moral” ou seus derivados aparecem seis vezes no texto, indicando que a ela se une uma corrente de laços semânticos imprescindível na estrutura discursiva. Explicitaremos essa ideia por meio de alguns recortes de nosso *corpus* que a comprovarão:

Isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança, educação, e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na monarquia, que era o governo pela força moral somente, mas não seria natural no substituto que lhe deram, o poder militar, que é a força material. (recorte 24, p. 1)

Neste recorte aparece de forma muito direta o julgamento moral que o enunciador faz tanto da monarquia quanto dos militares republicanos. Pelos seus argumentos, a grande maioria dos soberanos da realeza tem uma herança social que os permite ter uma força moral maior que os republicanos, que não têm esse benefício hereditário pela sua condição social. Há, portanto, um julgamento que determina que um país deve ser comandado por uma

camada social que pretensamente tenha mais “moral” que as outras. É o apanágio que se dá à aristocracia, ao *establishment*.

De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a America Latina. A manutenção de um vasto Continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África. (recorte 25, p. 3)

Esse recorte nos parece particularmente importante por dois motivos. Primeiro por que insinua que a moralidade, tendo avançado, deve necessariamente ter alcançado a civilização, que, entenda-se, é alguma região do globo cuja única condição para ser considerada civilizada é não ser a América Latina, que permanece em estado de desgoverno e anarquia, logo, sem moralidade, posto que não é civilizada. Trata-se nesse caso novamente de um julgamento moral das repúblicas latino americanas, desgovernadas e anárquicas, segundo o enunciador. O segundo motivo que nos chama a atenção é que ele diz que o mundo teve a sua atenção chamada para o desaproveitamento da África. A grande pergunta que caberia seria saber a que tipo de desaproveitamento o enunciador se refere. Talvez na esteira desse pensamento, a África foi sistematicamente “aproveitada”, tendo seus territórios invadidos desde o século XIX até o XX.

E do interesse do Boliviano e do Peruano que o Estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo, senão mesmo de vexame. Não é, porém, somente na fronteira que a irradiação se exerce; ela alcança o Continente todo. O efeito de um governo moralizado é ilimitado, e, de modo indireto, universal. (recorte 26, p. 3)

O enunciador defendia a criação de uma Liga Liberal no continente, uma espécie de governo de déspotas esclarecidos que serviriam de autoridade moral para todos, afinal, sendo o efeito da moral desse governo universal, mesmo que de modo indireto, atingiria a todas as camadas da sociedade e até os países do continente. Novamente se verifica que o que justifica a imposição dessa classe no poder é a sua pressuposta autoridade maior em relação às outras camadas sociais.

3.6.3. O tema

Os temas geralmente têm uma definição muito genérica, devido a sua multiplicidade de usos possíveis em diversos níveis. Seguiremos uma indicação, também muito genérica de Maingueneau (2008b, p. 81) que diz que o tema é “*aquilo que um discurso trata*”. Os temas não são elementos que contrapõem os discursos, já que estes podem ser do mesmo espaço discursivo e terem o mesmo tema. A especificidade de um dado discurso, num espaço discursivo, está no seu sistema de restrições. Isso lhe impõe que haja determinados temas específicos a serem tratados assim como temas que acabam sendo impostos justamente por aquilo que é tratado de forma específica. Vamos analisar dois temas específicos e um tema imposto no discurso do nosso *corpus*.

O primeiro tema específico que gostaríamos de analisar é a asserção da força moral da Monarquia. Ele já foi bastante explorado por nós e cremos que a análise dos recortes anteriores não deixa margem de dúvida em relação a esse tema. É, com efeito, o tema mais explorado pelo enunciador.

Decorrente do anterior, temos o tema do embate da ditadura da República *versus* a liberdade da Monarquia. O enunciador utiliza a tese de que a monarquia é o poder que possui autoridade moral para governar e isso lhe garante que seja observada a liberdade dos povos em oposição à República, que por não ter essa moralidade, é tirânica e despótica. Esse tema pode ser observado nos dois recortes seguintes:

Eu estava, porém, longe de pensar que em pouco tempo se estabelecería um confronto tão perfeito entre a idoneidade de um e outro país para as instituições republicanas, e que se tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os Monarquistas sempre sustentaram contra os Republicanos de boa fé, - isto é, os desejosos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. (recorte 27, p.1)

Se tivemos a liberdade na monarquia foi só porque o poder se continha a si mesmo. Isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança, educação, e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na monarquia, que era o governo pela força moral somente, mas não seria natural no substituto que lhe deram, o poder militar, que é a força material. (recorte 28, p. 1)

Um exemplo de tema imposto é a força política dos Estados Unidos na América Latina. Como o enunciador defende a supremacia do regime político monarquista, ele não teria como não falar da maior potência do continente, que ao contrário, é republicana e tem instituições que funcionam muito bem, a exemplo do Chile. Esse é um exemplo de tema imposto, pois o autor não pode deixar de comentar sobre aquilo que aparentemente contradiz a sua tese, sendo assim, é natural que nos deparemos com o tema sendo construído dessa forma:

A mim figurava-se tão paradoxal animarem-se os Republicanos com os resultados do Chile como o se animarem com os da América do Norte, porque o Chile, ainda que de raça espanhola, era tanto uma exceção como os Estados Unidos, - exceção que se podia considerar um capricho de ordem moral na formação da América do Sul, como há aparentemente tanto capricho na sua estrutura geológica. (recorte 29, p. 1)

3.6.4 O modo de coesão

O modo de coesão é a maneira pela qual um discurso constrói sua rede de remissões internas. Num nível mais fundamental, atravessando as divisões em gêneros constituídos temos o “recorte discursivo”. Num nível mais superficial temos os modos de “encadeamento” do discurso. A nós só nos interessa o recorte discursivo, pois ele trata dos recortes efetivamente citados que atravessam o discurso a todo o momento. O discurso analisado é atravessado constantemente por discursos do campo histórico:

A nossa submissão seria maior do que a das outras nações Sul americanas, porque estas, devastadas como estão pela guerra civil, ficaram também endurecidas por elas, os seus homens públicos, como os Cônsules Romanos, sabem todos manobrar legiões. (recorte 30, p. 2)

(...) como nos últimos tempos do Império a velha sociedade Romana abandonava os seus palácios dourados da cidade e as suas vilas de mármore, todo o seu sibaritismo refinado, para aparecer como escravos suplicantes diante dos chefes Bárbaros. (recorte 31, p. 2)

Nestes recortes temos o exemplo de discursos históricos que remetem tanto à força quanto à decadência do antigo Império Romano. Ambos discursos se

moldam aos seus respectivos acontecimentos contemporâneos em relação ao momento enunciativo. O objetivo do enunciador é dar força aos seus argumentos por uma espécie de “paralelismo histórico”.

Entre nós, declarada a Ditadura, haveria de um lado o despotismo militar, do outro a passividade, a inércia do país. Se a Ditadura assumisse o tipo Sul-americano, a sociedade Brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica, enervada por uma ausência total de perigo em mais de 50 anos, habituada a atenção que o Imperador sempre mostrou a todos, muito maior do que a que ele recebia, tomada de pânico, faria renúncia da sua liberdade, dos seus interesses, das suas propriedades (...) (recorte 32, p. 2)

Analisemos este recorte. O verbo “haver” está no futuro do pretérito do indicativo. O uso da conjunção “se” junto com o verbo “assumir” no modo subjuntivo indica incerteza em relação ao fato, assim como o verbo “fazer”, também conjugado no futuro do pretérito do indicativo. Toda essa construção parece remeter a um quadro hipotético, o que faria pensar se tratar de um aviso, uma recomendação do autor. O problema é que á altura da publicação deste texto, a República já havia sido decretada há seis anos, não se trata, portanto, de uma argumentação, mas, novamente, do uso da estrutura de argumentação indireta.

Encerramos nosso capítulo de análise do *corpus*. Prosseguiremos com as considerações finais para arrolar as conclusões a que chegamos após o processo de contextualização histórica, levantamento dos dispositivos funcionais de análise e a análise propriamente dita do *corpus*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Scribendi nullus finis

Fedro

A escolha da epígrafe supra citada pode parecer contraditória em relação à primeira que escolhemos, na introdução. Na verdade a escolha é proposital, é antes uma provocação que uma asserção. Tudo já foi dito, mas nunca falta o que escrever; o paradoxo do discurso é algo fascinante. Cremos mesmo que a contradição e a dissimulação são os maiores índices do discurso. Mais à frente teremos mais elementos para melhor entender essa proposição.

Após analisar com maior rigor e detalhe um *corpus* que representa parte de um discurso importante da produção intelectual de Joaquim Nabuco, parte da imagem que se construiu dele por vários dos escritores, historiadores e intelectuais se confirmou, mas uma parte substancial de sua imagem acabou traída pelo desvelamento de seu discurso. De fato, quando Maingueneau (2005b, p. 99) afirma que o *ethos*, sendo a imagem que o enunciador constrói de si no discurso, “(...) *provêm de um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas (...)*” e que isso implica, portanto, em “(...) *estereótipos culturais que circulam nos domínios mais diversos (...)*”, asseguramo-nos de poder ter, pelo menos do ponto de vista conceitual, um dispositivo de análise que pudesse realmente nos permitir afirmar ou negar os estereótipos associados à figura de Joaquim Nabuco. Todavia, o melhor foi verificar na prática a ocorrência do fenômeno ao utilizar as categorias de análise propostas por Maingueneau.

O discurso deixa marcas, ele é capaz de revelar alianças, embates ou presumíveis neutralidades, porém, por mais que um autor seja exímio no domínio da língua, em algum momento do discurso um fragmento daquilo que ele talvez não quisesse revelar vem à tona e é esse o momento mágico para o analista do discurso. Sentimo-nos em júbilo nos raros momentos em que nos defrontamos com uma revelação que não parecia se ajustar ao *ethos* de uma tão ilustre figura pública como é Joaquim Nabuco. No entanto, tais revelações, longe de diminuir sua excepcional figura só nos fez aumentar a admiração, pois

talvez tenhamos nesse mesmo momento, percebido o ressalto da presença do ser humano, a despeito da presença discursiva do enunciador, com suas fraquezas, como todos nós as temos. Nesse momento sai um pouco de cena a figura pétrea, idealizada do grande homem histórico e entra em cena a figura peculiar de alguém com quem nos identificaríamos de imediato, alguém como nós mesmos. Ao afirmar isso, percebemos que saímos do campo de classificação da AD, estamos nos referindo a sua imagem, mas é mesmo essa a nossa intenção, nessa breve divagação.

Dividimos nossas considerações finais em duas vertentes que fatalmente se cruzarão num momento de análise. A primeira, a observação da formação intelectual de Joaquim Nabuco permeada pelo momento histórico em que ele viveu. A segunda, o discurso produzido por ele e a manifestação do momento histórico em que viveu por meio desse discurso.

Joaquim Nabuco teve uma infância de “sinhôzinho”, de legítimo filho mimado da grande elite oligárquica agrária nordestina. Ao crescer, seguiu os passos do que se esperava das pessoas de sua condição social, aceitando os benefícios do poder e ecoando os discursos de legitimação do *status quo*. Se pelo lado da defesa da classe oligárquica rural seus discursos refletem essa acomodação, por outro, na questão da escravidão, ele foi absolutamente diferenciado ao se colocar, sempre, na condição de prócer pelo fim incondicional da escravidão no país. Por essa última questão, poderia ter seguido na mesma seara e ser igual a tantos outros. O que mudou nesse caminhar?

A escravidão para ele nunca teve o mesmo significado que para a maioria dos representantes dessa elite. A relação de Joaquim Nabuco com os escravos negros foi de extrema afetividade, que se transformou em dívida moral que ele carregou pelo resto de sua vida e que talvez só tenha atenuado com a decretação da Abolição da Escravidão, momento em que estava ao lado, literalmente, da regente princesa Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon. É interessante perceber isso na leitura de suas obras. Em *Minha Formação*, especialmente, isso ocorre de maneira mais nítida.

Porém procuramos verificar, por meio das condições de produção dos discursos selecionados, outros traços de *ethos* associados ao discurso político de Joaquim Nabuco, caso contrário, correríamos o risco de repetir muito do que se disse de seu traço de caráter abolicionista, de fato o mais destacado quando se pensa em sua atuação política. Contudo, questões de ordem política mais pragmáticas nos chamavam a atenção. Sendo um monarquista, como reagiria Nabuco à nova conjuntura republicana? Como passaria a criticar o regime após a imposição de um período de censura à imprensa? A resposta está nas obras em que ele exerce seu discurso praticando uma crítica oblíqua, extremamente indireta, típica daqueles discursos que não podem afrontar diretamente o regime, mas também não podem se calar ante ao que consideram uma ignomínia. Que o digam os discursos das canções populares que criticavam o regime político ditatorial do Brasil do Golpe Militar de 1964, discursos que atacavam o regime “pelos flancos”, de maneira indireta, dissimulada, oblíqua.

Nessas condições, foi possível desvelar algumas faces do *ethos* do enunciador que se constituía nos seus discursos, utilizando as categorias de análise da Análise do Discurso, tais como a cenografia, o *ethos* discursivo e os planos da semântica global. Foi, de fato, somente na interação entre esse enunciador político e seus co-enunciadores que pudemos captar essas características e a partir daí compreender um pouco melhor o próprio personagem histórico por trás desse discurso.

Após o golpe militar e a consequente proclamação da República, em 1889, os monarquistas passam a ocupar posições periféricas no cenário político nacional. Mais uma vez, foi-nos possível verificar outra concepção de Maingueneau (2008b, p. 41) se realizando: a de que existe uma fase de constituição e uma fase de conservação dos discursos num dado interdiscurso. Foi exatamente o que ocorreu com o discurso monarquista, se pensarmos que “(...) na maioria das vezes, o discurso não desaparece, seus suportes não se dissipam brutalmente, mas ele recua para a periferia, ou, situação na qual pouco se pensa, a área semântica que ele recobria é total ou parcialmente retomada por outra, ou redistribuída entre várias”. Os discursos do campo

político passam a ter como protagonistas os discursos políticos republicanos e isso reflete o gradual afastamento dos discursos políticos monarquistas.

Até aquele momento, o conjunto da obra de Joaquim Nabuco era eminentemente abolicionista, com algumas incursões pelo campo literário. No entanto, a partir de 1890 é possível, pela sequência da publicação de suas obras, verificar que a sua orientação passa a ser decisivamente política. Começam a vir a lume obras como *Por que continuo a ser monarquista* (1890), *Balmaceda* (1895), *O dever dos monarquistas* (1895), *A intervenção estrangeira durante a revolta* (1896), entre outras. É desnecessário comentar sobre cada uma delas, o título de cada uma por si só é bastante explicativo.

Portanto, o que organiza e legitima o discurso de oposição de Joaquim Nabuco é o seu posicionamento, que não se alterou conforme as conveniências, mas que sem dúvida causou modificações na forma de enunciar o seu discurso.

Nabuco constrói um discurso indireto, oblíquo, dissimulado como os olhos de Capitu, antecipando em alguns anos no estilo discursivo o mesmo olhar da heroína do grande romance de seu amigo Machado de Assis. Interessante foi notar que isso se deveu à censura imposta à imprensa na época. Por conta disso, Joaquim Nabuco passa a utilizar um estilo memorialista, histórico, ensaístico, em que as coisas são ditas de forma enviesada, indireta, oblíqua, um estilo sem dúvida diferente do que estavam acostumados seus leitores. Essa alteração provocará sem dúvida mudança no *ethos* discursivo e na escolha das cenografias presentes nesse tipo de discurso de crítica indireta. Observar essas mudanças e como elas se refletiam na constituição dos elementos que correspondem às categorias de análise, foi nossa última etapa metodológica.

Joaquim Nabuco escreve o último capítulo de seu livro *Balmaceda* à parte. Sua intenção é detalhar de modo mais minucioso, os motivos que o levaram a escrever a obra. No entanto, esse capítulo tem uma feição totalmente oposta à do livro; através dele, Nabuco critica indiretamente, na maior parte das vezes, o regime militar brasileiro por meio de uma exposição dos fatos que culminaram

na guerra civil chilena fazendo um evidente paralelo em relação à situação brasileira, que ele nega peremptoriamente no prefácio do livro.

Para não correr o risco de ver a sua obra censurada, Joaquim Nabuco escreve seu discurso na forma de um *post scripto* (sic). A escolha do gênero de discurso não é ingênua; através dele, o enunciador pode assumir um discurso de crítica indireta, recurso que utilizará recorrentemente, do começo ao fim de seu discurso.

As estratégias discursivas do enunciador não são menos engenhosas. Na análise do *corpus*, verificamos que ora o enunciador constrói imagens, traços de caráter do *ethos* discursivo que entram numa relação como cidadão que conversa com outro cidadão ou exorta seus concidadãos, ora se apresenta como professor ou especialista que ensina a um aluno ou a um leigo, ora se apresenta como legítimo soberano, com estatura moral para denunciar os desmandos do regime militar.

O enunciador constrói esses traços de caráter de cidadão, de professor e de soberano para encarnar essas qualidades. Podemos, portanto, inferir que esse enunciador pretende estabelecer um diálogo com seus correspondentes civis, os cidadãos, mas que para isso assume um corpo de professor, ou especialista que além disso é nobre e soberano. É de fato uma construção muito peculiar a que se opera no discurso de Joaquim Nabuco, muito diferente do que se via em suas obras anteriores. Veremos nesse discurso, por exemplo, um atravessamento constante de discursos do campo histórico, que têm uma função enfática e didática ao mesmo tempo e que pretendem dizer muito, ainda que de forma metafórica e, claro, indireta.

Outras ideias que só serão exploradas no futuro pelo autor surgem com contornos bem nítidos nesse *corpus*. Em nossa opinião, a mais destacada é o projeto de um pan-americanismo que ele voltará a abordar principalmente quando for atuar junto à diplomacia.

Joaquim Nabuco engendra esse discurso em que a crítica ao regime republicano é feita de forma indireta, por meio de construções que utilizam o

discurso indireto, o intertexto de teor histórico ou filosófico, a construção de períodos que utilizam o modo subjuntivo, entre outros. Todos esses recursos, sejam linguísticos, sejam discursivos, estão trabalhando em função de uma tese principal: Joaquim Nabuco defende um governo aristocrata que ele julga ser superior moralmente ao republicano. Sua tese principal é essa e atrelada a ela vem a ideia de que só a monarquia é capaz de garantir liberdade ampla a todos os setores da sociedade brasileira. Essa ideia se opõe ao governo dos militares, que Nabuco julga como tirânico e ditatorial.

Encerramos nossas considerações finais visualizando um vasto horizonte a ser explorado. Estamos muito convencidos da grande utilidade das categorias de análise da Análise do Discurso de linha francesa para perscrutar e desvendar segredos do discurso que passam despercebidos mesmo nas leituras mais atentas. É justamente porque o discurso se esforça por ocultar aquilo que não quer dizer que se pode descobrir muita coisa que aparentemente não está dita, mas está lá, nos recônditos do discurso e pode sim ser desvelado, que esses dispositivos nos parecem extremamente operacionais do ponto de vista analítico. Esperamos que nossa modesta contribuição possa de alguma forma lançar alguma luz sobre o *ethos* discursivo de um dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XIX e que outros discursos sirvam de parâmetro para compreendermos melhor a figura política de Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suárez. *A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção*. 9 ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.
- ALONSO, Angela. A década monarquista de Joaquim Nabuco. *Revista USP*, São Paulo, n. 83, p. 52-63, set./nov. 2009.
- ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2 ed. rev. Brasília: Nacional, Instituto Nacional do Livro, 1978.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAZERMAN, Charles. *Gêneros Textuais, Tipificação e Interação*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine *Introdução à Análise do Discurso*. 2 ed. rev. Campinas: UNICAMP, 2004.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.
- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2009.
- _____. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DUCROT, Oswald. *O Dizer e o Dito*. São Paulo: Pontes, 1987.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3 ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- _____. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth; SOUZA-E-SILVA Maria Cecília (Org.). *Texto ou Discurso?*. São Paulo: Contexto, 2010.

- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Joaquim Nabuco entre a Monarquia e a República*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1989.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *L'énonciation*. Paris: Armand Colin, 1997.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005a.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de Si no Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005b.
- _____. A análise do discurso e suas fronteiras. *Revista Matraca*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, p. 13-37, jan./jun. 2007.
- _____. *Cenas de Enunciação*. São Paulo: Parábola, 2008a.
- _____. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola, 2008b.
- _____. A propósito de ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008c.
- _____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2010.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Diários de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.
- _____. *Joaquim Nabuco Essencial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística*. 3 ed. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *Balmaceda*, Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1895.
- _____. Discursos parlamentares (1879-1889). In: *Obras Completas de Joaquim Nabuco*, tomo XI. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1949.
- _____. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes/Instituto Nacional do Livro, 1977.
- _____. *Minha formação*. São Paulo: Três, 1984.

- NABUCO, Joaquim. *Campanha abolicionista no Recife*. 2ª ed. Recife: Fundaj, Massangana, 1988.
- _____. O dever dos monarquistas. In: DANTAS, Leonardo (Org.). *Joaquim Nabuco e a República*. Vol. 6. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1990.
- _____. *A escravidão*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 2009.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- REBELO, José. *O discurso do jornal: o como e o porquê*. Lisboa: Notícias, 2000.
- RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu Latim*. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- SCANTIMBURGO, João de. *O Poder Moderador*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1980.
- SCHWARZ, Roberto. As Idéias Fora do Lugar. In: *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981. p. 13-28.
- SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. Trad. LIMA, Norberto de Paula. São Paulo: Hemus, 2008.
- UEMORI, Celso Noboru (2001). *Joaquim Nabuco: lutas, propostas e diálogos (1879-1888)*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. 19 ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

Sites

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. *Estud. av.* [online]. 1988, vol.2, n.3, pp. 4-39. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000300002>. (acessado em 15/11/2012).

NABUCO, Joaquim. Campanhas de Imprensa (1884-1887). In: *Obras Completas de Joaquim Nabuco, volume XII*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A, 1949, Biblioteca digital Brasileira USP <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/024049-12#page/1/mode/ocr>. (acessado em 18/08/2012).

ANEXO

POST-SCRIPTO

A QUESTÃO DA AMÉRICA LATINA

Não dei no Jornal do Comércio todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda. Posso completar agora o meu pensamento. Sempre que antes e depois de 15 de Novembro algum partidário do regime monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um governo responsável por não termos a têmpera dos países que modelam os seus governos a sua feição, a resposta era: "E o Chile?" Não tinha o Chile a mesma antiga estabilidade que nós; não gozava da mesma liberdade; não assistia à transmissão da primeira magistratura, como se ela fosse hereditária, na maior paz e sossego; não havia entre os quartéis e o governo a mesma camada sólida, impermeável, de consciência, de instinto, digamos de superstição civil, que no Brasil monárquico, e todavia não era o Chile uma República?

A mim figurava-se tão paradoxal animarem-se os Republicanos com os resultados do Chile como o se animarem com os da América do Norte, porque o Chile, ainda que de raça espanhola, era tanto uma exceção como os Estados Unidos, - exceção que se podia considerar um capricho de ordem moral na formação da América do Sul, como há aparentemente tanto capricho na sua estrutura geológica. Eu estava, porém, longe de pensar que em pouco tempo se estabelecería um confronto tão perfeito entre a idoneidade de um e outro país para as instituições republicanas, e que se tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os Monarquistas sempre sustentaram contra os Republicanos de boa fé, - isto é, os desejosos de obter para o nosso país o maior grau possível de liberdade. A nossa estimativa realizou-se assim inteiramente a respeito do Brasil e do Chile.

É natural a hipertrofia do poder nas sociedades onde ele não encontra nada que o possa limitar. O Brasil era e é uma destas; no Chile, pelo contrário, a sociedade pode conter o governo, dentro de certos limites extremos. Se tivemos a liberdade na monarquia foi só porque o poder se continha a si mesmo. Isto era devido à elevada consciência nacional, que por herança,

educação, e seleção histórica, os soberanos modernos quase todos encarnam. O respeito à dignidade da nação, o desejo de vê-la altamente reputada no mundo, era natural na monarquia, que era o governo pela força moral somente, mas não seria natural no substituto que lhe deram, o poder militar, que é a força material. Desde que o despotismo se manifestasse entre nós, eu sabia que ele levaria tudo de rojo, pela completa falta de resistência. A nossa submissão seria maior do que a das outras nações Sul americanas, porque estas, devastadas como estão pela guerra civil, ficaram também endurecidas por elas, os seus homens públicos, como os Cônsules Romanos, sabem todos manobrar legiões. Entre nós, declarada a Ditadura, haveria de um lado o despotismo militar, do outro a passividade, a inércia do país. Se a Ditadura assumisse o tipo Sul-americano, a sociedade Brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica, enervada por uma ausência total de perigo em mais de 50 anos, habituada a atenção que o Imperador sempre mostrou a todos, muito maior do que a que ele recebia, tomada de pânico, faria renúncia da sua liberdade, dos seus interesses, das suas propriedades, como nos últimos tempos do Império a velha sociedade Romana abandonava os seus palácios dourados da cidade e as suas vilas de mármore, todo o seu sibaritismo refinado, para aparecer como escravos suplicantes diante dos chefes Bárbaros.

Tudo isto se verificou, e muito mais. Com efeito, nenhum de nós previra o tipo que tivemos de Ditadura e as atrocidades dos seus proconsules militares, que lembram tão vivamente as do major Caminos e do padre Maiz em San-Fernando, que se nos pôde hoje aplicar, invertendo no sentido da vitória da dureza e da barbaria sobre as artes, a civilização, o porque a tirania Paraguaia reviveu entre nós na ponta das mesmas baionetas e lanças que a derrubaram.

Graecia capta ferum victorem cepit,

Por outro lado, tudo que nós dizíamos do Chile, e muito mais, ficou igualmente demonstrado pela Revolução. Ninguém que a tenha acompanhado duvidará hoje da capacidade do Chile para a República, nem do bem que a forma Republicana fez ao Chile, da escola de educação, da influência sã, varonil, patriótica, que foi para ele. A Revolução do Chile, como para a União

Americana a Guerra de Secessão, não serviu somente para revelar ao mundo o vigor dos alicerces e a perfeição do plano do seu edifício nacional, serviu, mais ainda, para cimentá-lo de novo e dar-lhe a sua estabilidade definitiva.

Outra razão tive para escrever este ensaio. O interesse que antes já me inspiravam as coisas Sul Americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de Novembro. Desde então começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Com efeito, ninguém procura justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso país, mas somente pela circunstância de estar o Brasil na America. Desse modo o observador Brasileiro, para ter ideia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do Continente, a escutar o murmúrio, a pulsação Continental. Como a própria data do Centenário o indica, muito concorreu para o fato de 1889 a influência literária da Revolução Francesa sobre a imaginação da nossa mocidade, mas não foi menor o arrastamento Americano. Quaisquer que venham a ser os acidentes da República, seja o militarismo, a corrupção, o desmembramento, a anarquia, e, pior que tudo, o opróbrio da raça, é crença fatalista de muita gente que seria um esforço inteiramente estéril para o resto de razão e de bom senso do país querer lutar contra o ímã do Continente, suspenso, ao que parece, no Capitólio de Washington. Muitos acreditam mesmo que se trata de uma força cósmica, como se o oxigênio e o azoto formassem na América uma combinação especial dotada de vibrações republicanas.

Desde que é preciso aceitar o inelutável, o estudo da Revolução Chilena tem grande interesse para nós do ponto de vista da evolução política do hemisfério. De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a America Latina. A manutenção de um vasto Continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África. Como se fará a redenção dos países Centro e Sul americanos? Onde acharão eles amparo contra os seus governos estertores? Como se fará nascer e crescer em cada um deles a consciência do

Direito da Liberdade, e da Lei, que neles não existem, porque não podem ter sanção alguma?

Um problema de tal complexidade não poderá ser resolvido pela própria geração que o formular. À distância em que estamos do tempo em que ele há de amadurecer, a forte refração dos preconceitos atuais não deixa imaginar o modo que a civilização há de encontrar para se introduzir no nosso Continente. O que esse modo não há de ser pode-se, porém, ver em parte. Não será a absorção pela Europa, a menos que se a entenda no sentido de uma recolonização Européia da America com elementos que assegurem o predomínio das novas aluviões, porque é mais do que provável que a imigração se realize no próximo século em escala tal que os nossos organismos anêmicos, alguns mesmo raquíticos, não tenham capacidade para assimilá-la.

Quanto ao Protetorado, é difícil imaginar uma alteração no equilíbrio Europeu que forçasse a Europa a reconquistar a América ou a sujeitá-la, como fez com a África e a Ásia, a sua direção e ao seu governo. Pode-se ter como certo, a menos que se operem grandes mudanças no sistema geral do mundo, que a Europa deixará o Novo-Mundo fazer bancarrota com os capitais e interesses que ela lhe houver confiado, sem pensar um só instante em compensações territoriais ou em estender através do Atlântico a sua área de influência.

Se a solução não pode ser o Protetorado Europeu, será por acaso o Monroísmo? Os Estados Unidos, que já assumiram a proteção do Continente, desde que se comprometeram a defendê-lo contra as invasões da Europa, sentirão um dia que essa garantia lhes dá direitos ou que lhes impõe deveres.

No fundo o que é o Monroísmo? O Monroísmo parecia ser a promessa feita à América toda pela União Americana de que a Europa não adquiriria mais um palmo de terra no Novo-Mundo, depois, porém, do fato do México, e agora recentemente do Brasil, quer-se entender o Monroísmo como uma garantia dada não só à Independência, mas à forma Republicana em todo o Continente. Seria preciso desconhecer o caráter nacional do povo Americano para se supor, por exemplo, que se o Brasil restaurasse a sua monarquia, os Estados-Unidos impugnariam essa volta as nossas antigas instituições. Se eles

impedissem o Brasil de ter o governo que lhe parecesse melhor, estavam moralmente obrigados a governá-lo sob sua responsabilidade; não tinham o direito de condenar um povo ao despotismo e à anarquia por causa de um tipo de instituições, para as quais só eles possuem a resistência e o corretivo preciso. Governá-lo, porém, - como?

Os Estados Unidos nunca se decidiram a ter colônias e rejeitariam para Estados da União cada um dos candidatos da América Latina. A nação Americana está convencida de que todo acréscimo de população de hábitos, crenças e índole inteiramente outras, causaria um profundo desequilíbrio em seu sistema de governo e uma incalculável deterioração de sua raça.

Mesmo como esfera de influência a América Latina não conviria aos Estados Unidos. Os estadistas Americanos sabem que os Protetorados só produziriam uma nova espécie de *carpet-baggers*, praga cuja natureza compreende bem quem sabe o que foi, durante a conquista de Grant, a invasão dos Estados do Sul pelos aventureiros políticos Norte. Antes do *carpet-bagger* viria preparar-lhe a entrada o flibusteiro, e a América do Sul ficaria coberta de um enxame de especuladores da pior classe, os quais dentro dos seus "sacos de tapete" trariam os germes de uma profunda corrupção que havia mais tarde de estender ao Lobby do Congresso.

A solução do problema tem assim que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou quando mais não seja registre os sacrifícios, dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum. Em todos esses países há homens cuja cultura rivaliza com a mais brilhante cultura Europeia e que podem formar a Liga Liberal do Continente. A causa é, de fato, comum. A liberdade Argentina tornou-se um interesse direto para o Brasil, como era para os Argentinos a liberdade Chilena no tempo de Rosas. E do interesse do Boliviano e do Peruano que o Estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo, senão mesmo de vexame. Não é, porém, somente na fronteira que a irradiação se exerce; ela alcança o Continente todo. O efeito de um governo moralizado é ilimitado, e, de modo indireto, universal.

Por isso se o Chile politicamente se esfacelasse; se perdesse as noções de moral social que formam a sua coesão, a perda seria de toda a civilização Sul Americana. Desde que as nossas antigas civilizações, em vez de serem aproveitadas com avareza, foram desdenhosamente lançadas fora, as do Chile ficaram sendo as únicas que na America Latina merecem realmente o belo nome de Instituições. Vê-las desaparecer quase em seguida às nossas, seria uma tristeza mais para os que acompanham a terrível dança macabra do Continente. Felizmente o Chile mostrou, por instinto, apreciar como o grande segredo da sua força a continuidade da sua liberdade, imemorial hoje desde que as gerações atuais não lhe conheceram a origem.

O fato devia ficar registrado em cada um dos países da America do Sul. Pela minha parte o assinalei no Brasil. O exemplo não será inútil na era republicana para um país do qual, mesmo no apogeu da liberdade e da ordem, dizia, no Parlamento, seu mais fecundo jornalista (J. J. da Rocha, 24 de Janeiro de 1850): “O espírito revolucionário ligou-se à existência da nação Brasileira, como o verme, desde que ela nasce, se liga à fruta que apodrece antes de passar pela madureza. Eu considero esta luta do espírito revolucionário com a autoridade no Brasil como uma luta permanente, como uma moléstia crônica, que atacou o doente desde a sua infância, que tem tido reiterados acessos, que nessas ocasiões é combatida, mas nunca perfeitamente curada.” •